

**ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM VINTE E DOIS DE NOVEMBRO DO ANO DOIS MIL E DEZANOVE:**

Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano dois mil e dezanove, pelas dezassete horas e trinta minutos, no **Auditório da Escola Superior Aveiro Norte, Santiago de Riba-Ul**, reuniu, em **Sessão Ordinária**, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sob a Presidência de **Helena Maria Dinis dos Santos**, secretariada por **Manuel José Tavares Soares - Primeiro Secretário** e **Maria Isabel Santos Barbosa - Segunda Secretária**, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. **Primeiro Período de Intervenção do Público;**
2. **Informações Gerais;**
3. **Período de Antes da Ordem do Dia;**
4. **Ordem do Dia;**
5. **2º Período de intervenção do Público.**

**Pontos da Ordem do Dia:**

**Ponto um:** - Ata n.º 15, Sessão Ordinária de 17 de setembro de 2019 - Aprovação;

**Ponto dois:** - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município - Apreciação;

**Ponto três:** - Relatório de Informação sobre a Situação Económica e Financeira - Reporte a 30/06/2019 - Conhecimento;

**Ponto quatro:** - Documentos previsionais (I/68668/2019) - Orçamento, Grandes Opções do Plano e Quadro Plurianual de Programação Orçamental para o ano 2020;

**Ponto quatro - um:** - Normas e propostas que constam do relatório orçamental, nomeadamente as propostas do VII - subpontos 1.a) e b); e 2. - Aprovação;

**Ponto cinco:** - Mapa de Pessoal ano 2020 (I/68691/2019) - Aprovação;

**Ponto seis:** - Fixação da taxa de Derrama para 2020 (I/62624/2019);

**Ponto sete:** - Fixação das Taxas sobre os Prédios Urbanos no âmbito do Imposto Municipal de Imóveis - IMI para 2020 (I/62731/2019);

===== **Ponto oito:** - *Fixação das Taxa Municipal Direitos de Passagem (TMDP) para 2020 - (I/63681/2019);* =====

===== **Ponto nove:** - *Definição de percentagem no IRS sobre os rendimentos de 2020 (I/62620/2019);* =====

===== **Ponto dez:** - *Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia/ União de Freguesias e seu substituto para representar as Juntas de Freguesia/ Uniões de Freguesias do Município no XXIV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses;* =====

===== **Ponto onze:** - *Segunda Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Oliveira de Azeméis Designação de representante da Assembleia Municipal para integrar a Comissão Consultiva de Acompanhamento;* =====

===== **Ponto doze:** - *Área Metropolitana do Porto - Eleição de novo membro da Comissão Executiva Metropolitana do Porto (Votação a ser efetuada apenas pelos Membros (27) eleitos à Assembleia Municipal);* =====

===== **Ponto treze:** - *Passeio Sénior 2019 - Atribuição de apoio financeiro (I/68092/2019) - Aprovação;* =====

===== **Ponto catorze:** - *Proposta para efeitos da obtenção de acordo expreso da Assembleia Municipal para o critério de rateio da dívida orçamental da Área Metropolitana do Porto, nos termos da alínea b) do nº 1 do art.º 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro (I/71108/2019) - Aprovação;* =====

===== **Ponto quinze:** - *Pedido de emissão de declaração de reconhecimento de interesse do projeto - “Renovação da Aldeia de Vilarinho de S. Luis - Requalificação de Espaço e Rede de Rega” (I/71363/2019) - Aprovação;* =====

===== **Ponto dezasseis:** - *Pedido de reconhecimento de interesse público municipal no projeto de ampliação das instalações industriais da empresa “VISE, Lda.” (I/63010/2019) - Aprovação;* =====

===== **Ponto dezassete:** - *Procedimento por Hasta Pública - Alienação Estalagem S. Miguel (I/70692/2019) - Aprovação;* =====

===== **Ponto dezoito:** - *Regulamento Municipal - Programa Saúde + OAZ (I/57995/2019) - Aprovação;* =====

===== **Ponto dezanove:** - Regulamento de funcionamento geral da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro (I/68235/2019) - Aprovação; =====

===== **Ponto vinte:** - Protocolo com Rotary Club de Oliveira de Azeméis “Ciclos de Conferências às Quartas com...” 2019/2020 - Aditamento - (I/66652/2019) - Autorização; =====

===== **Ponto vinte e um:** - Minuta de Contrato Interadministrativo de apoio financeiro a celebrar com a União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca (I/64781/2019) - Autorização; =====

===== **Ponto vinte e dois:** - Minuta de Contrato Programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com o Grupo Desportivo de S. Roque (I/58003/2019) - repartição de encargos em mais do que um ano económico - Autorização; =====

===== **Ponto vinte e três:** - Minuta de Acordo de Parceria com Município de S. João da Madeira (Requalificação da Ponte dos Moinhos - S. Roque) (I/64823/2019) - Autorização; =====

===== **Ponto vinte e quatro:** - Acordo de Parceria - Projeto RELOAD 2 II - Rede Local de Apoio ao Desenvolvimento da Indústria e Imigração, ao abrigo do FAMI - Fundo para Asilo, a Migração e a Integração (I/67308/2019) - Ratificação; =====

===== **Ponto vinte e cinco:** - Minuta de Protocolo com a AMPORTO - “Formação para Modernização e Capacitação da Administração Local” (I/71301/2019) - Autorização; =====

===== **Ponto vinte e seis:** - Adenda ao contrato Interadministrativo de delegação de competências - Autoridade de Transportes, celebrado entre a Área Metropolitana do Porto e os Municípios da AMP (I/71128/2019) - Autorização; =====

===== **Ponto vinte e sete:** - Contrato Interadministrativo de Colaboração com a Associação de Municípios das Terras de Santa Maria (I/71371/2019) - Ratificação; =====

===== **Ponto vinte e oito:** - Revogação de Protocolo de cedência de instalações celebrado com a Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa de Cucujães (I/61596/2019) - Autorização; =====

===== **Ponto vinte e nove:** - Revogação de deliberação de aprovação de venda dos lotes 15 e 16 da - Área de Acolhimento Empresarial de Ul/Loureiro (I/60704/2019) - Aprovação; =====

===== **Ponto trinta:** - Proposta de criação de três (3) lugares de estacionamento para deficientes motores na Rua de Samil - Freguesia de S. Roque (I/56377/2019) - Aprovação; =====

===== **Ponto trinta e um:** - Proposta de colocação de sinais de trânsito em diversas ruas da União de freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-UL, UL, Macinhata da Seixa e Madail (I/57782/2019) - Aprovação;=====

===== **Ponto trinta e dois:** - Postura de Trânsito para a Zona Industrial de Oliveira de Azeméis/Santiago de Riba UL (I/70981/2019) - Aprovação; =====

===== **Ponto trinta e três:** - Proposta de criação de um (1) lugar de estacionamento para deficientes na Rua de S. Bento, Freguesia de Cucujães (I/57789/2019) - Aprovação; =====

===== **Ponto trinta e quatro:** - Campanha de incentivo e apoio à esterilização de animais de companhia - Aprovação de Normas (I/61791/2019) - Aprovação/Ratificação; =====

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:**=====

===== **Do Partido Socialista (PS):** Bruno Armando Aragão Henriques, Luís Filipe Moreira da Silva de Bastos Oliveira, Bruno Miguel da Silva Costa, Cristina Maria Valente de Pinho, Raquel Marília Tavares Faria, Rui Jorge Duarte Rios Santos Rocha, Pedro Luís Paiva Dias, João Pedro Santos Costa, Carla Sofia da Silva Brandão, Nuno Miguel Soares de Jesus, José Ramos da Silva, Simão da Costa Godinho, Bernardo Amaro Moreira Simões, António Marques Silva, Óscar José Santos Teixeira e Manuel Alberto Marques Dias Pereira. =====

===== **Do Partido Social Democrata (PSD):** António Filipe Costa Valente Almeida Ferreira, Carla Preciosa Paiva Freitas, Helga Alexandra Freire Correia, António Luis da Fonseca e Grifo, Domingos Baltar Ferreira de Oliveira, Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, Fernando Manuel Gomes Pais Ferreira, António Ilídio Martins Godinho, Bruno Moreira Rodrigues, Joana Sofia Sousa Melo, José da Silva Queirós, José Rodrigues Santos, Florbela Neves da Silva e Manuel Rebelo da Costa. =====

===== **Do Partido Popular (CDS/PP):** Jorge Paulo de Melo Pereira, Constança Correia de Melo e Susana Clara Mortágua Gomes. =====

===== **Independente:** Augusto Moreira da Silva. =====

===== A Senhora Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade dos seguintes membros: Cristina Maria Valente de Pinho que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de Partido, José Manuel Marques Ribeiro; António Filipe Costa Valente Almeida Ferreira que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de Partido, Carlos Manuel Costa Gomes; Carla Preciosa Paiva Freitas que marcou presença nesta Assembleia para

*substituir o seu colega de Partido, Albino Valente Martins; Joana Sofia Sousa Melo que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de Partido, Liliana Marisa Silva Pinto e Constança Correia de Melo que marcou presença nesta Assembleia para substituir a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Carregosa - Maria Helena da Silva Moreira em virtude dos mesmos terem solicitado a sua substituição. =====*

*===== Ausência de Membros: Tendo sido justificadas as faltas dos seguintes membros: Márcia Oliveira Gomes e José Filipe da Silva Carvalho. =====*

*===== A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu início à Sessão declarando: =====*

*===== Muito boa tarde, a todos. Vamos dar início então à Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis do dia 22 de novembro de 2019. Seguindo a ordem de trabalhos, começamos pelo período de intervenção do público e temos quatro inscrições. E vou lembrar que este período de intervenção do público tem a duração de 15 minutos, e como temos quatro inscritos vai dar cerca de 4 minutos a cada intervenção. Portanto, agradecia que fossem breves até porque, a Sessão de hoje tem muitos pontos na ordem de trabalhos, vou tentar ser mais ou menos rigorosa nos tempos para não penalizarmos a paciência de nós todos e sequência dos trabalhos. =====*

*== **1º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** ==*

*===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de António Matias, Paulo Alegria, Jorge Paiva e António Assunção. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **António Matias**, residente em Oliveira de Azeméis. =====*

*===== Boa tarde. Sou António Matias, para quem não me conhece, oliveirense. O tema é, como sempre foi, há 26 anos, “a minha rua”. Mas, neste momento, estou com um grande sorriso porque a minha rua recebeu aquilo que o povo chama de tapete, não sei como é que lhe chama corretamente, está impecável. Inclusive, essa minha rua vai ter música, dentro de mais ou menos um, dois, três meses, que é a chamada dança das tampas de esgoto. Porque, se o tapete está impecável, o acabamento das tampas de esgoto é lamentável. Uma obra não está a condizer com a outra. Outro comentário sobre a minha rua: é que, eu recomendaria, talvez, que não usem mais tinta amarela. E porquê não usar tinta amarela, perguntam? Porque é muito simples: Ninguém respeita a tinta amarela. A faixa amarela está lá para inglês ver, como se diz em algumas oportunidades. Eu digo oportunidade: não gosto de assumir o papel de polícia, nem de delator. São coisas que não me agradam. Mas eu tive uma conversa com o famoso Sargento-chefe da GNR*

*e ele teve a amabilidade de mandar uma patrulha lá, dois dias depois, mas foi só nesse dia. E a faixa amarela continua lá, sem nada. Não é só a faixa amarela. O problema é mais grave, é que o nível de literacia está começando a ficar pior, que nem a leitura de placas se consegue respeitar. O aceso à garagem é outra história. E, eu, inclusive, tem um sujeito que não se identificou, eu tive que sair do meu carro para falar com ele para me deixar entrar na minha garagem, ele usou uma linguagem muito vulgar e tentou mandar-me aquela parte, mas no final, não conseguiu mas mandou um cumprimento para o Presidente da Câmara de Oliveira de Azeméis, no sentido de ele arranjar estacionamento para o carro dele. Porque foi difícil, uma conversa de mais ou menos dois, três minutos, para o convencer que eu tinha que entrar na minha garagem. Isso realmente é triste. Segundo tema: Eu não sou Rotariano, mas tenho o prazer de assistir todas as quartas-feiras às palestras do Rotary. Todo o mês tem uma. E recentemente assisti a uma fora do vulgar, muito boa, “O Marketing do Luxo”. Não vou falar de luxo. Mas nessa conferência ele falou de uma coisa muito importante, que é o oposto do luxo, que é a vulgaridade. A vulgaridade. E isto, nesta plateia de homens públicos, é um tema que a mim me tocou muito e que acho que também vos devia tocar a vocês. A vulgaridade realmente é um perigo, é uma doença. E tem um bom exemplo, para terminar: houve uma festa da cerveja no Jardim Público de Oliveira de Azeméis, decoração sóbria, ambiente muito agradável, no primeiro dia - sábado - era possível conversar, era possível criar outras amizades; no domingo nem cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara, que estava lá, eu pude. Porquê? O barulho, do DJ, que tem hoje em dia dessa música parece que não se pode viver sem ela, era insuportável. Ora, isso para mim é de uma vulgaridade extrema. Acho que vale a pena pensar no assunto. Muito obrigado. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Paulo Alegria**, residente em Oliveira de Azeméis. =====*

*===== Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal e respetivos Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal e respetiva Vereação, Excelentíssimos Senhores Presidentes das Uniões e Freguesias, Excelentíssimos Membros da Assembleia Municipal, imprensa, minhas senhoras e meus senhores. Vou fazer aqui um pequeno preâmbulo à Senhora Presidente: Vou tentar ler isto em três minutos e meio; Se vê que é em demasia, eu preferia aguardar para a última parte. Não tendo participado já há algum tempo nas Assembleias Municipais, e sendo a primeira vez neste novo mandato, não posso deixar de felicitar o Senhor Presidente da Câmara Municipal desta mudança de gestão camarária, esperando e desejando que não defraude a esperança depositada pelos eleitores e, como muitas vezes tem dito “reponha Oliveira de Azeméis no mapa”, pois infelizmente os seus antecessores fizeram totalmente o contrário. A minha vinda hoje é para falar daquilo que me trouxe muitas vezes aqui: da quinta do dr. Eugénio Alegria (meu saudoso pai), do troço 2 (via estruturante da circular interna da cidade) e do condomínio fechado (processo n.º 1043/98). Início, solicitando à Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia, que tenha um pouco de benevolência para*

*comigo se exceder o tempo determinado para a minha intervenção, pois tentarei ao máximo reduzir os 21 anos deste processo. Sendo assim, sabendo que para alguns dos aqui presentes poderei ser repetitivo, sei também que para outros pela sua juventude quando tudo isto se iniciou, talvez, andassem na primária ou secundário. Pois em 28 de dezembro de 1998, ainda com o meu pai vivo, metemos um pedido de informação prévia (processo n.º 1043/98) para construirmos um condomínio fechado na quinta do dr.º Eugénio Alegria, como é conhecida, este pedido foi recebido pelos serviços técnicos da câmara municipal, na altura, como algo que iria beneficiar e valorizar o centro da nossa cidade. Depois de vários procedimentos normais nestes processos; a informação prévia foi aprovada em reunião do executivo em 18 de abril de 2000. A partir desta data o nosso Arq.º Paulo João Domingues, iniciou a execução de todos os trabalhos inerentes a um processo daquela envergadura. Contudo, passado 3 meses, a câmara municipal solicitou-nos para uma reunião, em que estive presente com o respetivo arquiteto, sendo-nos apresentado um estudo-plano de vias estruturantes que previam executar no futuro, que seriam as circulares externa e interna da cidade. Aqui, apresentaram-nos o “famigerado troço 2” que passava no terreno do PIP aprovado, do condomínio fechado. E com isto, pediram-nos se era possível implantar na construção prevista o traçado do troço 2 que nos seria fornecido. Tendo, após a reunião, explicado ao meu pai e apresentado o esboço fornecido pela câmara das ditas circulares, este para não ser um entrave ao desenvolvimento da cidade concordou o que foi comunicado de imediato à câmara municipal. Infelizmente, em má hora que concordamos com a solução apresentada, pois nunca supusemos que nos tinham solicitado e fornecido uma “prenda envenenada”. A partir desta nossa concordância foi uma autêntica turbulência, constantes inquietações, reuniões sobre reuniões, sem nunca nada resolverem. Em março de 2001, antes do falecimento do meu pai, uns investidores quiseram comprar o terreno com o respetivo projeto, oferecendo um valor muito considerável, pois estava-se no auge da construção em Portugal. Fomos com eles ao Senhor Presidente da Câmara, Senhor Ápio Assunção, que se prontificou de imediato a solucionar tudo para se realizar a venda. Mas, era o habitual “nin” e “tudo o vento levou”. Esperamos anos pelo fornecimento do projeto do troço 2, pois sem ele, o nosso arquiteto não podia elaborar o seu trabalho. Entre 2001 e 2005, não vou falar em todos os passos dados porque seria fastidioso. Contudo, existem atas das assembleias municipais onde estão transcritas várias intervenções minhas na “ordem do público” às quais nunca tivemos nenhuma resposta, pois foi sempre negligenciado o Regimento da Assembleia ao qual os esclarecimentos seriam dados na Assembleia seguinte ou comunicados por carta ou reunião para esse efeito. Na Assembleia Municipal de 30 de setembro de 2004, na altura membro dessa Assembleia, o Senhor Hélder Simões entreveio e, entre vários pontos, falou da minha constante vinda à “ordem do público” dizendo, cito: “na assembleia não estamos para resolver questões nem tratar de problemas específicos de particulares, mas este problema já ultrapassa os limites do particular por ser um problema do domínio público, que sistematicamente não tem resposta”. A isto mais uma vez, foi respondido pelo Senhor Presidente da Câmara que, refugiando-se no Regulamento, dizendo que estes esclarecimentos seriam dados a posteriori e, como sempre, “nada”. O tempo*

foi passando, até que, em 17 de junho de 2005 recebemos uma carta registada da câmara municipal assinado pelo Senhor Presidente, com a planta do troço 2, e a proposta para nos comprar 3.806,20 m<sup>2</sup>, onde passaria a estrada, por 170,00€/m<sup>2</sup>, ao qual deduziam o projeto relativo à via de serviço, por um valor de 501.054,00€. Essa carta termina com o seu último parágrafo, que cito: “... caso não haja, da vossa parte, acordo quanto a estes valores daremos, de seguida, início ao processo de expropriação da área de 1.939 m<sup>2</sup> necessária à construção apenas da via principal”. Por aqui se vê, a má-fé sempre manifestada perante todo este processo depois de todos estes anos que andamos, nós, a tratar deste assunto sem querermos melindrar nem prejudicar a nossa cidade, eis a paga que no final recebemos. Tratavam os problemas da nossa cidade e dos oliveirenses. Mas nós, mais uma vez, para não colocarmos entraves a todo o processo e com a ajuda do, infelizmente já desaparecido de entre nós, dr.º Manuel Ferreira Pinto, aceitamos e respondemos afirmativamente, tendo solicitado uma reunião para finais de agosto princípios de setembro para ultimar a proposta. Nessa reunião, participariam também Senhor o Arq.º Paulo João Domingues e o dr. Ferreira Pinto. Após este episódio, nunca mais a câmara municipal falou connosco. Mais intervenções na “ordem do público”, algumas entrevistas dadas em vários jornais e tudo continuaria na mesma. Em 3 de janeiro de 2008, na “Voz de Azeméis”, o Senhor Presidente deu uma grande entrevista “Oliveira de Azeméis vai ser o centro de uma grande região”, que realçou entre várias promessas, a construção de um novo hospital para servir as populações de Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra, Arouca e Albergaria-a-Velha, tendo acabado respondendo sobre a situação da Quintas dos Alegrias, cito “... nós temos deixado esta questão adormecida, mas no próximo ano vai mexer”. Isto para nós, herdeiros do dr.º Eugénio Alegria, foi o culminar da paciência e também, por esgotamento da minha parte, de lutar por algo que seria dignificante para Oliveira de Azeméis e pela demonstração patente de quem sempre nos quis prejudicar nunca tendo capacidade nem inteligência de verem que estavam a estagnar o desenvolvimento da nossa cidade. E conseguiram-no. Em março de 2011, morreu a nossa mãe, que tanto queria ver a realização daquele projeto. Isto, jamais perdorei a este PSD local que nunca foi social-democrata nem nunca respeitou a memória do PPD do dr.º Torres da Costa grande impulsionador deste partido no nosso concelho. Em abril de 2011, eu e a minha irmã, solicitamos uma reunião ao Senhor Presidente Hermínio Loureiro, pois queríamos fazer partilhas e ter uma opinião avalizada sobre a situação do projeto do troço 2. Bem, se até aqui, foi o que em parte já falei, daqui para a frente foi quase indescritível. Os afazeres do Senhor Presidente eram imensos, contudo, foram marcadas reuniões com data e hora, e, normalmente, 2 ou 3 horas antes recebia um telefonema do seu secretário a desmarcar porque tinha de ir a um funeral, a uma reunião num ministério ou numa secretaria de estado, e nada. Na penúltima, jamais me esquecerei, numa quinta-feira, também adiada, a reunião na secretaria de estado foi na tribuna VIP do estádio de Alvalade a ver um qualquer jogo do Sporting transmitido pela Sport TV. Passado 1 ano e 3 meses, sempre houve reunião. Mas, mais uma vez o Senhor Presidente teve uma saída urgente e fui recebido pelo Senhor Vereador dr.º Ricardo Tavares. Dessa reunião, saí com uma resposta fantástica: podíamos começar a construir, que depois a via troço 2 fazia-se. Mais



*uma vez, ficamos com nada nas mãos. Em outubro de 2017, iniciou-se o mandato do novo executivo e, em fevereiro de 2018, solicitamos uma reunião ao Senhor Presidente da Câmara, esta foi marcada entre 4 a 5 dias, em que fui com a minha irmã expor a situação da Quinta e que gostaríamos de saber quais as intenções deste Executivo. O Senhor Presidente estava bem conhecedor de todo o assunto, pois ouviu várias intervenções minhas na assembleia, e com a maior tranquilidade, lisura e frontalidade disse-nos que naquele momento e na situação que a câmara se encontrava e, ao mesmo tempo, não sendo das prioridades deste mandato, não via possibilidade de nos dar grandes esperanças. Contudo, se houvesse alguma oportunidade, pois por vezes era contactado para alguns investimentos na cidade e visse que poderia ser uma possibilidade, que imediatamente nos comunicava. Claro que, para nós, não foi nem era a resposta que queríamos ouvir. Contudo, saímos com uma pequenina luz acesa ao fundo do túnel e ouvimos alguém com uma atitude mais séria e honesta na disposição de encontrar uma futura resolução. Passados poucos meses, num sábado de manhã, recebi um telefonema do Senhor Presidente: “ - que havia um investidor interessado no nosso terreno e que se lhe poderia dar o meu contacto para ele me falar. Liguei para a minha irmã informando-a que havia uma nova oportunidade e que este executivo era substancialmente diferente dos anteriores. E assim se iniciaram conversações. Não foram fáceis, talvez por alguma inexperiência por estas andanças, sendo considerado duro, mas com paragens e arranques chegaram a bom termo. Mas para que tal acontecesse houve sempre um diálogo constante, franco e honesto, de todos os passos dados ao Senhor Presidente da Câmara. Para mim, principalmente, foi importante porque muitas vezes pôs água fria na fervura. No final de tudo isto, ambos conseguimos dois objetivos que estiveram sempre, sempre, presentes desde o início do negócio: 1º - conseguirmos o investimento para Oliveira de Azeméis e resolvermos esta situação pendente. 2º - que o investidor fizesse, às suas custas, o dito famigerado troço 2. Para terminar a minha intervenção, que já vai sendo longa, apenas quero dizer uma coisa para ficar de bem com a minha consciência: Não vai ser construído aquilo que tanto os meus pais e nós queríamos mas, depois de tantos anos e perdas, foi o possível e mais uma vez a nossa cidade ficou a perder por incapacidade de diálogo, má-fé, e incúria do PSD local. Finalizando, mais uma vez quero agradecer ao Sr. Presidente toda a ajuda prestada e, também, alguma paciência de me aturar, conseguindo desbloquear mais uma situação de duas décadas. Desculpem e muito obrigado a todos. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Jorge Paiva**, residente em Fajões. =====*

*===== Boa tarde, Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Membros da Assembleia Municipal, Imprensa, meus Senhores e minhas Senhoras. Neste plenário questionei e pretendi saber o porquê da tomada de um caminho público denominado “caminho de Pindelo”, na Zona Industrial de Fajões, há cerca de 1 ano. E, ainda hoje, nunca tive a resposta sobre as tramitações*

*administrativas para essa situação. É desejo de qualquer autarquia promover o seu desenvolvimento e condições que marquem as suas terras. Pergunto, Senhor Presidente: Existem protocolos com as freguesias? E como a de Fajões não foge à regra: Limpezas, ruas num caos, investimento municipal igual a zero. Senhor Presidente, é certo que os armazéns municipais são de pequena dimensão. Pergunto, se o da Freguesia de Fajões serve de estaleiro para materiais? Baseio a minha questão num despacho, que hoje comemoramos um ano, em que foi autorizado a aquisição de tubos com diâmetro de 315 destinados a drenagem de águas pluviais na rua da Senhora da Ribeira, com aproximadamente 1000 metros de extensão. Obra? Não se vê e o material está em stock. É assim que se delibera, sem obra no PPI da freguesia e do município? Recentemente um camião (porta máquinas) de patelas, igualmente para o armazém, com várias paletes carregadas. Dizem as más-línguas que é para guardarem. Onde está o planeamento e a fiscalização da câmara ou o dinheiro abunda? No PPI para 2020, existe uma obra inscrita como caminho da Baganha, Cesar. Será que Fajões já pertence a esta freguesia? Gostaria de ser esclarecido Senhor Presidente da Câmara. Muito obrigado. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Américo Assunção**, residente em S. Martinho da Gândara. =====*

*===== Senhora Presidente, muito boa noite e obrigado pela oportunidade. Boa noite, a todos. O assunto que me traz aqui é sobre a rede de abastecimento de água em S. Martinho. Há cerca de três meses que ando a pedir um esclarecimento ao Executivo da Câmara e até agora não o tive. Se me permite, eu iria ler os contactos que fiz com a Câmara Municipal: [transcrição de emails] - Dia 29 de agosto de 2019: “Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Oliveira de Azeméis, sou um munícipe da freguesia de S. Martinho da Gândara, morador na Travessa da Espinheira nº 100. Recentemente constatei com agrado o início das obras de implementação da rede de abastecimento de água em S. Martinho da Gândara; finalmente ao fim de tantos anos.... No entanto, com desagradável surpresa, verifico, (após informação dada pelo Executivo da Junta de Freguesia) que não irei ter acesso à rede de abastecimento de água, não compreendo a razão. Seja ela qual for, é inaceitável, que após largas dezenas de anos à espera deste serviço público, e lutando eu, todos os anos com a escassez de água, seja tratado desta forma. Se eventualmente, a razão for as condições do acesso à minha moradia, (bastante estreita, e ainda em “terra batida”) - dita, Travessa da Espinheira-Nº100, em alternativa, poderia ser servido pela rede de água, através da travessa Manuel José da Silva, “caminho” agrícola, que há uns anos atrás foi alargado e pavimentado, (outra luta que travei, para conseguir ter um acesso condigno à minha habitação). Nota: A Rua Manuel José da Silva (acesso a Casal Dias), está neste momento a ser intervencionada, a travessa, com o mesmo nome, (dita acima) encontra-se aproximadamente a meio... Sr.º Presidente, sou um cidadão cumpridor de todas as minhas obrigações fiscais, como tal mereço respeito, e consideração, espero não estar a ser alvo de discriminação..., como tal, fico a aguardar com expectativa, um esclarecimento por parte de Vossa Excelência”. - 11 de*

setembro de 2019: Este email foi enviado também com conhecimento do Senhor Vice-presidente, Rui Cabral: “Boa Tarde Sr. Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis. Dado que não se dignou responder a minha solicitação de esclarecimento referenciado no email abaixo, e dando-lhe o benefício da dúvida, de que eventualmente não o tenha lido, venho desta forma reenviar-lhe o assunto. Irei aguardar com expectativa a sua resposta.” Não obtive qualquer resposta. - 10 de outubro de 2019, para o Senhor Vice-presidente e Senhor Presidente: “Exmos. Senhores, como não obtive qualquer resposta por parte do Srº Presidente bem como do Srº Vice-Presidente, venho solicitar um esclarecimento relativo ao assunto descrito acima. Para reforçar ainda mais a minha indignação, em anexo junto mapa da localização da minha habitação, onde assinalo a azul os locais onde foi implementada a rede de água, e a vermelho as 2 possibilidades de eu ser servido da água da rede, o que não aconteceu. Como podem verificar sou o único na zona da Espinheira sem acesso à rede de água, e gostaria de saber porquê, espero que desta vez obtenha uma resposta, caso contrário terei de recorrer a outras entidades, quem sabe? À comunicação social ....” Um dia depois a resposta do Senhor Vice-presidente, Rui Cabral: (relativamente ao mapa, tenho aqui se alguém quiser consultar) “Caro Sr. Américo Assunção: O caso que expõe já nos foi apresentado pela Junta de Freguesia de São Martinho da Gândara. Brevemente entraremos em contacto consigo.” É evidente que respondi de imediato: “Boa tarde, Sr. Vice-presidente, Desde já, os meus agradecimentos pela resposta aos meus emails. Embora não tenha quantificado o “brevemente”, ficarei a aguardar com bastante expectativa.” Resposta: Zero. - 28 de outubro de 2019: Boa Noite, Sr. Vice-presidente. Tal como já calculava o seu “brevemente” já vai extenso, (ainda para reforçar mais esta minha afirmação), sei que solicitou o meu contacto telefónico ao Presidente da Junta de S. Martinho da Gândara, (na qual teve o cuidado de me perguntar se o poderia dar, é evidente que disse que sim), mas, mesmo assim, até à data nenhum contacto tive da sua parte, ou de qualquer outro elemento do executivo da Camara Municipal. Esta será a última solicitação que faço à Camara Municipal, para esclarecer e levar a bom “porto” a situação por mim exposta, em alternativa, brevemente, irei contactar outras entidades até obter a resposta que até agora V.exas. não se dignaram dar, paralelamente irei tornar pública esta discriminação de que estou a ser alvo.” Acabei por não cumprir o que aqui disse. Estou aqui, uma vez mais, a solicitar um esclarecimento. E, já agora, gostaria, se fosse possível, que fosse assumido um compromisso de uma data, para corrigir esta injustiça. É só. Muito obrigado.=====

===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====

===== Muito boa tarde a todos. Cumprimentar em primeiro lugar a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, os Senhores Secretários, cumprimentar os Senhores Vereadores, caros Colegas de Executivo, cumprimentar os Senhores Deputados da Assembleia Municipal, os Senhores Presidentes de Junta, o público presente, o público que nos acompanha através da

*Azeméis TV, cumprimentar naturalmente também a comunicação social, minhas senhoras e meus senhores. Deixar aqui duas notas muito breves: A primeira delas para parabenizar o doutor Bruno Aragão e a doutora Helga Correia pela sua eleição para deputados da Nação, nas eleições do passado dia 6 de outubro, e portanto desejar-lhes as maiores felicidades ao serviço do nosso País. E naturalmente que o vosso trabalho prestigiará enormemente também o nosso Concelho e o Distrito (Aveiro) pelo qual foram eleitos. Dar também os parabéns à ESAN (Escola Superior Aveiro Norte), agradecer a disponibilização deste espaço e naturalmente agradecer também o trabalho que fazem na criação e na formação de quadros, que são muito importantes para o desenvolvimento de toda esta região. Respondendo concretamente às questões que foram colocadas: Começaria pelas do Senhor António Matias: Efetivamente a rua onde vive, Rua D. Afonso Henriques, foi intervencionada, foi pavimentada e os passeios foram empedrados, enfim, subsiste um problema com as tampas de saneamento, um problema que não se resume apenas a essa rua é um problema que existe também em outras ruas recentemente intervencionadas na cidade, e que, enfim, os problemas foram comunicados ao empreiteiro no âmbito da garantia da intervenção e estamos a aguardar por parte do empreiteiro essa intervenção, que nos respondeu dizendo: que ele próprio aguarda pela melhoria das condições climatéricas para poder fazer a intervenção de forma definitiva e com a qualidade que nós, enfim, entendemos que deveria ter sido feito logo na primeira vez. Em relação á situação que refere da linha amarela no aceso à sua garagem: Trata-se de um problema óbvio de respeito, de civismo, de cidadania. E portanto, aquilo que nós esperamos é que as pessoas percebam, mesmo com o recado que é dado ao presidente da câmara, no sentido de ele procurar encontrar estacionamento, não é possível encontrar todo o estacionamento que nós pretendemos à porta dos estabelecimentos, dos locais para onde nos pretendemos deslocar. Aquilo que as pessoas devem fazer é respeitar as regras de trânsito e respeitar também os direitos das pessoas, concretamente o seu. E portanto, toda a gente sabe que não se pode estacionar em linhas amarelas, toda a gente sabe que não se pode estacionar à frente de uma entrada de garagem. Portanto, trata-se claramente de um problema de falta de educação, de falta de civismo, de falta de cidadania. Em relação à observação que fez - julgo que se estava a referir ao “Street Food & Beer Festival”. Esse é um evento muito direcionado para a juventude. A juventude “consume” lá os tais DJ. Foi um evento que teve dois dias de atividade: No domingo, efetivamente terminou às dez da noite. O que acontece é que aquele evento normalmente exige aquele tipo de intervenções, aquele tipo de música e, portanto, é aquilo que os consumidores daquele tipo de eventos consomem também ao nível das suas preferências musicais. E foi essa a resposta que lhes foi disponibilizada. Agora, naturalmente que a resposta não pode perturbar a ordem pública e esperamos que isso não tenha acontecido. Não recebemos nenhuma reclamação nesse sentido. Mas, naturalmente, estaremos sensíveis a essa observação que fez. Em relação à intervenção do Senhor Paulo Alegria: Não tenho nenhuma observação a fazer, em relação à intervenção. Foi uma intervenção que visou explicar uma situação, um processo, e portanto a nós apraz-nos que o processo tenha tido um desfecho do agrado de todas as partes. E esperamos nós que tudo venha a correr da melhor maneira. Em relação á intervenção do Senhor Jorge Paiva:*

*Em relação à questão do caminho público: Eu vou procurar saber, mais uma vez, o que é que se passou, o que é que se passa em relação a esta situação e procurar perceber. Falou aqui de um conjunto de assuntos que me parecem claramente assuntos de Assembleia de Freguesia e não de Assembleia Municipal. Obviamente que existem protocolos com as Juntas de Freguesia. São do seu conhecimento. Investimento municipal zero? Não sei em que é que baseia essa observação. Terei todo o prazer de disponibilizar o investimento municipal que tem sido feito em todas as freguesias e mais concretamente na Freguesia de Fajões, não só, pelo Executivo da Junta de Freguesia, mas também, pelo Executivo da Câmara Municipal. Faz aqui observações sobre: Estaleiro; Paletes de pavês; Tubo para redes, suponho eu, de água. Aquilo que acontece com a generalidade das Juntas, estão aqui os senhores presidentes de junta: Os Senhores Presidentes de Junta pedem-nos materiais para passeios; Nós acedemos à disponibilização desses materiais. Muitas das vezes essas intervenções são feitas negociando aquilo que é responsabilidade de cada uma das partes, foi certamente isso que aconteceu com o executivo da Junta de Freguesia de Fajões. Isso não representa de forma alguma que nós, enfim, não façamos uma boa gestão dos materiais, nem tenhamos materiais de sobra para estragarmos. Os tubos naturalmente serão para condução de redes de águas pluviais. Vamos naturalmente esperar e vamos obter esses esclarecimentos por parte do próprio Executivo da Junta de Freguesia. Em relação ao PPI, a referência ao caminho - suponho- da Baganha, com referência a Cesar. Naturalmente que se essa referência está e o caminho pertence a Fajões, naturalmente que terá que ser corrigido. Em relação à intervenção do Senhor Américo Assunção - que vive na Travessa da Espinheira - S. Martinho da Gândara: Quando me fazem chegar este tipo de comunicações dirigidas ao email da presidência, aquilo que é feito é imediatamente serem reencaminhados para os responsáveis que tratarão dos diferentes assuntos e portanto esperamos nós que encaminhamos os assuntos da melhor maneira. Pelos vistos, não foi isso que aconteceu. Por isso eu peço-lhe desculpa por efetivamente não lhe termos dado as respostas a que o Senhor tem direito. Mas, aquilo que acontece na intervenção em S. Martinho da Gândara, como acontecerá certamente nas freguesias que se seguirão, é que nós estamos a fazer a intervenção com base num projeto que nos foi disponibilizado pela concessionária, foi esse projeto que foi lançado a concurso, e nesse projeto algumas ruas, cerca de três dezenas de ruas, neste caso concreto de S. Martinho da Gândara, não estavam consideradas e não foram consideradas. Como compreendem, quando se lança uma obra a concurso essa obra tem limites legais de trabalhos a mais e, portanto, não é possível fazer um conjunto de coisas que não estavam previstas no projeto e no âmbito dessa candidatura. Aquilo que nós estamos a fazer, conjuntamente com a Indáqua, é um levantamento de todas essas ruas, de todas essas cerca de três dezenas de ruas, algumas delas não têm viabilidade técnica para instalação de água, portanto, não existe pressão suficiente, não existe forma de lá chegar a água com as condições técnicas adequadas, outras delas, como é o caso da sua, reúnem essas condições. E aquilo que nós vamos procurar fazer é, naturalmente, encontrar uma solução para esses problemas. Não se trata, obviamente, de nenhuma discriminação. Discriminação têm a generalidade dos munícipes que não têm rede de água e que não têm rede de saneamento, e são*

*muitos, acredite, e que com os seus impostos pagam as redes daqueles que são servidos por essas infraestruturas. Portanto, não se trata de nenhum problema de discriminação ou problema de qualquer outra natureza. Trata-se, sim, de uma dificuldade à qual estamos a procurar dar solução. Em relação a um compromisso com uma data: Esse compromisso com uma data não é possível. A não ser que o Senhor queira que eu faça aquilo que é muito comum fazer e que normalmente depois acaba por ser um autocolante que nós metemos naquilo que são as afirmações dos políticos, que é dizer-lhe coisas que lhe agradam. E que eu saiba, saiba, ou não saiba, que antecipadamente não vou poder cumprir. Eu neste momento não tenho rigorosamente nenhuma data. Porque esse levantamento está a ser feito pela Câmara e pela Indáqua. Depois de fazermos esse levantamento aquilo que nós vamos fazer é a orçamentação da intervenção. E depois de termos a orçamentação da intervenção vamos arranjar cabimentação financeira para poder executar a obra. E depois teremos que lançar a obra a concurso. Terá que haver interessado para a fazer. E só depois disso, de eu assinar o Auto de Consignação, eu terei todo o prazer em lhe dizer quando é que poderei executar essa obra. Eu não tenho nenhuma previsão. Aquilo que nós estamos a fazer é, desde a primeira hora, logo que nos chegou a primeira indicação, e a Junta de Freguesia imediatamente fez-nos essa comunicação, de que havia um conjunto de ruas, neste caso concreto, na Freguesia de S. Martinho da Gândara, tememos que isso venha a acontecer também nas outras freguesias, nós imediatamente começamos a trabalhar para resolver o problema. E é isso que nós estamos a fazer. Portanto, a única garantia que eu lhe vou deixar, é que nós estamos tremendamente preocupados com esse problema. E naturalmente não queremos que uma freguesia que esperou tantos anos por uma infraestrutura básica como esta, esperou tantos anos pela água, tenhamos agora um conjunto de municípios que vão ter água e um conjunto de municípios que não vão ter água podendo ter água. Porque efetivamente há um conjunto de municípios que tecnicamente não é possível fazer chegar lá a água. Eu só queria sublinhar que aquilo que para mim é importante, é perceber o seu problema mais o problema dos habitantes das outras quase três dezenas de ruas, sublinhar os cerca de 700.000,00€ que estão a ser investidos na rede de água em S. Martinho da Gândara e nos quase mil ramais que estão feitos para servir os habitantes da freguesia. Nós gostaríamos de não ter esse problema. Vamos procurar resolvê-lo, a partir do momento em que fomos confrontados com o mesmo. Claro que, se alguém precisar de outro esclarecimento adicional, vamos fazê-lo por escrito. =====*

===== **INFORMAÇÕES GERAIS** =====

===== *Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito:*=====

===== *Eu aqui, neste ponto, queria dar um esclarecimento muito breve: Esta Sessão estava inicialmente planeada para a próxima sexta-feira, foi antecipada pela necessidade de hoje aqui votarmos um representante para o Congresso Nacional dos Municípios, que vai ocorrer no próximo fim-de-semana e também a razão por que estamos reunidos não na biblioteca, onde é*

*habitual, onde estava anunciado, mas aqui neste edifício. E eu aqui queria, desde já, agradecer à Escola Superior Aveiro Norte a disponibilização desta ótima sala, na pessoa do seu Diretor o professor José Martinho Oliveira. Informar também que esta Sessão, tal como vem acontecendo, teve início com música da Banda de Música de Santiago de Riba-Ul e será também finalizada com música da mesma Banda., a quem desde já endereço os meus agradecimentos por terem disponibilizado a música com as devidas autorizações. E passo agora a anunciar que, por acordo dos Grupos Municipais, temos na Mesa dois votos de louvor e um voto de pesar: =====*

*===== Voto de louvor: “Os Grupos Municipais representados nesta Assembleia Municipal propõem a aprovação de um voto de louvor à URATE - União Recreativa os “Amigos da Terra”, pela distinção que mereceu o seu projeto FESTOLA - Festival de Teatro da URATE com a atribuição do Prémio de Boa Práticas / Associativismo Juvenil. A construção de uma comunidade coesa, dinâmica, cultural e civicamente ativa e empenhada é credora destas iniciativas e do seu reconhecimento.”=====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia colocou à votação o voto de louvor apresentado, o qual foi aprovado por unanimidade. =====*

*===== Voto de louvor: “Os Grupos Municipais representados nesta Assembleia Municipal propõem a aprovação de um voto de louvor a Carlos Manuel Costa Gomes, pela sua eleição como Presidente da Direção Nacional do Centro de Estudos de Bioética, um reconhecimento da sua dedicação, como investigador e docente, às questões da bioética.” =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia colocou à votação o voto de louvor apresentado, o qual foi aprovado por unanimidade. =====*

*===== Voto de pesar: “Dia 13 de setembro faleceu o Sr. Manuel Figueiredo da Costa. Manuel Figueiredo foi um ilustre empresário, dedicando parte do seu tempo à causa pública sendo Presidente da Junta de Freguesia desde 1972 a 1977 tendo-se empenhado em vários projetos: Inauguração dos Correios, aumento do Cemitério, construção dos sanitários, escadarias da Igreja, abertura da Avenida São Cristóvão, compra do terreno para a feira do gado, foi deliberado a feira dos 27 passar a ser do Comércio Geral, conseguiu a Unidade de Saúde e Finanças, abertura da Rua Terras de Santa Maria, construção da sede da Junta de Freguesia, esteve ligado à abertura da Rua Egas Moniz, também fez parte da Comissão Administrativa para o projeto do Infantário. Foi o autor da vinda dos Bancos BES e CGD, o arranjo do campo de futebol da granital com máquinas do Exército, entre outros trabalhos. O Executivo da Junta de Freguesia deliberou propor um voto de pesar, nesta Assembleia de 24 de setembro de 2019, determinando dar conhecimento do seu teor à família de Manuel Figueiredo da Costa,*

*endereçando as mais sentidas condolências ” Os Grupos Municipais representados na Assembleia Municipal propõem a aprovação deste voto de pesar e a comunicação do seu teor aos familiares.”*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia colocou à votação o voto de pesar apresentado, o qual foi aprovado por unanimidade. =====*

*===== Fez-se um minuto de silêncio. =====*

*===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (Art.º 19º DO REGIMENTO)** =====*

*===== A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu início ao período de “Antes da Ordem do Dia”. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Carla Brandão, Helga Correia, Jorge Pereira, Isabel Barbosa, Ilídio Godinho, Bruno Aragão, Susana Mortágua, Amaro Simões, Fernando Pais, e Florbela Silva. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Deputada **Carla Brandão**, do PS. =====*

*===== Boa tarde. Peço desde já desculpa pela minha voz, porque eu estou a ficar um bocadinho afónica. Sintam-se todos cumprimentados na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia (Dr.ª Helena). O comércio local é parte integrante da nossa vivência coletiva. É uma fonte de crescimento económico e desenvolvimento local e muito galvanizador das dinâmicas urbanas. Neste contexto, qualquer iniciativa que o promova deverá ser valorada, projetada e concretizada. E, quem sabe, funcionar como referência para futuros eventos e contribuir para o desenvolvimento sustentado e harmonioso do território. Às vezes pequenas medidas têm impacto de considerável dimensão. E esta é uma delas. O incentivo às compras no comércio local no período de natal, uma iniciativa da Associação Comercial em parceria com o Município de Oliveira de Azeméis, é uma medida simples, mas muito expressiva. Não só pela relevância que tem como apoio ao comércio local, como também pelo incentivo de gerar economia local, mas também porque é um fator de dinâmica no centro da cidade e das freguesias onde garante que parte do pequeno comércio tenha lucro. O Partido Socialista não pode deixar de se associar a esta medida, procurando também neste fórum dar-lhe visibilidade, mais através da Azeméis TV. Não deixamos também de fazer o repto a nós próprios e a todos os membros desta Assembleia, para que possam fazer as suas compras de natal no comércio local do concelho. Para nós, não pelo incentivo da iniciativa, mas pelo exemplo que também podemos dar. Muito obrigada. =====*



===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Deputada **Helga Correia**, do PSD. =====

===== Muito obrigada, Senhora Presidente. Cumprimentar a Senhora Presidente, a Senhora e o Senhor Secretários da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, restante equipa de Vereação, Senhoras e Senhores deputados, comunicação social, todos aqueles que nos estão a ouvir em casa, os serviços que hoje estão aqui conosco. Senhor Presidente trago dois temas a esta Assembleia Municipal: Um que diz respeito às escolas do primeiro ciclo e jardins-de-infância e o itinerário complementar, o IC2, em Oliveira de Azeméis. Falar relativamente às Escolas do 1º Ciclo, falar em concreto da verba de um milhão de euros que está destinada às obras ou ao conjunto de obras das escolas do 1º Ciclo e Jardins-de-infância: Na página oficial do Município divulgaram em 11/10/2019 o Auto de Consignação da empreitada de Reabilitação e Manutenção de algumas das Escolas; Indicam que o seu prazo de execução será de 4 meses: falo na EBI do Picoto; na EB Maria Godinho; Jardim-de-infância do Cruzeiro; Centro Escolar de Azagães; JI EBI de Pindelo. Importa perceber, Senhor Presidente, e no que diz respeito à Escola Maria Godinho: Foi prometido por este Executivo efetuar obras neste edifício; O concurso já decorreu; Era para já ter iniciado, neste momento as obras ainda não iniciaram; E, nesta mesma União de Freguesias, temos a Escola de Pindelo que também está a necessitar de obras, nomeadamente a substituição de um telhado; Temos outras escolas também no Município, e falo daquelas que conheço, a Escola de Macieira de Sarnes que também necessita obras de reabilitação no seu telhado, substituição de algumas janelas, uma casa de banho para crianças com deficiência, que é bastante importante. As perguntas que lhe coloco, Senhor Presidente, o que é que vai acontecer às restantes obras das EBI do Concelho e Jardins-de-infância que não falam nesta notícia que colocaram na página oficial da Câmara e, sabendo que essas também necessitam de obras, quando é que realmente vão avançar, porque é importante percebermos? Relativamente ao itinerário complementar IC2: Dizer e dar nota a esta Assembleia que os Deputados eleitos pelo Distrito de Aveiro, pelo PSD, dirigiram este mês de novembro uma pergunta escrita ao Ministro da Infraestruturas e Habitação. Para nós a prevenção e a segurança rodoviária é a forma mais eficaz para o decréscimo da sinistralidade rodoviária. E o Senhor Presidente sabe perfeitamente que nós temos um IC2 em Oliveira de Azeméis que tem alguns pontos críticos, esses pontos críticos tiveram alguma intervenção no passado. Os Deputados de Aveiro quando questionaram em 2016 as Infraestruturas de Portugal foi-nos dito que iriam intervencionar. Foi intervencionado. Algumas situações foram retificadas. O que é certo, é que três anos depois se formos ver o historial da sinistralidade do IC2, os sinistros mantêm-se e mantêm-se, nomeadamente num ponto crítico que é a curva do Estádio Carlos Osório. Na altura, quando nos foi dito, por escrito, este itinerário, nomeadamente o troço entre Cucujães e Pinheiro da Bemposta, iria ser monitorizado. O que é certo é que três anos depois nós não temos conhecimento do que é que tem sido feito. Importa saber, Senhor Presidente, se, em concreto, o Executivo da Câmara Municipal tem conhecimento de algum estudo de monitorização desta via, em especial deste troço que diz respeito ao nosso

*Concelho? Que medidas é que têm sido tomadas pelo Município, também para alertar as Infraestruturas de Portugal desta situação? E saber se realmente vão ser ou não tomadas medidas? Graças a Deus não temos tido sinistros com mortes, como tínhamos no passado, mas acho que todos devemos preservar pela segurança rodoviária dos oliveirenses. Muito obrigada.=*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Jorge Pereira**, do CDS/PP. =====*

*===== Muito boa noite, Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Dr.ª Helena, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Eng.º Joaquim Jorge, Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Junta, Membros desta Assembleia e um cumprimento especial para os Senhores Deputados da Nação, Helga Correia e Bruno Aragão, felicita-los e desejar-lhes um bom trabalho, a todos os oliveirenses, público em geral, a quem nos está a ouvir na Azeméis TV e aos funcionários da Câmara Municipal. Eu não era para intervir, nem trago nada escrito, mas, depois do último email que recebi dos serviços desta Assembleia, senti-me na obrigação de me dirigir à Senhora Presidente da Assembleia Municipal para, felicita-la, dar-lhe os parabéns pelo excelente trabalho que desenvolveu naquele trabalho contabilístico/ estatístico que vem de facto demonstrar o que tem sido feito nesta Assembleia. E, daí, eu senti-me na obrigação de usar da palavra, apesar de que eu senti lá um recado para mim. É que, estatisticamente, eu sou o Membro com mais uso da palavra, neste período de Antes da Ordem do Dia. Eu percebi o recado. Não tinha essa noção. Daí que eu entenda que de facto é um bom trabalho o que demonstrou. E, por isso, os meus parabéns. Continue a inovar, porque está a fazer um excelente trabalho. Já que aqui vim, aproveito agora para questionar o Senhor Presidente da Câmara sobre um assunto que gostaria que me respondesse, se possível: Há um ano e meio atrás também trouxe a esta Assembleia um assunto que era quase desconhecido para todos, que era precisamente o não cumprimento legislativo por parte do INEM na atribuição de uma ambulância de Suporte Imediato de Vida (SIV) ao Hospital de Oliveira de Azeméis. O Senhor Presidente da Câmara, na altura, muito sensibilizado, desencadeou um conjunto de diligências e, colocou-me a par das mesmas, onde demonstrou toda a disponibilidade do Executivo para que essa realidade fosse mesmo viável. Assim como o próprio Hospital de Santa Maria da Feira que também manifestou a sua vontade e disponibilidade para rececionar essa ambulância que é muito útil e faz toda a diferença para a comunidade oliveirense. A diferença consiste precisamente em que as ambulâncias normais do INEM fazem suporte básico de vida (SBV) e esta faz suporte avançado de vida (SAV), está aqui toda a diferença. Daí que, é de extrema utilidade para o Município de Oliveira de Azeméis e, não só, para os municípios em redor. E, portanto, o próprio Hospital da Feira demonstrou essa disponibilidade. No entanto, de há um ano para cá, eu gostaria - e agora sim, a questão que eu gostaria de colocar ao Senhor Presidente: é se efetivamente fez mais alguma diligência nesse sentido, se já tem mais algum dado novo para nos transmitir, para que essa ambulância seja uma realidade e seja reposta a legalidade? Uma vez que, o Hospital de Oliveira de Azeméis, o serviço*

*de urgência básica prevê precisamente a colocação dessa ambulância. É tripulada por um enfermeiro e por um técnico de emergência. Outra questão é: Se é efetivamente ou não, se este objetivo faz parte da agenda política do Senhor Presidente, deste Executivo, e se realmente é ou não compromisso por parte do Senhor Presidente, se vê que isto é realmente importante ou não para os oliveirenses e se se vai empenhar na resolução deste problema? Muito obrigado. =====*

*===== Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====*

*===== Muito obrigado, Senhor deputado. Antes de passar a palavra à próxima intervenção e última desta primeira ronda, queria agradecer de se ter lembrado de referir isso. Até porque, eu tinha intenção de falar nas Informações Gerais sobre esse relatório que no ano passado foi pequeno e este ano é mais extenso. E vai ficar disponível para que as pessoas o possam consultar. O agradecimento que me fez, eu canalizo-o já para os funcionários da Secção de Atas, porque são eles que têm respondido às solicitações que eu tenho passado, e com todo o interesse e todo o empenho vão correspondendo aquilo que eu lhes peço. Portanto, muito obrigado ao trabalho que têm feito. E, não é nada de mais, aquilo que nós devemos fazer é informar das coisas que se vão fazendo. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Deputada **Isabel Barbosa**, do PS. =====*

*===== Boa noite. Sintam-se todos cumprimentados na pessoa da Senhora Presidente desta Assembleia Municipal. No pórtico do romance Terra Fria, de Ferreira de Castro, que nos retrata a vida das gentes do Barroso, num tempo mais agreste e em que alguma macieza, permitida hoje pela evolução tecnológica, ainda não se fazia sentir, escrevia o próprio Ferreira de Castro: “Estes velhos e velhas, em cujo rosto a charrua do tempo lavrou profundos sulcos, estas crianças maltrapilhas, criadas ao deus-dará, (...), esta gente simples e despecuniada, (...), demonstra-nos que se a felicidade não se obteve com as conquistas da civilização, também não existia, senão em casos singulares, antes de o homem ter colocado o seu génio ao serviço da sua ansiedade.” E, Ferreira de Castro, pelo seu lado, colocou o seu génio ao serviço da humanidade, ao serviço de um compromisso ético e solidário de que a sua escrita era o instrumento preferencial. Vulto maior da nossa cultura urge que seja divulgado e o seu legado acarinhado, urge que retome o lugar que por mérito próprio lhe pertence. Conforme diz Carlos Castro do Centro de Estudos Ferreira de Castro: “há grande tendência de certas pessoas falarem de Ferreira de Castro como um escritor local; ora, é local porque nasceu oliveirense mas figura de grande e incontestável prestígio nacional e até internacional. Foi pois com agrado que constatei a criação do prémio literário Imprensa Nacional Casa da Moeda/ Ferreira de Castro que leva de volta o nome de Ferreira de Castro para os quatro cantos do mundo (ou melhor, para a infinidade de cantos que cabem nesta Terra e que é por onde os Portugueses se espalharam). Este prémio foi criado pelo Ministério dos*

*Negócios Estrangeiros, e pela Imprensa Nacional Casa da Moeda, e visa, e passo a citar “reforçar vínculos de pertença à língua e cultura portuguesas, é dirigido a cidadãos portugueses residentes no estrangeiro, que poderão concorrer através da apresentação de textos inéditos nas áreas da ficção, poesia e ensaio. Tem ainda por finalidade preservar, valorizar e difundir a criação literária em língua portuguesa, desenvolvida por portugueses e lusodescendentes residentes no estrangeiro, bem como identificar, realçar e homenagear o contributo e a herança cultural dos portugueses da Diáspora, razão pela qual o nome escolhido para este prémio seja o do escritor e emigrante, Ferreira de Castro”. Apenas uma nota: O lusodescendente Marcus Quiroga Pereira foi o vencedor, por unanimidade do júri, da 1.ª Edição do Prémio Imprensa Nacional Casa da Moeda/ Ferreira de Castro. Esta escolha do nome de Ferreira de Castro para este prémio prestigia-nos enquanto concelho de origem do escritor e faz-nos pensar como temos feito pouco em nome da nossa cultura. Claro que não posso deixar de reconhecer o investimento já feito nestes dois anos de mandato autárquico, nomeadamente com a aquisição de espólio do escritor, e com a inauguração da peça escultórica de homenagem a Ferreira de Castro na rotunda da escola do mesmo nome, executada pela artista Ana Sousa. Mas, muito ainda há a fazer para dar a Ferreira de Castro a projeção, associada ao nome do concelho, que lhe e nos devemos. Enumerarei algumas possibilidades: Melhor divulgação e promoção de tudo o que envolva Ferreira de Castro. Apoio na divulgação dos percursos literários Ferreira de Castro, nomeadamente fomentando-os junto das escolas para que nenhum aluno termine a sua escolaridade sem que os tenha percorrido. A abertura num período maior da casa-museu. O apoio ao projeto de “levar de volta o José Maria à escola”, isto é, tornar Ferreira de Castro mais presente nos currículos escolares das nossas escolas. Estas, entre outras medidas, que eu estou certa este executivo terá pensadas e articuladas num plano cultural muito mais vasto. Muito obrigada.=====*

*===== Para dar resposta às intervenções anteriores, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**. =====*

*===== Muito obrigada, Senhora Presidente. Em relação á intervenção da Senhora Deputada Carla Brandão: Foi uma observação sobre uma iniciativa dirigida ao nosso comércio local. Uma iniciativa que vai acontecer no período de Natal e que se trata na atribuição de 500 vales de 10€. Os mecanismos de entrega desses vales são conhecidos, estão a ser publicitados. Portanto, estamos a trabalhar na adesão dos nossos comerciantes à iniciativa. Aquilo que se pretende é que esses 500 vales constituam um estímulo para que as pessoas comprem no nosso comércio e que depois esses 500 vales tenham efeitos reprodutivos porque, naturalmente, têm de ser consumidos nesse mesmo comércio. Esta é uma forma simples, como disse, de estimular o comércio local. E portanto, trabalharemos no futuro para encontrar outras fórmulas também igualmente simples mas que tenham o impacto desejado para ajudar o nosso débil comércio local. Em relação à intervenção da Senhora Deputada Helga Correia: Algumas notas, também, muito breves: As Escolas efetivamente do nosso Concelho precisam de intervenções profundas. Esse*

concurso que está a falar de outubro de 2019 teve quatro lotes: dois deles foram adjudicados; dois deles ficaram desertos. Estamos a trabalhar nesses que ficaram desertos. Os dois que foram adjudicados e tem a ver com a requalificação de parques infantis e com coberturas: Os parques infantis já decorreram e já aconteceram em algumas escolas; O das coberturas está consignado, mas está a aguardar a melhoria das condições climatéricas para naturalmente fazermos esse tipo de intervenção. Em relação ao um milhão de euros e às intervenções mais substanciais nas seis escolas que vão ser contempladas: O Aviso ainda está a decorrer. Os projetos estão feitos - (Julgo que globalmente estarão feitos, faltava ao da Alumieira, não sei se estará completamente feito?) Estão a ser neste momento (diz-me o Senhor Vereador (Rui Luzes)) inscritos nas plataformas. Estamos a falar de seis escolas que vão ser intervencionadas profundamente, Lações, Alumieira, Cesar, Faria de Baixo, Brejo e Palmaz. Em algumas dessas escolas - julgo que Lações e Brejo - vamos remover contentores. Contentores que estão há muitos anos a servir de cantinas ou salas de aulas. E portanto, aquilo que nós pretendemos é que as nossas escolas depois destas intervenções fiquem com condições de aprendizagem muito melhores e que nós consigamos, aos poucos, ir resolvendo algumas debilidades que facilmente identificamos; a Senhora Deputada acabou de referir um conjunto de debilidades, mas existem muitas outras que tem a ver com pequenas coisas, como estores, que tem a ver também com o parque informático, enfim, há um conjunto de problemas que urge resolver nas nossas escolas. Mas o caminho está a ser feito. E, portanto, aquilo que nós esperamos é que o parque escolar, em resultado dos cinco milhões e meio de euros que vão ser investidos nos próximos dois anos, fique melhor preparado para o futuro. A Ferreira da Silva, como sabe, está a ser intervencionada. Estamos a trabalhar para assinar também o Auto de consignação para a escola de Fajões, portanto estamos a trabalhar nesse sentido, ainda hoje tivemos a oportunidade de avançar com mais uma peça do procedimento. E portanto, aquilo que nós esperamos é que muito rapidamente não só a Escolas de Fajões como estas escolas que constam deste Aviso de um milhão de euros possam ser intervencionadas. Em relação à questão do IC2. Bom, esta é realmente uma questão que nos preocupa. Eu tive a oportunidade de, ainda em março de 2019, notificar as Infraestruturas de Portugal, no sentido de intervirem no nosso IC2 procurando erradicar os pontos de maior sinistralidade. Já no passado tinha feito um contacto com as Infraestruturas e Portugal, na sequência, julgo eu, até, de um pedido do Senhor Deputado Nuno de Jesus e referia-se concretamente à situação também de Travanca. E, portanto, aquilo que nos foi dito - o ofício que nos foi enviado - foi de: “Relativamente ao assunto em epígrafe, informa-se Vossa Excelência de que a IP (Infraestruturas de Portugal) prevê que os trabalhos da implementação das regras de segurança do caso em apreço ocorram durante o segundo semestre de 2019.” Estamos no final do semestre de 2019 e portanto essas intervenções vão ocorrer. Eu desconheço, sinceramente. Não tenho, nunca tive, não fui informado de nenhum estudo de monitorização do IC2. Gostaria de o conhecer, naturalmente. Agora, obviamente que, não sendo uma estrada municipal, nós não deixamos de fazer pressão junto das Infraestruturas de Portugal no sentido de que essa estrada crie todas as condições de segurança para os automobilistas. Portanto, esse trabalho está a ser

feito e vamos continuar a fazê-lo. Na sequência da sua intervenção, vou voltar a insistir com as Infraestruturas de Portugal, no sentido de, caso exista o estudo nos facultarem-no e, naturalmente, também, desenvolverem todas as medidas que conduzam a melhores condições de segurança nesta via. Em relação á questão de Travanca: Eu lembro-me que eles consideraram que o local identificado em Travanca, não era identificado como um ponto negro pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária. Mas, mesmo assim, disponibilizaram-se para implementar algumas medidas que visassem melhorar a sua segurança. Em relação á intervenção do Senhor Deputado Jorge Pereira: Saúde: Efetivamente, por uma mera questão de coincidência, os meus ofícios dirigidos ao INEM, em relação a esta ambulância, a esta resposta de suporte imediato de vida, foram curiosamente e coincidentemente ambos respondidos no dia 28 de agosto. É uma coincidência. Mas, efetivamente o meu último ofício, de 25 de julho, foi respondido, como já tinha sido o do ano passado, no dia 28 de agosto. O Despacho 10319/2014, realmente exige que as SUB (Serviço de Urgência Básica) integrem uma SIV (ambulância de Suporte Imediato de Vida) mas, como sabe, aquilo que tem acontecido é que nós estamos a falar de recursos humanos fundamentalmente, para além das viaturas. E portanto, as SIV exigem técnicos de emergência pré-hospitalar com qualificações e o que acontece é que o Ministério não os disponibiliza e portanto aquilo que nós fazemos é, naturalmente, pressionar todos os anos. Aproveitei a vinda da Senhora Ministra da Saúde (Dr.<sup>a</sup> Marta Temido), na inauguração das cadeiras dentista de Oliveira de Azeméis e S. João da Madeira, numa reunião de trabalho que ela solicitou com ambos os Presidentes de Câmara e com o Senhor Diretor do ACES, para lhe falar precisamente na SIV para a SUB de Oliveira de Azeméis, Hospital S. Miguel de Oliveira de Azeméis, que era uma resposta importante. Ela fez boa nota dessa resposta - Disse que iria procurar junto do INEM perceber para, (no plano anual de intervenção da emergência médica), procurar integrar essa resposta. Portanto, nós vamos continuar a acompanhar e vamos continuar a insistir para que essa resposta efetivamente aconteça. E, claro que é um compromisso nosso. É um compromisso nosso e não deve ser um compromisso do Presidente de Câmara, deve ser um compromisso de todos nós. E tudo farei para que essa resposta venha o mais rapidamente possível para o nosso Concelho. E portanto, continuarei a pressionar quem de direito para que a instale cá. Em relação à intervenção da Senhora, Segunda - Secretária, Isabel Barbosa: Obviamente que as questões que se colocam em relação a Ferreira de Castro são muito simples: aquilo que está feito. Aquilo que foi feito tem a dimensão que Ferreira de Castro merece? Essa é a grande questão. Tudo aquilo que nós temos feito é suficiente para atrair visitantes e é suficiente, também, para darmos a dimensão nacional e internacional que Ferreira de Castro merece? Ferreira de Castro é realmente um cidadão oliveirense mas, é um cosmopolita, é um cidadão do mundo. E portanto, nós não tivemos a capacidade, ainda, para criar essa dimensão de Ferreira de Castro. E, portanto, compreendo que alguém que tinha como valores de vida a liberdade e a dignidade humana seja alguém que através da sua extraordinária obra literária mereça da nossa parte muita atenção. Elencou aqui um conjunto de coisas que eu acho que são muito importantes. Neste momento está completamente pronto um programa estratégico para promover Ferreira de Castro. Contém doze

*medidas. Doze medidas objetivas, que vão ser apresentadas às pessoas que nós queremos envolver nesta resposta, que incluem várias coisas, que incluem várias perspetivas, que incluem a possibilidade de nós termos alguém de dimensão nacional que seja um diretor deste projeto, que inclui o Centro Interpretativo Ferreira de Castro, que inclui um conjunto de iniciativas - essas que referiu e muitas outras. E portanto, eu agradecia que me fizesse chegar essas iniciativas porque certamente vão complementar esse programa que temos de doze medidas. Que eu julgo que estaremos em condições de na próxima semana - já foi feito esse desafio aos Senhores Vereadores - fazermos o convite a um conjunto de entidades que, obrigatoriamente, terão de fazer parte deste processo. E portanto, registo com agrado essa observação, em relação a Ferreira de Castro, que efetivamente é a figura maior da nossa cultura e que não está a ser devidamente potenciada. E todos temos responsabilidade por fazer mais e melhor. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado **Jorge Pereira**, do CDS/PP. =====*

*===== É só para dar uma nota ao Senhor Presidente: Ainda bem, felicito-o, e fico muito feliz por saber que se tem empenhado nisto. Mas a nota que eu quero dizer, é só esta: Insista, mesmo agora, porque a janela de oportunidades está aqui. E o argumento de falta de recursos humanos, morreu. Entraram 100 técnicos novos muito recentemente nos quadros do INEM. Por isso, aproveite a deixa. Era mesmo só isto. E felicidades. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Ilídio Godinho**, do PSD. =====*

*===== Boa noite. Na qualidade da Senhora Presidente da Assembleia felicito todos os presentes. Eu vinha aqui também para falar no IC2. Já foi falado. É uma preocupação também e acho que é de todos. Outra preocupação e também já falamos nisso particularmente: Mas ainda esta semana me deparei com duas situações com pesados a saírem aqui da Via do Nordeste. Já falamos. Provavelmente será uma obra cara. Penso que não. Mas, de qualquer das maneiras, na saída da Via do Nordeste, quando os pesados vêm para o lado de Oliveira de Azeméis não têm mais saída: Ou vão para Santo António ou têm de sair pela Rua da Lomba. A Rua da Lomba, como nós sabemos, já foi aqui muitas vezes falada nesta Assembleia, deve ser das vias mais fracas do nosso Concelho. E na sua saída a Oeste fica com uma passagem estreita. E há dias estavam dois veículos pesados, um em cada sentido, com veículos ligeiros à sua retaguarda, e foi o caos para sair de lá. Também me deparei, exatamente em Santo António, com um TIR. Agora tem a sinalização de trânsito proibido a mais de 3500 kg. Mas ele depois de passar a Rotundo dos Caulinos ou a Rotunda da Ferreira nunca mais tem por onde sair a não ser por Santo António. E isso, continuo a dizer, é o caos no trânsito quando se vem da Via do Nordeste. Claro que temos uma saída: É mandar os pesados que vêm ao nosso Concelho para o concelho de S. João da*

*Madeira; Têm de ir apanhar o IC2 a outro concelho. Por aqui não tem saída. Se vier do lado de Pindelo, Carregosa .... Depois, metem o GPS e o GPS indica-lhes e eles vêm por aí abaixo e ficam aqui entalados. Isto é uma solução que eu penso que se tem de resolver. E se não for com uma via estruturante nova a sair ao Covo, que seja, pelo menos, devidamente sinalizada para os pesados não entrarem em situações embaraçosas para todos nós porque depois o trânsito fica interrompido. Uma das preocupações que também me traz cá, e esta, eu não sou técnico especializado nessa matéria mas, penso que a olho nu toda a gente repara que a curva dos caulinos, abaixo da Rotunda da Ferreira, que nós chamamos Rotunda da Ferreira de Castro, está, se calhar, a ficar como em Borba e se não houver medidas de segurança qualquer dia vamos lá ter problemas. Eu, não sendo técnico, estou a falar. E o Senhor Presidente pode até já ter lá mandado alguém ver e diz que aquilo está em segurança. Para mim, não está. Ainda há dias a via estava a ceder. Foi-se lá meter alcatrão para remediar o mal. Mas eu penso que esse mal cada vez se torna mais pesado e aquilo vai ceder. E aquilo não é pedra. Aquilo é salão. Em Borba era pedra e caiu. Portanto, vamos tentar ver se se faz ali uma análise profunda aquela situação, se estiver em segurança, tudo bem, mas se não estiver, para depois no futuro não virmos a ter dissabores. Muito obrigado.=====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====*

*===== Senhora Presidente, muito obrigado. Sintam-se todos cumprimentados na sua pessoa. Aproveitar para agradecer os cumprimentos que me dirigiram. E aproveitar também, em nome do Partido Socialista de Oliveira de Azeméis, para felicitar a Helga Correia pela sua eleição como Vice-secretária da Mesa da Assembleia da Republica. Penso que, por aquilo que estive a procurar, é a primeira vez que temos um oliveirense nessas funções e portanto muito nos dignifica, muito dignifica o Concelho de Oliveira de Azeméis, estamos certos que fará um bom lugar. E permitam-me também, antes de iniciar a minha intervenção, que me regozijo de ver uma assembleia cheia e, acima de tudo, participada. Sempre foi isso que defendemos, uma assembleia participada onde as pessoas se sentissem verdadeiramente confortáveis por exporem os seus problemas, independentemente de ser mais ou menos desagradável. Isso é de facto uma coisa que, a todos que fazemos política, nos deve regozijar. Até porque, lembro que a única Assembleia que fizemos neste sítio já há alguns anos, enfim, na altura por obra do “Espírito Santo” certamente, nem PowerPoint tinha, porque na altura não dava muito jeito. Em política o dever de prestar contas é tão ou mais relevante do que a capacidade de assumir compromissos. Mais do que prometer mundos e fundos a cada ciclo, é a capacidade de avaliar e prestar contas pelo que se assumiu que dá credibilidade ao exercício de cargos públicos. Mesmo que o que se tenha prometido pareça modesto para alguns, mas ainda assim tenha merecido a confiança de uma maioria. Dois anos decorreram desde que o Partido Socialista assumiu a gestão pública do Município, mas sentimos, como na primeira hora, a exigência de continuarmos a prestar contas*



aos oliveirenses. De os envolver na discussão dos muitos problemas do Município, mas também na reflexão sobre os enormes desafios que temos que enfrentar nos próximos anos. Como assumimos no início deste mandato, nunca nos demitiríamos de fiscalizar as atividades do executivo, de pugnar por um mandato exigente, democraticamente responsável e politicamente consequente. O caminho é claro e quatro pilares facilitam o nosso balanço: 1º - Assumir processos em curso, porque em gestão pública respeitam-se compromissos. A grande frente de obra em rede de água e o Cineteatro Caracas, projetos que obrigaram a um sério reposicionamento de fundos, a redefinição de projetos e nova orçamentação, mas que de todo não deixamos parar e mereceram da nossa parte muito mais do que o ruído que se fez crer. Seja, importa é que possam ser, de facto, uma realidade. 2º - Criar condições de sustentabilidade, para que a Troika de um Plano de Saneamento Financeiro não volte a passar por aqui. As poupanças de energia, de água, de luz pública, de rendas vão permitir certamente outra agilidade no futuro. São políticas silenciosas que não podemos deixar de fazer. São poupanças que nos permitem investimentos com que nos comprometemos, e outros tantos que gostaríamos de fazer. E são elas também a resolução de problemas antigos e, chegamos quase a acreditar, insolúveis. O exemplo do centro de saúde é talvez o mais paradigmático. Não só pelo que aconteceu antes, mas também pelo que aconteceu durante e depois. Sempre um esforço de ruído que procuramos com tranquilidade responder. Mas será, pela sua importância social, ainda mais relevante o caso das Escolas de Cucujães e Fajões. Valeria a pena recordar a politização absurda que se procurou fazer, mas importa o que realmente está a acontecer: a resolução cabal dos problemas que enfrentam aquelas escolas. 3º - Cumprir os seis grandes compromissos que assumimos olhos nos olhos com os oliveirenses. O Vale Educação, uma realidade desde a primeira hora, o Parque Urbano, já com terreno comprado e com esforço de desenvolver projeto, o reforço do apoio às Juntas de Freguesia desde o primeiro orçamento, ainda pouco, mas demonstrativo do que entendemos ser uma política de descentralização, de reforço da autonomia e sobretudo de muito respeito. A Praça Maior, um desafio sobre o qual continuamos a trabalhar e que, mais uma vez, pede recato e serenidade. E, por fim, os dois compromissos que aprovaremos certamente nesta Assembleia, que esperamos possam contar com o apoio de todos: o apoio aos medicamentos para pessoas que realmente precisam e o início da redução do IMI. Esta é de facto uma Assembleia-Compromisso. 4º - Iniciar finalmente novos projetos e sentir o desafio de um concelho que todos sentimos tantas vezes adiado: seja num novo Fórum Municipal, seja a recuperação de um Mercado de século XXI, seja a recuperação gradual da rede viária, sejam os projetos para as zonas industriais e o esforço para a sua adaptação. E não fomos exaustivos ao referir a resolução dos estaleiros, a recuperação do edifício das antigas finanças, o bairro de Lações, o cuidado com o espaço público, porque tudo, com sinceridade, nos parece ainda pouco. Só nunca nos parecerão poucos os milhões que entretanto tivemos que suportar, entre processos judiciais e devolução de fundos comunitários. Não nos parece pouco porque de facto não é, mas sobretudo porque são recursos preciosos num concelho com tantas necessidades. Tudo isto sem falar na dívida que continuamos a amortizar exatamente ao mesmo ritmo dos últimos anos e sem precisar falar do passado. O passado é que

*nos entra todos os dias pelos olhos e está bem presente em muitos dos nossos problemas. Oliveirenses, o caminho é longo, não tenhamos quaisquer ilusões. Todos somos precisos neste envolvimento de construção de um concelho de reconhecida centralidade. Não podemos deixar de apelar, como sempre temos feito, ao esforço de evitar o ruído que às vezes se quer fazer, como nós mesmo mantemos o compromisso de não deixar que outros assuntos, ainda que sérios e confrangedores, nos desviem do que realmente nos deve motivar: os problemas deste concelho e o desafio da sua resolução. Estamos certos que é neste caminho de compromisso e de rigor que dignificamos o exercício de cargos públicos. Podem não concordar connosco, podem não entender as nossas prioridades, poderiam até fazer outras opções, mas em nenhum momento duvidem da seriedade do nosso compromisso e, em política, o que é mais importante, da seriedade da nossa postura. O caminho é longo, mas é de facto para a frente. Muito obrigado. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora **Susana Mortágua**, Presidente da União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca. =====*

*===== Boa tarde, a todos. Antes de mais, queria cumprimentar a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Dr.<sup>a</sup> Helena Santos, e na sua pessoa permita-me que cumprimente os restantes presentes neste auditório e a quem nos ouve através da Azeméis FM. Voltando a pegar num ponto que já aqui foi trazido a segurança rodoviária no IC2. Eu ia acrescentar a importância de olharmos para três pontos críticos onde esta via atravessa no Pinheiro da Bemposta, e os pontos são: cruzamento do Pinharenses, o cruzamento das Vendas e o cruzamento do Largo do Cavaco. Os sinistros ocorridos nestes pontos não serão tão negros como na curva do estádio uma vez que semaforização vai evitando os acidentes mas sempre que esta deixa de funcionar, é sistemático quando chega esta época de trovoadas, torna-se um problema e é quando ocorrem os acidentes. Por outro lado, também, os semáforos causam transtornos no trânsito, uma lentidão constante para quem percorre aquele percurso. Neste momento estamos há duas semanas com os semáforos no Largo do Cavaco apagados. Já fizemos a devida reclamação. Voltamos a fazer essa reclamação. E, portanto, esta dificuldade de resposta por parte das Infraestruturas de Portugal depois leva a situações que os acidentes ocorram. Nós já debatemos este problema na Assembleia de Freguesia, inclusive uma das soluções que apontamos era na criação de rotundas. E acho que era a altura de podermos olhar para esta possibilidade e resolver definitivamente estes problemas. Muito obrigado. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Amaro Simões**, Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque. =====*

*===== Muito boa tarde, Senhora Presidente. Sintam-se todos cumprimentados, na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia. Deixem-me testemunhar a minha emoção sempre que me*

*encontro nesta casa. Esta casa foi feita após muitas lutas, uma campanha bem-sucedida, mas teve por base uma acessibilidade que foi feita no âmbito da nova acessibilidade S. Roque-Oliveira de Azeméis. S. Roque sentia-se, de alguma forma, esquecido, marginalizado porque as acessibilidades à sede do Concelho eram muito fracas. E portanto, era muito mais apelativo ir para S. João da Madeira do que para Oliveira de Azeméis. Felizmente conseguimos esta acessibilidade que posteriormente deu origem à compra desta Quinta e posteriormente facilitou a construção deste equipamento. Um dia que seja possível melhorar a acessibilidade à universidade, a este Polo, porque - já que se esteve muito a falar de pontos negros - é um ponto um bocado constrangedor a acessibilidade aqui a este Polo Universitário. Posto isto, deixem-me transmitir-vos outro: Ainda bem que o António Ilídio e outras pessoas se manifestaram apreensivos quanto à segurança das minas dos caulinos. Porque, eu parece que já adivinhava, eu esta semana, mais uma vez, entramos em contacto com a direção minas, o senhor engenheiro Valdemar Oliveira e pus-lhe a questão desta maneira: “Tendo em conta os esclarecimentos que nos foram solicitados, gostaríamos de poder acrescentar na próxima Assembleia de Freguesia o resultado da última inspeção à mina de caulino do Covo. Assim, muito agradecíamos que nos pudesse estabelecer: “Ponto um - O ponto da situação da segurança do talude poente da mina, confinante com via do nordeste. Ponto dois - Quais as medidas de segurança recomendadas pela Direção Geral de Energia e Geologia / Ministério do Ambiente. E outros elementos que entenda úteis para consolidar a confiança das populações. Obrigado.” E depois dizia mais: “Entretanto, dou nota que, amanhã, dia 22, às 17h:00m, há Assembleia Municipal. É muito provável que esta questão seja colocada ao Presidente da Câmara. Assim, se nos pudesse facultar a sua resposta em tempo útil, poderíamos com mais precisão, responder às apreensões suscitadas.” Entretanto fui mandando alguns esclarecimentos para os colegas da Assembleia de Freguesia, fui-os pondo a par das diligências que estávamos a fazer com a direção da Motamineral, que é quem tem agora a concessão. E, vão-me perdoar, eu vou ler exatamente a resposta que obtive da direção das minas. “Estimado Sr. Presidente Amaro Simões, Bom dia. A Motamineral, SA é titular da concessão de exploração de caulinos designada Quinta do Covo, atribuída por contrato de concessão assinado com o estado português em 1994. A entidade que tutela e fiscaliza a nossa atividade é a DGEG (Direção Geral de Energia e Geologia) inserida no Ministério do Ambiente e Ação Climática. A atividade extrativa tem decorrido normalmente tendo sido recentemente assumido com a DGEG o compromisso de reforçar o talude existente do lado da estrada, o qual como se sabe já não é alvo de qualquer intervenção extrativa há muitos anos. Esse reforço foi já iniciado no verão passado na zona mais a norte do talude, como poderá ser observado no local e como foi verificado pelos técnicos da DGEG que nos visitaram no passado dia 30 de Outubro manifestando satisfação pela forma como os trabalhos estavam a decorrer. Estas visitas ocorrem com regularidade havendo desta forma uma permanente fiscalização da nossa atividade. Esta tarefa de reforço do talude implica a movimentação de grandes volumes de materiais inertes, provenientes da própria mina, mas dadas as características do local de descarga (base do talude) é uma tarefa que não pode decorrer em tempo de chuvas, por óbvias dificuldades de circulação*

*de máquinas e camiões/dumpers, prevendo-se a sua retoma logo que as condições atmosféricas assim o permitam. Aproveito a oportunidade para realçar que desta exploração têm saído caulinos estrategicamente importantes para a indústria cerâmica nacional por concorrerem diretamente com caulinos importados. Destaco ainda que a Motamineral, SA e todo o grupo MCS acreditam firmemente que as questões de segurança e de proteção ambiental são absolutamente prioritárias e fundamentais para o desenvolvimento sustentado da atividade extrativa em Portugal. Estamos naturalmente à vossa disposição para qualquer esclarecimento adicional. (...).” Portanto, eu espero que com este esclarecimento algumas das apreensões, que são legítimas, porque desde há mais de um ano que tenho recebido cartas, emails, e intervenções na Assembleia de Freguesia. Eu estava preparado para fazer isto na Assembleia de Freguesia. Mas uma vez que achei oportuno e é oportuno, porquê? Porque queria que as pessoas, sobretudo as pessoas de S. Roque e de Bustelo que demandam da via do Nordeste se sintam seguras ao passar. Porque aquilo que o António Ilídio falou aqui é lugar-comum em S. Roque, particularmente as populações que vivem próximo destas minas sentem-se um bocado apreensivas. Eu não sei se o Senhor Presidente da Câmara tem alguns elementos a acrescentar a estes, é provável que tenha mas, se não tiver, sintam-se esclarecidos. Esclarecidos? Não quer dizer que não possa acontecer alguma coisa. Mas pelo menos sintam que há empenhamento por parte da autarquia no sentido de procurar dar o máximo de segurança e de conforto, e de confiança às populações. Bom Natal.=*

*===== Para dar resposta às intervenções anteriores, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**. =====*

*===== Obrigado, Senhora Presidente. De forma muito breve. Em relação á intervenção do Senhor Deputado Ilídio Godinho: Concordo consigo. É uma preocupação, é uma dificuldade, a saída da Via do Nordeste. Efetivamente a solução não é fácil. Se fosse fácil, eventualmente, já teria sido implementada. O que é um facto é que é proibido o trânsito a pesados no centro da cidade. Obviamente que os pesados, por vezes, não respeitam a sinalização ou não veem a sinalização e, depois, temos congestionamentos no centro da cidade. As alternativas não são muitas efetivamente. E essa solução de utilizarmos, digamos, uma via, uma putativa via através da Quinta do Covo seria uma solução extraordinária mas estamos a falar de um investimento colossal e, neste momento, naturalmente, a nossa prioridade é procurar resolver uma boa parte do estado de degradação da nossa rede viária e, obviamente, depois, tentaremos esses projetos mais arrojados e mais estruturantes quando houver capacidade financeira para o fazer. Uma nota: A Rua da Lomba está efetivamente em mau estado mas não é das ruas mais degradadas do Concelho. Temos muito pior do que aquilo, temos isso perfeitamente documentado, e, até, dir-lhe-ia com toda a frontalidade que, temos ruas que estão praticamente intransitáveis no nosso Concelho o que não acontece com a Rua da Lomba, embora reconheça que a Rua está com o piso completamente irregular e está em muito mau estado. Em relação à sua preocupação - e aproveitaria a intervenção do Senhor Presidente da Junta de S. Roque - da curva dos caulinos:*

*Efetivamente, conforme foi dito aqui pelo Senhor Presidente da Junta, existe esse contrato de exploração com a Motamineral, SA., contrato de exploração assinado com Estado Português desde 1994. Vocês sabem que os caulinos são extremamente importantes para a nossa indústria cerâmica, que importa esse tipo de matéria-prima. É evidente que essa preocupação existe. Nós já oficiamos a DGEG (Direção Geral de Energia e Geologia) que é a entidade que fiscaliza e licencia essa atividade. Foi efetivamente dado início a um processo de consolidação de talude, efetivamente foi dado início a esse processo no verão. É fundamentalmente feito através de movimentação de grandes massas de inertes da própria exploração. Claro que não pode ser feito com condições climáticas adversas como estas. E portanto, aquilo que nós esperamos é que a regularização do talude venha a ser resolvida. Embora, como foi dito no ofício, já há muitos anos que não existe atividade extrativa nessa zona da exploração. Mas, deixem-me dizer uma coisa, uma nota que é muito importante, porque eu vi no ofício a Motamineral a esclarecer o Senhor Presidente da Junta de S. Roque que as fiscalizações são regulares, são permanentes, não é verdade. Porque da última vez que nós oficiamos a DGEG a cerca deste assunto, a DGEG respondeu-nos a dizer que não tinha recursos humanos e que a exploração não era fiscalizada desde 2015. Portanto, não é verdade que haja essa fiscalização regular. Agora sim, no dia 30 de outubro, os técnicos da DGEG deslocaram-se ao local e confirmaram a estabilidade do talude. E isso aconteceu na sequência da pressão que a Junta de Freguesia tem feito e também do facto de nós termos feito um relatório técnico exaustivo que documentamos com fotos e que fizemos chegar à DGEG. E portanto, na sequência desse trabalho a DGEG deslocou-se ao local. E portanto, os trabalhos de estabilização do talude vão continuar. Aquilo que nos foi dito, conforme tiveram oportunidade de ouvir do ofício, é que a estabilidade do talude não está em causa. Mas obviamente, não sendo da responsabilidade da Câmara Municipal a fiscalização e o assegurar dessas condições de segurança, isso não significa que nós não estejamos atentos e não estejamos preocupados. E portanto, aquilo que nós esperamos é que essa consolidação do talude se inicie logo que as condições climáticas o permitam. Em relação á intervenção do Senhor Deputado Bruno Aragão: Não tenho nada a acrescentar. Foi mais expositiva, portanto não colocou nenhuma questão. Em relação á intervenção da Senhora Presidente de Junta, Susana Mortágua: O IC2, é uma preocupação, atravessa o nosso território, é uma via estruturante do nosso território. Elencou três pontos de grande conflitualidade e de grande intensidade de tráfego: zona do Pinheirense, as Vendas e o Largo do Cavaco. A solução das rotundas, num ou noutra caso será possível, são soluções muito caras, mas obviamente cabe às Infraestruturas de Portugal dar essas respostas. É evidente que, aquilo que nós gostaríamos que acontecesse é o que está a acontecer em algumas das estradas regionais. Vocês veem, por exemplo, a ligação de S. João da Madeira à Feira onde estão a ser feitas um conjunto de rotundas que resolve precisamente este congestionamento de trânsito. Conforme referiu: As trovoadas avariam os semáforos. E é lamentável que estejamos há duas semanas para resolver o problema. Sendo certo que os semáforos ajudam, como disse também, a disciplinar o trânsito que se verifica nesses locais. Em relação á intervenção do Senhor Presidente de Junta, Amaro Simões: Em relação à acessibilidade*

*à ESAN. Não tenho nada a dizer. É uma acessibilidade perigosa, feita em curva. Obviamente que achamos que foi um erro aquela acessibilidade. Gostaríamos muito e encontrar uma solução. Uma solução que será feita no futuro. Agora estamos preocupados é com a Rua da Lomba que está em muito mau estado. Vamos procurar resolver o problema da Rua da Lomba. É uma das nossas prioridades. A questão da acessibilidade da ESAN, poderá ser estudada através da zona da Associação de Melhoramento Pró-Outeiro procurando ali uma acessibilidade mais direta a esta zona. Portanto, vamos ver se isso é possível. Mas, sinceramente, nós não estamos neste momento, não é uma das nossas prioridades fazer essa acessibilidade, não temos condições financeiras para o fazer, mas isso não significa que nós não o estudemos. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====*

*===== Cumprimentar Vossa Excelência, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara e respetiva Vereação, meus Colegas Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta, demais público aqui presente e as pessoas que nos estão a ouvir lá em casa. Isto não é propriamente uma intervenção mas era, talvez, um ponto de reflexão relativamente ao documento que foi produzido pela Mesa da Assembleia, através da sua Presidente, em que nos dá de facto os tempos que se gasta. É de facto um documento bem elaborado, com algum rigor do qual nos apraz. E penso que será, pelo menos da experiência que eu tenho, a primeira vez que isto é feito. Eu queria de alguma forma partilhar convosco uma reflexão, relativamente à duração do período das Assembleias Municipais. E, de facto, nós temos Assembleias Municipais que duram - uma delas - a homóloga do ano passado durou mais de 5 horas. E, de facto, eu noto que a partir de uma certa altura ninguém consegue raciocinar bem, as pessoas começam a revelar algum cansaço. E de facto uma Assembleia Municipal não pode durar 6 horas. Este era um aspeto que eu queria que, de facto, fosse objeto de reflexão por parte da Senhora Presidente e da restante Mesa. Eu até sou contra a limitação do tempo. Acho que é muito mais produtivo as pessoas virem aqui, explicarem, dizerem os pontos de convergência e divergência das várias decisões da Câmara, do que propriamente nós estarmos limitados com tempo e termos aquela espada entre mãos da questão do tempo. Também acho que a postura da Mesa também tem tido alguma condescendência. E eu acho também muito bem. E deixava também essa questão da reflexão. Eu apenas fazia aqui uma "crítica", que não é crítica - eu percebo isso - que contabilizasse também o tempo gasto pelo Senhor Engenheiro Joaquim Jorge, Senhor Presidente. Porque eu, de facto, penso que o tempo que ele usa a palavra será bastante superior, se calhar, ao conjunto dos tempos que nós temos aqui, não é nenhuma crítica, isto não é nenhuma crítica velada, ele fá-lo-á com propriedade. Mas também é uma medida para nós refletirmos e que deveria estar inscrito. Eu próprio tinha aqui também uma intervenção sobre o balanço dos dois últimos anos de mandato. Não o vou fazer agora, porque o adiantado da hora já não permite e temos outras coisas para discutir, fá-lo-ei numa próxima oportunidade. E não queria deixar também de manifestar o meu regozijo e o meu*

*contentamento pela eleição da Helga Correia e do Bruno Aragão como Deputados da Nação. Tenho a certeza que, dada a qualidade de um e de outro, nós estamos muito bem representados. Não tenho dúvidas absolutamente nenhuma. E para os dois, um cumprimento especial. Muito obrigado. =====*

*===== Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito:=====*

*===== O tempo utilizado pelo Senhor Presidente, também consta no relatório.=====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora **Florbela Silva**, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes. =====*

*===== Boa noite. Sintam-se todos cumprimentados, na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia Municipal. A minha intervenção prende-se também pelos pontos negros, aqui já falados pelos colegas, existentes na Estrada Nacional 327. Um ponto negro nesta Estrada Nacional, muito badalado nestas últimas semanas, encontra-se na Rua da Ribeira, em frente à presa. Sei que é um assunto da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal. No entanto, talvez tenha alguma informação mais recente para nos fornecer, uma vez que a Junta de Freguesia não tem alguma informação sobre este assunto. E, já agora, Macieira de Sarnes ainda se sente muito distante da cidade de Oliveira de Azeméis, pois, ainda não temos uma via que nos faça mudar de direção, os macieirenses continuam a ir para S. João da Madeira. Obrigado. Boa noite e um bom Natal. =====*

*===== Para dar resposta às intervenções anteriores, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**. =====*

*===== De forma muito rápida: Senhor deputado Fernando Pais, não é fácil, quando temos quatro intervenções do público e dez intervenções dos senhores deputados, nós, querendo dar os esclarecimentos que entendemos que são necessários para que as coisas fiquem claramente clarificadas, sermos tão assertivos quanto devíamos. Eu faço mea-culpa e procurarei ser mais rápido nas respostas que presto e naturalmente se algumas explicações ficarem por dar, naturalmente estarei disponível para o fazer. Em relação á intervenção da Senhora Presidente de Junta - Florbela Silva: Em relação a estes pontos negros na Estrada Nacional 327: Isto tem sido alvo de várias notícias. Nós falamos durante todo este tempo com o munícipe António Costa, sobre todo este processo. Há aqui, digamos, uma tramitação enorme em relação a todo este processo que terminou na Procuradoria de Justiça. Conforme disse, e bem, esta estrada não é tutelada pela Câmara Municipal, não é uma estrada municipal. Aquilo que importa resumir, é que a Junta de Freguesia manifestou disponibilidade para fazer alargamento numa zona frontal à habitação deste casal de idosos, prontamente a Câmara disponibilizou-se para colaborar nesse*

*alargamento. A mesma coisa está a acontecer na zona da Quinta do Mirante. Só para vos dizer e para dar esse esclarecimento, que, em 19 de novembro, as Infraestruturas de Portugal solicitaram à Câmara a identificação predial e matricial de um conjunto de números e que estamos a procurar responder no curto prazo, julgo eu com o objetivo de procurarem proceder a um alargamento de toda essa zona. As respostas, como sabem, a esse processo têm sido de que: a passagem de peões não se justifica, o fluxo de peões não o justifica; O facto de estar numa curva, tem criado um conjunto de respostas, lombas nem pensar. Portanto, tem havido um conjunto de respostas negativas. Finalmente, as Infraestruturas de Portugal resolveram dar um passo em frente, no sentido de procurar, pelo menos nessa zona, resolver o problema. Sendo certo que muitas das vias do nosso Concelho, muitas das vias do nosso Concelho, têm exatamente o mesmo problema. Já disse isto no passado, volto a dizer hoje: Cada vez mais os macieirenses sintam-se oliveirenses. A Rua dos Ingleses foi, por exemplo, uma excelente requalificação que foi feita que permite que rapidamente os macieirenses se coloquem na Via do Nordeste e, através da Via do Nordeste, se coloquem no centro da cidade. =====*

*===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** anunciou o tempo utilizado pelos Grupos Municipais: O PS utilizou 21 minutos e 01 segundo; O PSD utilizou 12 minutos e 31 segundos; O CDS/PP utilizou 6 minutos e 12 segundos. =====*

*===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)** =====*

*===== Seguindo os trabalhos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início ao Período da Ordem do Dia. =====*

*===== **Ponto um:** - Ata n.º 15, Sessão Ordinária de 17 de setembro de 2019 - Aprovação; =*

*===== Presente para aprovação a ata n.º 15 - Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 17 de setembro de 2019. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====*

*===== Colocada à votação a ata n.º 15 da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 17 de setembro de 2019, foi **aprovada por unanimidade, não tendo participado na análise e votação deste ponto os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na Sessão a que ela respeita, por força do n.º 3, art.º 34º do Código do Procedimento Administrativo.** =====*

*===== Pela Senhora Presidente da Assembleia foi sugerido que se efetuasse a análise e discussão em conjunto dos pontos dois, três e quatro, uma vez que apenas o ponto quatro está sujeito a votação, a qual foi aceite por unanimidade. =====*



===== **Ponto dois:** - *Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município - Apreciação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as atividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município.* =====

===== *A Assembleia Municipal tomou conhecimento e apreciou a referida informação.* =

===== **Ponto três:** - *Relatório de Informação sobre a Situação Económica e Financeira - Reporte a 30/06/2019 - Conhecimento;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foram presentes os documentos atrás referidos, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.* =====

===== *A Assembleia Municipal tomou conhecimento e apreciou a referida informação.* =

===== **Ponto quatro:** - *Documentos previsionais (I/68668/2019) - Orçamento, Grandes Opções do Plano e Quadro Plurianual de Programação Orçamental para o ano 2020;* -----

===== **Ponto quatro - um:** - *Normas e propostas que constam do relatório orçamental, nomeadamente as propostas do VII - subpontos 1.a) e b); e 2. - Aprovação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foram presentes os documentos referidos em epígrafe, os quais ficarão arquivados em pasta anexa ao livro de atas, elaborados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *No ponto dois, aquilo que estamos a fazer é a cumprir aquilo que a lei determina, estamos a dar a informação sobre a atividade e da situação financeira da autarquia, para efeitos do artigo n.º 25, n.º 2, alínea c), da Lei 75/2013. E tem também aqui o relatório da informação da situação económica e financeira, no ponto três. Portanto, se tiverem alguma dúvida, naturalmente que eu aqui estarei disponível para a esclarecer. O ponto quatro, naturalmente, tem a ver com o Orçamento Municipal, previsional, para 2020. E eu vou dar-vos um conjunto de informações referente a esse Orçamento e, depois, naturalmente, estamos aqui disponíveis para vos dar todos os esclarecimentos que entenderem. A proposta de Orçamento para o ano 2020, apresenta um valor global de 43.6 milhões de euros. Sendo superior ao Orçamento do ano passado, ao Orçamento em vigor (2019), em cerca de 1.185 milhões de euros, ou seja, é um Orçamento 2.8%*

superior ao Orçamento deste ano e é naturalmente construído com base numa estimativa de receita prudente. Sobre o ponto de vista da despesa, aquilo que nós temos previsto neste Orçamento em termos de despesa totais de capital: Estamos a falar de 14.7 milhões de euros: uma verba que inclui o valor do investimento que são 9.5 milhões de euros, o valor da amortização da dívida municipal (empréstimos bancários médio e longo prazo) que são 3,6 milhões de euros e também as transferências de capital de 1.12 milhões de euros. E aqui queria sublinhar o aumento de cerca de 82%, relativamente ao ano anterior em termos de transferências de capital e um reforço de cerca de meio milhão de euros nas transferências para as freguesias e para as instituições sem fins lucrativos. Outro dado importante a reter no Orçamento de 2020 e que submeto à vossa atenção: é quando comparamos o valor de despesas de capital de 14.7 milhões de euros com as receitas de Capital Total de 6.9 milhões de euros, nós facilmente percebemos o esforço do município na canalização de receitas correntes para financiamento dessas despesas de capital, ou seja, do investimento. Quer isto dizer: quando estamos a comparar 14.7 milhões de euros de despesas de capital com 6.9 milhões de euros de receitas de capital, quase 8 milhões de euros de receitas correntes são canalizadas para investimento. A despesa corrente totaliza 28.9 milhões de euros. Aumenta cerca de 1.23 milhões de euros em relação a 2019. E tem como rubricas mais relevantes: Despesas com pessoal, 14 milhões de euros, aumentam 4% face ao orçamento inicial de 2019, ou seja, estamos a falar em mais 482 mil euros de aumento, apesar da redução do número de colaboradores. Aquisição de Bens e Serviços, totaliza 11.2 milhões de euros e tem um aumento global de 4%, face ao valor inicial do ano anterior (2019), isto representa um aumento de 425 mil euros. As Transferências Correntes é outra rubrica importante na despesa corrente, tem um valor de 3.1 milhões de euros. E representa um aumento de 7%, relativamente à dotação inicial de 2019, ou seja, mais 207 mil euros. O que mais pesa na despesa do nosso Orçamento de 2020 são: Despesas Com Pessoal: 32.1%; os tais 14 milhões de euros, já referidos; Aquisição de Bens e Serviços: também já referidos, os tais 11.2 milhões de euros, que representam 25.7% do Orçamento da despesa; Aquisição de Bens de Capital: representa 21.8%, 9.52 milhões de euros; Transferências Correntes e de Capital: 9.7% do Orçamento, 4.23 milhões de euros. Passivos Financeiros: 3.6 milhões de euros de amortização dos empréstimos de médio e longo prazo, que representam 8.3%. Em termos da Receita: Receita Corrente atingirá o montante de 36.7 milhões de euros e a Receita de Capital andarà à volta dos 6.87 milhões de euros. Principais rubricas que compõem a receita: Receitas Fiscais: (impostos diretos e impostos indiretos, as taxas, as multas, as penalidades) - que ascendem a 13.83 milhões de euros e representam 31.7% da receita total. Transferências Correntes: 18.62 milhões de euros. São as receitas que vêm do FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro), que vêm do Fundo Social Municipal, que vêm da participação fixa do IRS (os tais 5%), que vem também do Programa Aproximar a Educação - é uma verba de 18.62 milhões de euros, também uma verba substancial na composição da nossa receita. Vendas de Bens e Serviços Correntes: 3.79 milhões de euros, cerca de 8.7% das receitas totais que o Município consegue arrecadar. Isto tem a ver com os parques de estacionamento, com as quotas dos serviços de RSU, com a renda da concessão de energia elétrica, enfim, são esse

tipo de receitas que compõem a Venda de Bens e Serviços Correntes. Temos também outras receitas correntes, embora menores, de 400 mil euros. E temos Transferências de Capital que correspondem a 5.88 milhões de euros E são Receitas de Capital que têm origem sobretudo no FEF e no FEDER. As principais áreas de atuação em termos de dotação do Orçamento 2020 são: A Educação e Formação, com cerca de 9.5 milhões de euros; Ordenamento do Território, com 3.8 milhões de euros; Cultura, com 3.39 milhões de euros; Serviços Urbanos Ambientais, 2.156 milhões de euros; Juntas de Freguesia, com 1.4 milhões de euros; Transportes e Comunicações, com 1.16 milhões de euros; Apoio às Famílias e Apoio Social, com 1.12 milhões de euros; Rubricas relacionadas com a Conservação da Natureza, com a Proteção Civil, 729 mil euros; Serviços Gerais, 600 mil euros; Empresas e Comércio, 60 mil euros. Em termos de PPI (Plano Plurianual de Investimentos): Como sabem, estende-se 3 anos para além do nosso exercício de 2020. O volume que nós temos de investimento previsto, para 2020, é de 9,5 milhões de euros. Um valor que é superior em 26% à dotação inicial média dos últimos 5 Orçamentos, ou seja, dos Orçamentos de 2015 a 2019. As principais rubricas do Plano Plurianual de Investimento são: Educação: 1.38 milhões de euros - representa 14.5% da verba do PPI; Ordenamento do Território: 2.2 milhões de euros - representa 23.1% do PPI; Abastecimento de Água e Saneamento: 1.49 milhões de euros - representa 15.8% do investimento previsto no PPI; Cultura: 2.34 milhões de euros - representa 24.6% do PPI; Desporto, Recreio e Lazer: com um pouco mais de 540 mil euros - representa 5%; Transportes e Comunicações: 1.16 milhões de euros - representa 12.3%. Quais são as principais obras do PPI, obras acima de 100 mil euros, que estão previstas no nosso Plano Plurianual de Investimentos: Remodelação do Cineteatro Caracas; Expansão da Rede de Água e no Saneamento (construção, beneficiação e ampliação de captações, adutoras, reservatórios, etc...); Escola Básica e Secundária Ferreira da Silva; Requalificação das Antigas Finanças (Cucujães) para a instalação do posto de GNR, em Cucujães; Muros e Conservação da Rede Viária; O nosso Parque Urbano - Centro de Educação Ambiental; Requalificação do Centro de Saúde; Edifício para as Oficinas Criativas (Garagem Justino); Beneficiação de Escolas do Ensino Básico e o Ensino Secundário; Fórum Municipal - Casa Sequeira Monterroso (antigo edifício da Mercantil); Requalificação do Centro Interpretativo do Vidro; Construção e beneficiação de vias e passeios. Enfim, um conjunto de rubricas que aqui estão elencadas. A proposta Orçamental para 2020, tem como linhas estratégicas: a reabilitação urbana; a mobilidade sustentável; a inclusão social; o apoio às pessoas e às famílias, através de projetos da ação social; reforço da competitividade e atratividade do território; reforço das verbas investidas nas Freguesias; a continuidade do processo de renovação da requalificação de edifícios públicos degradados para aí podermos albergar serviços que se encontram em espaços arrendados; promoção da atração do investimento e do fomento do empreendedorismo; apoio à economia local; a aposta na cultura e desporto e no apoio, naturalmente, ao nosso movimento associativo; a aposta na educação, não só, através da manutenção do Vale Educação, mas também, com o tal investimento de 5.6 milhões de euros na requalificação do nosso parque escolar. Estas são algumas prioridades. Mas temos aqui também muitas outras prioridades e

*permitam-me que eu selecione, entre muitas outras, algumas que eu considero que são muito importantes - eu diria mesmo - são estruturantes: prolongamento da rede de abastecimento de água; requalificação do antigo Centro de Saúde, Quartel de GNR e Anfiteatro ao Ar Livre, em Cucujães; Parque Urbano, em Oliveira de Azeméis; construção do Fórum Municipal; conclusão da reabilitação do edifício da antiga Biblioteca Municipal; continuação do investimento na eficiência energética e na mudança da iluminação pública para a tecnologia Led. Temos aqui um conjunto de investimentos que pretendemos fazer ao mesmo tempo que estimamos uma redução anual da dívida para o ano de 2020 de cerca de 5 milhões de euros o que nos permite continuar o ritmo da redução que temos vindo a imprimir nestes anos de mandato. Este é claramente o modelo de Orçamento que nós queremos para o futuro. Um Orçamento de rigor com uma correta definição de prioridades: Um investimento forte na educação, na reabilitação urbana, no ordenamento do território, na cultura, nos espaços de recreio e lazer (espaços verdes), na rede viária. Um Orçamento que afeta receitas correntes substanciais a despesas de capital. Este é um Orçamento que apoia e respeita também o esforço de todos que connosco diariamente fazem de Oliveira de Azeméis um grande Concelho: naturalmente, as nossas Junta de Freguesia, parceiros estratégicos; as entidades sem fins lucrativos - IPSS's, clubes, associações; as empresas; e as famílias oliveirenses que vamos continuar a apoiar com incentivos, com incentivos à natalidade, vale educação, programa saúde +, com apoio económico ao arrendamento, com programas de emergência social e também - conforme hoje vamos ter aqui a oportunidade de apreciar - com a redução da carga fiscal que sobre eles incide. Acreditamos convictamente que este Orçamento de 2020 será a mola impulsadora de um novo modelo de desenvolvimento económico e social para o nosso Concelho, um Orçamento que permitirá o reforço da sua competitividade e da atratividade que todos nós queremos para Oliveira de Azeméis. Cabe-nos a todos nós, enquanto comunidade, termos a capacidade coletiva de construirmos no presente um novo futuro. Em nome do Executivo Camarário, que tenho a honra de presidir, fica o nosso compromisso solene de que tudo faremos para transformar Oliveira de Azeméis num dos melhores Concelhos do país para viver, investir e trabalhar. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de António Marques, Bruno Aragão, Jorge Pereira, José Queirós, Bruno Rodrigues e Fernando Pais. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **António Marques**, Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Gândara. =====*

*===== Boa noite a todos. Sintam-se todos cumprimentados na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Dr.<sup>a</sup> Helena Santos. Eu não vou tecer aqui propriamente um comentário sobre o Orçamento, mas sim sobre o Plano Plurianual de Investimentos. Senhor Presidente, após a análise da proposta do Plano Plurianual de Investimentos, não poderia deixar de vir aqui hoje demonstrar a minha insatisfação, face aos investimentos previstos para a minha*

*freguesia para o próximo ano. Das várias obras que apresentei na reunião com o Senhor Presidente, que considero urgentes e necessárias, apenas vejo refletida no PPI uma dessas obras, e com um investimento previsto para 2022, estando apenas previsto para 2020 um investimento de 2.000,00€ para uma obra que supostamente deveria ter sido realizada ainda este ano. Assim como aguardo ainda informação quanto ao alargamento da Rua Quinta do Formal, que supostamente também deveria ter sido realizado este ano. Reconheço no entanto, que tem existido uma colaboração que não existia no mandato anterior, e a qual não podemos negar, até porque a mesma se verifica no terreno, e quem disser o contrário, ou não conheceu a anterior realidade onde tudo era prometido mas nada se realizava, ou não fala a verdade. No entanto, considero que neste Plano Plurianual de Investimentos, o investimento previsto para a minha freguesia é manifestamente insuficiente. Não pretendo nem mais nem menos investimentos que as restantes freguesias, mas sim uma justa e proporcional repartição dos mesmos de forma a termos um crescimento uniforme de todo o concelho, pois todos somos oliveirenses, e o que considero não estar refletido neste PPI. Posto isto, Senhor Presidente com o que poderei realmente contar no próximo ano? As restantes obras apresentadas ficaram esquecidas? Quando serão realizadas as obras que estavam previstas para este ano e as quais já mencionei? Muito obrigado. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====*

*===== Muito obrigada, Senhora Presidente. Se no Período Antes da Ordem do Dia cumprimos um dos deveres do exercício político - a prestação de contas e a avaliação do nosso próprio trabalho - agora discutimos o que nos mobiliza e o que nos faz envolver no exercício de cargos públicos: a vontade de materializar o futuro e transformar os territórios pelos quais nos sentimos responsáveis. Dois anos depois, e já cumpridos alguns compromissos eleitorais, este é de facto e verdadeiramente o nosso segundo orçamento. E se no orçamento anterior começamos a inverter uma estrutura orçamental que foi altamente penalizadora da capacidade de investimento do município, no segundo consolidamos o ciclo estratégico que pretendemos para este concelho, criando condições para que se torne, a médio e a longo prazo, no melhor concelho para viver, investir e trabalhar. O longo caminho desse ciclo estratégico procura, de facto, criar condições muito para lá deste período, com resultados que terão impacto para lá do mandato de quatro anos que nos foi confiado. Essa é também uma mensagem nossa que há muito tempo repetimos, uma mensagem que credibiliza a política e os partidos: é o concelho que tem que ganhar com a criação dessas condições, mesmo que muito desse trabalho possa ser menos visível ou silencioso. Senhor Presidente, Senhores Membros do Executivo, sem qualquer exceção, ainda que possa servir de pouco alento, não podemos deixar de publicamente afirmar que o Partido Socialista de Oliveira de Azeméis sente profundo conforto nessa opção, acreditando convictamente que já terminou o tempo dos curtos ciclos de quatro anos. Não importa se perde ou se ganha o partido, importa que ganhe sempre Oliveira de Azeméis. E neste Orçamento, como*

*disse em relação ao anterior, fica claro ao que vimos: vimos para cumprir os nossos compromissos eleitorais e, sobretudo, contribuir para esse ciclo estratégico de muitos anos de atração de pessoas e empresas e de centralidade regional. Estamos hoje definitivamente num quadro novo, que mantém compromissos financeiros e que reforça uma alteração estrutural ao Orçamento municipal, como sempre dissemos que seria possível 1. Continuando a suportar o mesmo esforço de dívida e sem qualquer alívio ao que foi o esforço dos últimos anos, mas sem achar que isso não tem impacto e condiciona o desenvolvimento do município, ou acreditar na conversa de que agora afinal, tudo é mais fácil; 2. Cumprindo compromissos, como a aquisição do terreno para o parque Urbano e até, por boa oportunidade, a Garagem Justino, ou pagando condenações sérias que recaem sobre o município ou resolvendo problemas onerosos como os estaleiros, sem aumentar a dívida e continuando a cumprir escrupulosamente a sua amortização anual; 3. Procurando diminuir despesas correntes, sobretudo diminuindo rendas e criando disponibilidades financeiras a médio e a longo prazo, e confirmando que também em Oliveira de Azeméis não chegou o Diabo, apesar do esforço cansativo de alguns profetas; 4. Mas diminuindo essas despesas correntes e permitindo que muita da receita que se liberta seja canalizada para o que realmente importa, despesas de capital, investimento puro e duro de que este município tanto precisa. Poupança e muito rigor na gestão a gerar disponibilidade orçamental. Talvez hoje, pelo que vai acontecendo, se perceba de facto a importância do rigor na gestão dos dinheiros públicos; 5. Conseguindo cerca de 8 milhões de euros de receita de investimento com verbas próprias, continuando o resultado destes dois anos de rigor. Disse na aprovação do Orçamento do ano passado e hoje, por tudo, faz ainda mais sentido repeti-lo: largos dias tem 100 anos; 6. Continuando a reduzir custos energéticos, ambientalmente sustentáveis, e financeiramente necessários para esse esforço de disponibilização financeira; 7. Gerindo, não com mais ou menos rigor, mas com total rigor, permitindo que o reforço das receitas de investimento cresça, com Planos Plurianuais de Investimentos para os próximos anos que nos permitam de facto materializar muitas das obras que entendemos necessárias, desde o cineteatro Caracas (finalmente diria mesmo), às escolas de Fajões e Cucujães, à rede de água e saneamento (e quanto ficará ainda aqui por fazer). E não é pela tontice que alguém diz de serem anos de fim de mandato. É mesmo pela única razão de estarem por fazer. 8. Continuando a apoiar as coletividades, com contas em dia, e consolidando uma política que credibiliza o município e que abandonou de uma vez por todas atrasos sistemáticos recuperados por planos de pagamento, uma espécie de “troikiquinha”; 9. Continuando a apoiar os orçamentos das juntas de freguesia nos seus legítimos projetos, apoiando de facto uma política de maior proximidade. Ainda temos aqui um longo caminho pela frente; 10. Aproveitando todos os fundos comunitários possíveis e deles fazer os melhores investimentos reprodutivos, sem termos que ser confrontados com o facto de sermos o único município da Área Metropolitana do Porto com taxa de execução zero em PEDU ou, ainda pior, sermos confrontados com a vergonha de ter que os devolver; 11. Preparando projetos para submeter aos fundos comunitários, a condição primeira para se poder ter fundos comunitários. Que prazer nos dá, de facto, podermos discutir o fórum municipal ou o mercado e as soluções de*

*mobilidade e transporte. Que prazer e que saudável ouvir gente a discordar, finalmente a discordar de projetos e de opções e não de dívidas e planos de saneamento. 12. Requalificando a Escola de Cucujães, integralmente, e gerando disponibilidades financeiras para acudir às necessidades de um parque escolar (que é já responsabilidade do município há muito tempo, com cerca de 90 estabelecimentos), mas com a certeza também, e depois do que foi dito, da requalificação da Escola de Fajões. De sermos o único Município do País que terá, por via destes fundos, verba para investir nas suas próprias escolas. Não esquecemos o que sobre tudo isto foi dito e, sobretudo, não esquecemos a forma como se tentou politizar a questão. 13. Vendo o quartel da GNR de Cucujães ser uma realidade, bem necessária para os profissionais e para as populações, como ainda ontem sentimos nas democráticas manifestações das forças de segurança. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Executivo, não procuramos convencer a votar favoravelmente quem desde o início nem o benefício da dúvida nos deu, votando contra desde a primeira hora. Talvez hoje mais do que nunca nos sintamos muito confortáveis que possam votar contra, deixando claro que não somos mesmo todos iguais. O Partido Socialista, num Assembleia que é mesmo uma Assembleia-Compromisso, que verá aprovar nos pontos seguintes dois dos seis compromissos eleitorais, só pode votar favoravelmente. Sempre deixamos claro que o caminho é longo e o tempo é precioso. Há muita exigência neste Orçamento e o seu cumprimento será um esforço permanente. Conte com o Partido Socialista de Oliveira de Azeméis nesse esforço. Muito obrigado.=====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Jorge Pereira**, do CDS/PP. =====*

*===== Senhor Presidente, o ano de 2020 vai continuar a ser generoso para os cofres do município, com a manutenção do nível elevada de receitas e cobrança de impostos, e por transferências do estado central. Com dinheiro, a vida é sempre mais fácil. Ora, com um Orçamento da receita de mais de 43 milhões de euros que ganhem efetivamente os oliveirenses. O que se espera é que o dinheiro seja bem aplicado, com as prioridades certas, e há margem para investimentos significativos na educação, no reabastecimento de água, na reabilitação urbana, na rede rodoviária, iluminação e eficiência energética, apoio às coletividades, à cultura, ao desporto. Este é o principal ponto genérico de relevo nas intenções de investimento para o futuro dos oliveirenses. Os Planos de Atividades são documentos que refletem a estratégia e os Orçamentos são planos de estimativas dos gastos necessários para fazer os Planos saírem do papel e passarem à execução. Passando à especialidade: O cineteatro Caracas é um projeto herdado do mandato anterior que tem estado em standby. E que saudamos finalmente o anúncio do arranque das obras para a sua reabilitação. Os outros investimentos previstos na cidade são já as apostas do atual Executivo municipal. Como em tudo, agrada a uns a outros nem tanto. Já o assinalamos na Assembleia de novembro de 2018, para 2020 não constitui uma aposta clara o investimento na criação de novas áreas empresariais, infraestruturação e qualificação das zonas*

*industriais existentes, no apoio expresso aos empresários que diariamente criam riqueza e tornam o nosso Concelho pujante. As empresas e os empresários vão ter de esperar, pelo menos, para o próximo mandato autárquico e não para o atual. A cidade de Oliveira de Azeméis vai ter um volume de investimentos como não se viu nas últimas décadas. Isto, partindo do princípio de que estão assegurados os fundos europeus de apoio, seja para reabilitação de edifícios, seja para novas construções. E o que poderemos esperar daqui por um par de anos? A pergunta é: Teremos efetivamente uma cidade transformada? Nesta matéria repetimos o que dissemos há um ano: “Sabemos que a cidade tem duas grandes necessidades a debelar: um aspeto vetusto ao nível do casario que é preciso recupera para bem da paisagem urbana e uma rede viária que é atrofiada e caótica para o trânsito. As ruas da cidade vão continuar exatamente as mesmas, nem uma só rua nova, nem que seja só uma artéria nova vai ser construída. Quem tiver de se deslocar à cidade e quiser vias e acesso capazes vai ter de esperar, e muito, lá para não se sabe quando. Mais postura de trânsito, menos postura de trânsito, vai continuar tudo na mesma se não pior. Numa opinião que mantemos, o Salão Nobre e arredores deve continuar a ser marcado por centralidade e nobreza também valorizado pela Igreja Matriz e sua envolvência. Esta foi a visão há mais de 80 anos para o ponto de partida para o rasgo de uma cidade com amplitude e linhas direitas. Há um ano dissemos que gostaríamos de ver aposta uma placa com o nome de “Joaquim Jorge Ferreira” ao lado da placa existente “Alfredo Fernandes de Andrade” desde 1938. Todos sabem do que falo, que foi a construção do principal eixo reto central da cidade e que vigora até hoje: Mercado - Salão Nobre, com Brasão do Município - Praça José da Costas - Avenida António José de Almeida. Em 80 anos, ninguém foi capaz de acrescentar algo de novo. Tudo o resto do que é a rede viária da cidade vem assim, pelo menos desde o Século XIX. O mapa central da cidade é o mesmo de o equivalente do século XIX, com a exceção deste eixo dorsal que referi. A proposta de investimento para este local já se conhece pelos documentos que nos foram submetidos para esta Assembleia, será para o Mercado Municipal/ CCT. Daqui por dois anos até poderemos ver essa placa com o nome do Senhor Presidente, mas para muita pena nossa será numa zona de CCT. Pois, quem não assumir ao dissimular através da designação da forma de uma sigla, mas por extenso CCT quer dizer Centro Coordenado de Transportes. O referido CCT não ficaria bem posicionado num ponto intermodal de transportes, por razão de força, próximo da Estação dos Caminhos-de-ferro? Para o CDS, esta é a lógica. Já agora, Senhor Presidente, a nova linha do Vale do Vouga sempre vai ser reabilitada ou faz parte do lote de obras atrasadas ou adiadas, no âmbito do programa ferrovia 2020, pelo governo do PS um mês apenas a tomada de posse do mesmo? A fazer fé em notícias que estão a ocorrer seria muito mau. Para já, vamos ter fé. Outra opção que nos separa é referente ao edifício da Mercantil: pela semântica que quisermos utilizar, também chamemos centro Multiusos ou outro nome que seja, a finalidade vai ser um Fórum Municipal, edifício Sede da Câmara, etc.... Repetimos o que aqui dissemos anteriormente: Em todas as grandes cidades e na maioria das localidades o edifício Sede Municipal, não está implantado em locais acanhados, deve ser sempre um edifício marcante na paisagem urbana, não tem número de porta, deve ser sóbrio, deve ter significado histórico ou rico em beleza*



*arquitetónica, tem de saltar à primeira vista de qualquer visitante, deve ser central, deve ter amplitude exterior para variados tipos de manifestações com paradas e guardas de honra tipo militar, visitas de Estado, ponto de encontro, local de festas, etc.... O que aqui nos é apresentado, para o CDS não seriam estas as opções. E isto, não é de hoje, foi manifesto público e está escrito no manifesto de campanha do CDS de 2017. Não temos razões para mudar de opinião e não ficaremos vinculados. Somos contra o atrofiamento do espaço urbano. E a favor de uma cidade moderna e qualificada, com reduzida pegada do carbono, com amplitude e amiga nos que nela queiram morar ou se deslocar. Obrigado. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **José Queirós**, Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro. =====*

*===== Boa tarde, a todos. Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Vereadores, público, comunicação social. Hoje não era minha intenção intervir nesta Assembleia, de qual quer modo senti que devia fazê-lo. E devia fazê-lo sobretudo enquanto Presidente de Junta e estou a fazê-lo para os loureirenses, sobretudo para os loureirenses, é para eles, claro para todos nós, mas sobretudo para os loureirenses. Eu venho aqui falar, numa primeira análise, sobre o Plano Plurianual (PPI): Consta do PPI para Loureiro exatamente as mesmas repavimentações que constavam no PPI de 2017. Ou seja, do PPI de 2017, não foi feita nenhuma repavimentação em 2017, não foi feita nenhuma repavimentação em 2018, pelo menos constante do PPI. Eu sei, Senhor Presidente, que foi feita uma reabilitação na Rua da Vidigueira, no acesso à zona industrial, mas não foram feitas nenhuma das obras que estavam no PPI de 2018. Eu sei também, por indicação do senhor vereador, que estão adjudicadas duas obras e que seria suposto já estarem feitas. Não estão feitas, é um facto. Estava em 2017, estive em 2018, e provavelmente não vão ser feitas em 2019. Esse é o meu assunto e é o que me traz aqui e acho que é de salientar. Da mesma forma que a reabilitação da rua, a intervenção na Escola da Alumieira também já consta desse PPI de 2017. Aquilo que realmente me fez vir aqui nem foi nada disso. Porque eu tinha a ideia de que estas obras, estas reabilitações nas estradas tinha um bocado a ver com o, eventual, avanço na rede de água ou saneamento. Não é de certeza. Pronto, não é. Agora, há uma coisa que é importante e que ouvi há bocado o Senhor Presidente dizer: foi que o investimento para a Cultura será à volta de 2 milhões e tal de euros neste Orçamento e para o saneamento é um milhão e tal. Eu fico muito triste. E fico muito triste porque Loureiro não tem um metro de saneamento. Loureiro neste momento só não é um esgoto a céu aberto porque tem um território muito vasto. Ou seja, temos quase dois quilómetros quadrados de território. Nós quando pagamos a alguém para nos vazar a fossa temos, de antemão, a certeza que esse alguém vai colocar a fossa num terreno, num mato, ou lá onde seja, que fica tudo por ali e mais tarde ou mais cedo vai ter ao rio. E o que venho aqui fazer é um apelo a este Executivo para que, de facto, tenha uma ideia diferente, tenha uma especial atenção ao saneamento ao saneamento em Loureiro. É de Loureiro que falo, porque sou presidente da Junta de Loureiro. Porque, se não,*

*vamos ter no futuro um problema muito sério. Aliás, o problema já está a acontecer. Se vocês passarem em Loureiro logo à noite vão sentir o cheiro das fossas que são vazadas diretamente nas valetas. Eu sei também que não é uma coisa fácil. Nem estava à espera de chegar aqui e Loureiro ter saneamento do pé para a mão. Mas estava, sinceramente, à espera que houvesse um projeto claro e que houvesse uma vontade política muito grande para que isso acontecesse. O que estou aqui a falar é saúde pública. Muito obrigado. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Bruno Rodrigues**, do PSD. =====*

*===== Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia, na sua pessoa cumprimento todos os presentes. Neste ponto votamos o orçamento deste executivo para o próximo ano e a sua estratégia para os próximos anos. Todos os que estamos aqui presentes temos um objetivo comum que é o Progresso do nosso Concelho. Portanto o fim é comum, é algo que nos une. Agora o que nos divide, em certa parte, é a forma de atingir esse fim. Digo em certa parte pois há várias rubricas neste Orçamento e PPI com o qual concordamos. A requalificação do Parque Escolar, a requalificação do Caracas e do Posto de GNR de Cucujães, entre outros, são investimentos essenciais e necessários para o nosso concelho, o que merece a nossa concordância. A continuação da redução da dívida municipal é outro ponto que partilhamos como sendo importante. O Senhor Presidente fala diversas vezes num lema que é o de que pretende que o nosso concelho seja um dos melhores concelhos do país para “Viver, Investir e Trabalhar”. Julgo que esse é um lema que todos aqui nos revemos. Todos aqui estamos para isso, para que o nosso Concelho seja cada vez melhor. Agora, existem rubricas nestes documentos com as quais não concordamos como sendo o melhor motor para tornar o nosso concelho um dos melhores para Viver, Investir e Trabalhar. Entendemos que o Município deveria optar por outro tipo de investimentos. No meu entender existem 2 pilares essenciais para uma pessoa se fixar num determinado território, que é a existência de emprego e habitação. Só depois de se verem cumpridos estes dois fatores essenciais é que as pessoas podem olhar para a atratividade de um território na ótica das valências que este oferece em termos de lazer. Em relação ao emprego, somos um Concelho com uma enorme pujança industrial, que tem uma grande oferta de emprego. No entanto, não podemos deixar de apoiar as empresas e, neste orçamento, entendo que faltam investimentos mais significativos, como por exemplo os acessos à Zona Industrial Ul/Loureiro. Em relação à habitação, entendo que temos um problema de escassez e também temos um problema de desadequação das tipologias dos edifícios existentes. A construção nova que vai existindo ainda é escassa e o que é construído não se adequa às necessidades da população mais jovem (refiro-me à inexistência de T0 e T1). Existem inúmeros casos de pessoas que vêm de longe trabalhar e estudar para o nosso Concelho e que depois não encontram alojamento aqui. Não quero, contudo, dizer que a Câmara tem de passar a ser uma empresa de construção ou uma imobiliária. Quero sim dizer que a Câmara Municipal pode encontrar estímulos para que esses*

*investimentos sejam mais apelativos no nosso Concelho. E este é outro item que entendemos que deveria ter maior peso neste Plano estratégico do nosso Concelho. Depois, em relação a alguns dos investimentos mais relevantes financeiramente, alguns concordamos na sua génese, mas não no seu fim e outros entendemos que não deveriam ser prioridades para o nosso Concelho. Fiquei agradado por ver o Senhor Presidente dizer, na Reunião de Câmara de 31 de outubro, que vê a rua pedonal como uma “rua que quer que seja a grande sala de visitas da cidade”. Tenho a mesma visão. É uma rua que nos distingue das outras cidades, propícia para ser um grande polo atrativo de pessoas. É necessário a Autarquia fazer investimentos para estimular o movimento dessa rua. Também concordo. No entanto discordo no fim dos investimentos que estão planeados para essa zona, como o Fórum Municipal e a Oficina de Artes. Como já aqui defendi em Assembleias anteriores, entendo que essa zona era propícia para atrair os mais jovens para lá habitar. Isso iria trazer movimento constante, não só durante o dia como ao final da tarde e mesmo à noite. Isso iria atrair mais comércio e mais restauração. Já aqui defendi a colocação lá, por exemplo, da residência universitária. Outro dos investimentos que, apesar de entendermos ser algo positivo, entendemos não ser uma prioridade é, como sabe, o Parque Urbano. O avultado custo para a sua criação, e a já existência do nosso Parque, o da La-Salette, leva-nos a crer que esse montante deveria ser colocado noutras prioridades que defendemos atrás. Por estes motivos iremos votar contra este ponto, pois entendemos que as medidas prioritárias e mais relevantes existentes nestes documentos não apresentam a melhor estratégia para atingir o desejo do Presidente (e de todos nós) em tornar o nosso Concelho num dos melhores para “Viver, Trabalhar e Investir”. Obrigado. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====*

*===== Senhor Presidente, nós, pelas intervenções que antecederam as minhas, já vimos que de facto há aqui, e ao longo deste mandato nós, PSD, já manifestamos, algumas divergências no que respeita a algumas estratégias de investimento e de investimento público. Portanto, eu não me vou alongar muito nessa questão, evidentemente que este não é o nosso Orçamento, embora - como aqui já foi referido - haja muitos investimentos que são, no mínimo, consensuais. Só queria estabelecer aqui alguma reflexão sobre alguns pontos que estão aqui: E eu começava exatamente até pela intervenção dos Senhores Presidentes de Junta que, de facto, manifestaram aqui alguma preocupação pela falta de investimento nas freguesias. Eu acho que, a elaboração deste PPI de facto estabelece uma assimetria total no que respeita ao investimento nas Freguesias. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Gândara estabeleceu aqui que, pelo menos, já estaria satisfeito, se tivesse um investimento na sua freguesia “de modo proporcional”. Foi a palavra que ele utilizou, “de modo proporcional”. E isto é uma coisa que nos deve preocupar a todos. Porque, se nós estamos a investir, o investimento que nós aqui temos no Orçamento para 2020 é de facto um investimento centralizado nas Freguesias de Oliveira de Azeméis - União de*

*Freguesias - e em Cucujães. De facto, não vemos aqui um investimento proporcional para que se evitem assimetrias e para - como o Senhor Presidente diz - chamar os oliveirenses à centralidade que existe em Oliveira de Azeméis. E, nós, de facto, ficamos um bocadinho preocupados. Eu remeto a minha intervenção para as preocupações dos Presidentes de Junta que creio ser também secundado pelas restantes freguesias que não as que eu referi. Em segundo lugar, queria também estabelecer aqui um aspeto histórico, nós sabemos que este Executivo tem dois anos, mas eu queria recordar, de facto, o primeiro Orçamento que foi feito e a Prestação de Contas para o ano de 2018. Reconhecemos alguma bondade neste Orçamento, embora em setores que nós consideramos essenciais não concordamos com o investimento. De facto, nós, o que é que assistimos? Assistimos que para o ano de 2018, fomos confrontados com uma execução do Plano Plurianual de Investimentos inferior a 28%. Ou seja, previu-se um investimento de 8.5 milhões e só foram executados 2.3 milhões. E isto é uma situação que nos deve preocupar. E que eu alerto para que uma das grandes riquezas de facto é o investimento público. E, pelo histórico que nós temos, este investimento público no ano de 2018 ficou muito, muito, além do projetado. Portanto, Senhor Presidente, no primeiro ano em que a Câmara Municipal apresentou o seu Orçamento, o seu Plano de Atividades para 2018 apresenta um baixo grau de execução. Um valor de execução que ficou com mais de 6 milhões de euros por concretizar. E esta é uma situação. Embora, todos reconhecemos que há diferentes estratégias para conseguir aquele desiderato que todos nós estamos de acordo, que é de facto “viver melhor, trabalhar melhor, estar melhor em Oliveira de Azeméis”. O que é facto, é que, independentemente disso, nós queremos aqui deixar nota clara sobre isto que é a questão da execução orçamental do PPI. Outra situação que nós aqui temos, Senhor Presidente - eu dei-me ao trabalho de recolher os PPI elaborados para os anos de 2018, 2019 e 2020: E de facto há aqui números que são absolutamente díspares no PPI, por exemplo: para 2018, nós tínhamos um investimento de 8.5 milhões e só foram concretizados cerca de 2.3 milhões; tínhamos para 2019, 8.6 milhões; para 2020, 7.8 milhões; e para 2021, 8.3 milhões. Para 2019, o Orçamento era de 10 milhões; para 2020, 12.9 milhões; para 2021, 8.7 milhões; e para 2022, 7.3 milhões. PPI deste ano prevê 10 milhões, para 2020, 18 milhões, para 2021 e para 2022, 15 milhões. Ou seja, mediante estes números nós vemos que não há uma linha condutora de raciocínio. Pensamos que esta estratégia, não é uma estratégia sequenciada com alguma lógica e com alguma estratégia de futuro. E isto é uma das coisas que nos preocupa porque, de facto o investimento, aqui, o previsional, estará concentrado nos anos 2021 e de 2022, e em 2023 já começa a baixar. Outra situação, que nós queremos aqui deixar, é o investimento previsto para as zonas industriais. Para as zonas industriais nós só temos três verbas: Requalificação da Via do Nordeste, temos previstos 400 mil euros para 2020 e zero (0) para os anos subsequentes; Requalificação da Zona Industrial de Nogueira do Cravo / Pindelo, zero (0) para 2020 e 250 mil euros para 2021; Requalificação da Zona Industrial de Oliveira de Azeméis, 150 mil euros para 2020 e zero (0) para os anos subsequentes. Pergunto - Senhor Presidente - tendo nós uma (e já foi aqui referido) indústria pujante que nos oferece condições de atratividade ao nível do emprego, fruto da iniciativa empresarial; seria bom, Senhor Presidente, que,*

começasse a olhar mais para os investimentos nas zonas industriais, quer nas infraestruturas, quer nas redes viárias. Acho que, é uma das preocupações que a todos nos une e acho que Vossa Excelência devia ter mais atenção relativamente a essas questões. Certamente que também já terá ponderado isso. Por último, e não querendo alongar, eu vejo que, de facto, aqui, na verba Comércio e Turismo, e até ouvindo com atenção a primeira intervenção do PS no PAOD, de facto aqui no Comércio e Turismo temos verbas zero (0). E eu, pressuponho, Senhor Presidente, pressuponho que o incentivo ao Turismo esteja englobado em outras verbas, pressuponho, não acredito que seja de facto um investimento zero (0) no Comércio e Turismo. E, nessa medida, isto é uma interpelação, gostaríamos que o Senhor Presidente nos alertasse para essa situação. Há vários outros pontos que nós também vamos intervir, nomeadamente na questão da fiscalidade, que eu acho que é importante, mas isso estará espelhado nos outros pontos e, nós, aí, teremos oportunidade de intervir. Muito obrigado.=====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====

===== Começando pela ordem das intervenções: Intervenção do Senhor Presidente da Junta de S. Martinho da Gândara - António Marques. A primeira coisa que eu faço é colocar-lhe uma questão muito simples: Há alguma obra que o Senhor tenha apresentado a este Executivo que não tenha sido feita até agora ou não esteja em vias de ser concretizada? Essa é a primeira questão que eu coloco. E sei que a resposta que é difícil porque, efetivamente, todas as obras que nos foram apresentadas ou estão concretizadas ou estão em vias de execução. E deixe-me que lhe diga também outra coisa que é fácil de observar: há um conjunto de obras que foram executadas este ano que não estavam sequer previstas no Plano Plurianual de Investimentos, nem sequer tinham sido apresentadas ao Executivo Camarário e foram, todavia, concretizadas. A Junta de Freguesia de S. Martinho da Gândara, à semelhança de todas as Juntas de Freguesia passaram a beneficiar de mais 15% de apoio anual, em termos das verbas que recebem ao abrigo dos acordos de execução. A Junta de Freguesia de S. Martinho da Gândara recebia cerca de 37.400€, passou a receber um pouco acima dos 42.000€; portanto, recebe por ano mais 4.700€. Para além disso, recebeu, ao abrigo de um contrato interadministrativo, 20.000€ para requalificação da sua Sede da sua Junta de Freguesia. Recebeu também perto de 37.000€ de investimentos em obras que o Executivo resolveu fazer, algumas delas indicadas pela Junta outras de iniciativa do próprio Executivo. Tem neste momento, em termos de obras adjudicadas e algumas já em execução, 815.000€: 770.00€ de rede de água em S. Martinho da Gândara, os tais 20.000€ na Rua da Pedrinha. É uma rua que está adjudicada, está consignada à semelhança de muitas outras ruas, julgo que são do conhecimento dos Senhores Presidentes, não avançou porque o empreiteiro ainda não o fez, inclusive, o empreiteiro, no caso concreto da Freguesia de S. Martinho da Gândara, como foi o mesmo empreiteiro que ganhou esta empreitada e está a fazer a expansão da rede de água na freguesia, foi confrontado com a possibilidade de fazer imediatamente a Rua

*da Pedrinha se isso lhe facilitasse a vida. Mas a pavimentação da Rua de Faria de Cima - Cucujães; da Rua D. Conceição de Camossa, mais Rua Pinheiro Sousa - Pindelo; Rua Padre Manuel Soares Albergaria - Cucujães; em S. Martinho da Gândara, a pavimentação da Rua da Pedrinha um investimento de 24.000€; em Fajões, pavimentação da rua e Travessa da Baganha, a tal rua que há pouco foi indicada e estava erradamente no PPI (é fácil de perceber que dizia Cesar e quem copiou, copiou para baixo exatamente a mesma coisa e daí o erro de estar afeta Baganha a Cesar e não a Fajões); A Rua de S. Pedro, a Rua da Banda Musical, em Loureiro, também já adjudicadas ao empreiteiro, portanto, serão ruas em que poderá acontecer ainda este ano. Avenida dos Combatentes, em Carregosa; Ossela, pavimentação da Rua Helena Muriel; Rua da Cerejeira; Rua da Carvalha e a Travessa José Bento Pereira; a Rua do Carreiro, na União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo, a Rua Eça de Queirós, também na mesma União de Freguesias; em Cesar, a Rua e Travessa Alto das Cavadas; União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, a Rua Valente Marques, a Rua do Talegre em Madail; Rua dos Pampolonas. Isto são ruas que estão previstas e que já foram, inclusive, adjudicadas e portanto, a todo o momento acontecerão, logo que o empreiteiro resolva intervir. Para além disso, nós temos um conjunto de intervenções calendarizadas que é muito importante que sejam referidas: Só na Escola do Brejo nós temos 90.000€ previsto de intervenção nesta escola. E portanto, dizer que nós estamos, enfim, dececionados com o PPI, porque no PPI não tem inscrito a Rua do Outeiro/ Massada/ Quintã. Que é uma rua de 51.000€. Bem, isso é a mesma coisa que nós temos, em Carregosa, a Rua João Borges de Almeida que está previsto com 30.000€ para 2021 e com 30.000€ para 2022; E vai ser intervencionada em 2020. Eu tenho aqui um conjunto de intervenções respeitáveis, mas, obviamente que todos percebem, e está ali um dos responsáveis pela elaboração do Orçamento Municipal, que não é possível em sede de PPI e em sede de Orçamento alocar todas as ruas que pretendemos fazer. Tanto mais que a Rua da Pedrinha tem 2.000€ em 2020, precisamente porque a única coisa que se prevê é uma eventual revisão de preços porque a obra está prevista ser executada ainda em 2019 e, portanto, não terá que constar do PPI de 2020. O que é importante que se perceba é que nós temos dificuldade orçamental de inscrever tudo aquilo que pretendemos fazer no ano de 2020. E só a partir do momento em que nós fazemos a integração do saldo de gerência é que nós conseguimos, enfim, dotar todas estas rubricas de verbas que nos permitam fazer as intervenções que queremos fazer, na exata dimensão daquilo que pretendemos fazer. Deixem-me que vos diga uma outra coisa: A Câmara Municipal está, neste momento, ao abrigo do Plano que vem seguindo de algum tempo a esta parte, a criar condições, através da aquisição de máquinas e ferramentas para os nossos serviços, ou seja, robustecer, criar capacidade para a Câmara executar por administração direta. Estamos neste momento em fase de adjudicação de uma pavimentadora de grande dimensão e de um cilindro também, a juntar ao cilindro que já tínhamos. Portanto, o que nós queremos é que muitas destas ruas, que hoje são sujeitas a toda esta carga burocrática que resulta do Código de Contratação Pública, possam ser executadas pelos próprios serviços técnicos da Câmara Municipal. Esperamos nós a preços menores do que os preços que resultam da sujeição a uma empreitada. Mas garantidamente de forma muito mais*

*célere do que a forma que nós conseguimos através dos concursos que vamos lançando. E, portanto, dizer claramente, ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Gândara, que aquilo em que pode contar comigo é naturalmente o meu respeito pelo seu trabalho, pelo trabalho que faz pelo desenvolvimento da Freguesia, e, naturalmente, o meu respeito pelos sãomartinhenses que, naturalmente, à semelhança de todos os outros municípios oliveirenses, merecem a nossa consideração. Portanto não tenha qualquer dúvida, não tenha qualquer dúvida, que, a Freguesia de S. Martinho da Gândara, como muitas outras freguesias farão daqui por dois anos o balanço dos investimentos que foram feitos por este Executivo Municipal, estes investimentos não encontrarão paralelo nos investimentos feitos na última década. Não tenha rigorosamente nenhuma dúvida sobre isso. E, portanto, aquilo que eu lhe posso dizer é que, a Quinta do Formal está em execução. Vai começar este ano, não sei se vai acabar este ano. A Rua da Pedrinha está adjudicada. Esperamos que ela aconteça este ano. E a execução da rede de abastecimento de água está a decorrer. Embora, naturalmente, não estejamos satisfeitos com alguns problemas que nós temos ao nível do trabalho que o empreiteiro está a fazer na requalificação da rede viária, que resulta da expansão da rede. Em relação à intervenção do Senhor Deputado Bruno Aragão: Eu peço-lhe desculpa, mas eu hoje não tenho nada para lhe dizer. Efetivamente não foi colocada nenhuma questão. Em relação à intervenção do Senhor Deputado Jorge Melo Pereira: É um facto que a Câmara Municipal, à semelhança das outras câmaras municipais do País, vai tendo, ano após ano, aumento das suas receitas, aumento das transferências correntes por parte do estado. Mas elas visam, precisamente, permitir o investimento nos territórios e fazer face ao aumento das despesas. Eu tive a oportunidade, na apresentação que fiz do Orçamento, de elencar um conjunto de coisas que aumentaram 4% ao ano; Estou a referir-me, por exemplo, à massa salarial. Estou-me a referir à aquisição de bens e serviços. O que é esta coisa de bens e serviços? São os seguros que estão muito mais caros. São os combustíveis. A energia elétrica. A recolha, e, o tratamento, a transferência dos resíduos sólidos urbanos. Todas essas coisas trazem encargos acrescidos substanciais para a autarquia. E, só para perceber, o serviço de recolha dos resíduos sólidos urbanos, este ano, acarretará em termos de défice para a autarquia qualquer coisa como 350.000€, 370.000€. E portanto percebe bem que as transferências que provêm do Orçamento de Estado não são transferências com incrementos de 4%, como o aumento de muitas despesas que nós temos aqui hoje. Em relação ao cineteatro Caracas: Nós, efetivamente, herdamos, parte do projeto, do executivo anterior. Mas, herdamos foi quase tudo por pagar, dos projetos, efetivamente, dos projetos que foram necessários para o cineteatro Caracas. Um equipamento com este tipo de resposta, com este tipo de especificidade, não tinha previsto um conjunto de projetos que o definem, os projetos de áudio, os projetos de vídeo, os projetos de iluminação, de lighting, de mecânica de cena, todas essas coisas foi necessário adjudicar e foi necessário pagar. Em relação a um conjunto de novos investimentos que resultam da estratégia definida por este Executivo: É evidente que eu não estarei à espera que partidos que têm uma visão diferente do desenvolvimento dos territórios coincidam connosco na definição das prioridades de investimento. E portanto, nós não temos absolutamente nenhuma*

*dúvida de que um Parque Urbano é absolutamente fundamental para caracterizar a cidade, é uma resposta fundamental. E já tive oportunidade de o dizer repetidas vezes: Não sou eu que o entendo; São os oliveirenses que diariamente se deslocam aos concelhos vizinhos para utilizar os parques urbanos que existem nesses concelhos. E portanto, eu não quero acreditar que, quando os outros adotam uma reposta, sou eu que estou certo e os outros é que estão errados. E, portanto, todos os municípios que são nossos vizinhos, ou praticamente todos os municípios que nos circundam, têm essa resposta construída. E, portanto, julgo que a construíram porque identificaram junto dos seus munícipes essa necessidade. Investimentos em novas áreas empresariais: Se nós não conseguimos requalificar as existentes, porque é que havíamos de investir em novas áreas industriais? O Senhor foi premonitório - peço-lhe desculpa - já disse que vamos ter de esperar para o próximo mandato, que isto vai ficar tudo adiado. Nós temos vontade, temos determinação e temos intenção de intervir na maioria das zonas industriais do nosso Concelho, ainda neste mandato. O trabalho que está a ser feito é para requalificar a zona industrial de Cesar/ Carregosa/ Fajões. O trabalho que está a ser feito é requalificar a zona industrial de Nogueira do Cravo/ Pindelo. O trabalho que está a ser feito é para requalificar a zona industrial de Oliveira de Azeméis. O trabalho que está a ser feito é no sentido de conseguirmos apresentar uma candidatura a um Aviso que saiu ontem para a zona industrial Costa Má/ S. Roque. O trabalho que estamos a procurar fazer é criar um conjunto de acessibilidades à Área de Acolhimento Empresarial de Ul/Loureiro. Mas repare, quando nós temos na Área de Acolhimento Empresarial de Ul/Loureiro aquela entrada com aquele aspeto profundamente degradado; quando temos uma rua - dos Transportes Arrabães - que eu me comprometi com a senhora e que vou falhar, já sei que vou falhar. E vou-lhe telefonar a pedir desculpa, porque efetivamente eu não vou conseguir fazer este ano a requalificação da rua, que está em terra batida, precisamente porque o alinhamento que está previsto para essa rua é um alinhamento, na nossa opinião, quase que impossível de fazer porque obrigaria a um processo de negociação de terrenos moroso e complexo, e, portanto, queríamos reperfilhar a rua e fazer a rua com outro tipo de dimensões. Mas, é evidente que, com o acesso que nós temos que construir àquela Área de Acolhimento, que todos reconhecemos que não acede condignamente. É evidente que a nossa preocupação é requalificação das zonas industriais existentes. E é esse o caminho que nós estamos a trilhar e é esse o caminho que nos vamos fazer ainda neste mandato, ainda este mandato. A cidade de Oliveira de Azeméis vai ter um elevado investimento. Fico grato pelo reconhecimento. Questiona se teremos uma cidade transformada. Profundamente transformada. Mas não profundamente transformada unicamente por iniciativa da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal. Os próprios privados estão a dar uma resposta à altura. E portanto, eu, aqui, curvo-me perante muitos investimentos que felizmente estão a acontecer no nosso Concelho e que resultam da iniciativa privada. E é assim que se desenvolve o território. O território não se desenvolve exclusivamente por ação da autarquia, desenvolve-se quando todos os atores, quando todos os que têm possibilidade de o transformar o fazem e o estão a fazer como hoje está a acontecer. Nenhuma artéria nova vai ser construída.... Refere, enfim, que é do século passado. Eu tenho que*



fazer aqui, sinceramente, o reconhecimento ao Executivo anterior ou aos executivos anteriores. Porque há um conjunto de vias - como a D. Maria I, as vias estruturantes, toda a zona envolvente do complexo desportivo são vias novas que não vêm do século passado ou, até, a própria Via do Nordeste, se quiser. Mas em termos de cidade essas vias (D. Maria I, a via que serve a zona desportiva, as vias estruturantes que estão localizadas na cidade) são vias que resultam do trabalho feito pelos Executivos anteriores e, portanto, é injusto dizer-vos que isto vem de uma visão do passado. Eu não pretendo, sinceramente, rivalizar com Alfredo Fernandes de Andrade. Longe de mim. Quero muito modestamente dar o meu contributo para que tenhamos um Concelho com outra competitividade e com outra atratividade e, sobretudo, com outro futuro para os nossos filhos e para os nossos netos. Aquilo que eu vou procurar fazer é, naturalmente: Embora perceba que não concorde com a requalificação do Mercado Municipal para aí ser instalada, também, uma resposta ao nível do um Centro Coordenador de Transportes. Compreendo que não ache que um Fórum Municipal faça sentido na casa Sequeira Monterroso. Mas, Senhor Deputado, o problema é que os fundos comunitários existem para isso. Existem para isso. Existem para reabilitação urbana. E se nós quiséssemos construir um edifício de raiz. - Concordo em absoluto consigo, em absoluto consigo - Com um Centro de Coordenador de Transportes nas imediações da nossa estação - e deixe-me que lhe diga que estamos a negociar, está a correr bem, com a REFER, as duas Estações, quer a de Cucujães, quer a de Oliveira de Azeméis, a de Oliveira de Azeméis com uma transformação profunda prevendo já a requalificação da Linha do Vouga. Naturalmente que a requalificação é da responsabilidade da tutela. Mas aquilo que nós esperamos é que aquilo que está incluído no Plano Nacional de Investimentos seja cumprido pelo atual governo. Mas, deixe-me que lhe diga, as verbas que existem disponíveis são para reabilitação urbana, são para soluções de mobilidade. E portanto não permitem que eu faça uma construção de raiz num espaço que, não é nosso também, convenhamos, teríamos de adquirir. Evidentemente que respeito muito as opiniões que divergem das nossas, porque são igualmente meritórias. E, portanto, estas coisas fazem-se através, precisamente, de posições diferentes e diferentes visões para a resolução dos problemas. Eu acho que, um Fórum Municipal construído na casa Sequeira Monterroso induz um conjunto de dinâmicas importantes na nossa rua pedonal e, conforme disse aqui o Bruno Rodrigues, ela é efetivamente a nossa sala de visitas e é um conjunto de ruas muito interessantes, com um conjunto de casas de extremo valor arquitetónico, de extremo valor patrimonial que nós queremos naturalmente preservar e que nós queremos dinamizar. Todos os investimentos que nós façamos, para além da residência universitária - conforme o Bruno Rodrigues também aqui sugeriu - mas todos aqueles que nós possamos fazer para atrair e fixar pessoas na nossa rua pedonal e para criar dinâmicas na nossa rua pedonal, devem ser acarinhados. Portanto, é isso que eu espero que aconteça com a instalação do Fórum Municipal que, está pronto. Está pronto. E repare naquilo que me vai poder acusar daqui a uns tempos, - Repare no que me vai poder acusar daqui a uns tempos: Eu acabei de dizer nesta Assembleia Municipal, todos os projetos do Fórum Municipal estão prontos. Todos prontos. Estão prontos para serem lançados a concurso. Vai ver o tempo que medeia entre o trabalho de casa que nós

*fizemos e a possibilidade de arrancarmos com a obra. Em relação á intervenção do Senhor Presidente de Junta da Freguesia de Loureiro- José Queirós: Referiu aqui, também. - Compreendo, as Juntas de Freguesia são eternos insatisfeitos. E ainda bem que assim é. Eu naturalmente gostaria de dar mais dinheiro às juntas de freguesia, gostaria de receber mais dinheiro do Estado e o Estado naturalmente gostaria de receber mais dinheiro da Comunidade Económica Europeia ou dos Fundos Comunitários. Mas, a vida é mesmo assim, trabalhamos num quadro de restrições. E, portanto, aquilo que nós estamos a procurar fazer é, obviamente, ajudar as juntas de freguesia naquilo que são os seus projetos pessoais, projetos que têm para a freguesia, e naquilo que são os projetos que nós também consideramos que são estruturantes para a freguesia. Nós temos a Rua de S. Pedro e a Rua da Banda Musical, estamos a falar aqui de cerca de 35.000€ que estão adjudicados e podem ser investidos. Temos também a Rua da Arrota e a Rua das Agrads (Rua da Arrota - 31.500€, Rua das Agrads - 19.500€), ruas que estão previstas no PPI para serem intervencionadas ainda em 2020. Eu percebi o seu desabafo. Eu percebo que até nem é muito sentido. Porque comparar investimentos em áreas é sempre tremendamente injusto. E dizer que se gasta mais em cultura do que o que se gasta mais em saneamento ou dizer que se gasta mais em educação do que se gasta mais em cultura é tremendamente injusto. Nós devemos gastar de forma criteriosa, com uma correta definição de prioridades as verbas onde entendemos que elas são mais produtivas, mais eficazes. É evidente que, eu gostaria muito que, o investimento na rede de saneamento em Loureiro fosse possível, Loureiro, não só Loureiro, Loureiro e muitas freguesias do nosso Concelho tivessem a possibilidade de serem servidas por rede de água e saneamento. Não é possível. Eu nunca disse que isso que era uma coisa fácil de fazer. Mas aquilo que nós estamos a procurar fazer é encontrar soluções. E por isso é que nós fazemos um reforço substancial no investimento assim que deixemos de ter este peso de pagarmos a dívida municipal. Portanto, a partir daí conseguiremos libertar alguns recursos e esperamos nós que existam nos quadros comunitários também verbas disponíveis para a resolução deste problema. Pelo menos é esse o compromisso do anterior Ministro do Ambiente, que continua a ser o atual. Agora, repare, nós em Loureiro temos que gastar uma fortuna no acesso à Área de Acolhimento Empresarial de UI/ Loureiro, na própria Área de Acolhimento Empresarial de UI/ Loureiro, estava previsto uma ETAR, que custa mais de 300.000€, que nunca foi construída. E naturalmente prejudica a competitividade da própria zona industrial e essas obras, são obras importantíssimas, estão aqui previstas no Plano Plurianual de Investimentos. Em relação à intervenção do Senhor Deputado Bruno Rodrigues: Eu concordo em absoluto com o que referiu, em relação á habitação. É muito importante. A habitação é uma das condições para atrair e fixar pessoas para o nosso território. Obviamente que, os privados de certa forma estão a fazê-lo. Não sei se de uma forma tímida. Mas o que é um facto é que todos nós reconhecemos com alguma facilidade que, não temos a habitação que necessitamos, portanto, precisávamos de ter muito mais habitação. Precisávamos, se calhar, de ter mais habitação de custos controlados, mais habitação direcionada para os casais jovens. Mas, objetivamente dizer-lhe que, nós, neste momento, não temos condições para promover esse tipo de habitação; Esperamos que os privados o façam; Esperamos que os privados também o*

façam na nossa rua pedonal. E são essas as indicações que, felizmente, vamos obtendo. E, naturalmente que, ao nível do emprego, também, nós somos um Concelho que tem uma taxa de desemprego muito abaixo daquilo que é a média nacional, cerca de metade da média nacional. E, portanto, nós, obviamente, temos aqui reunidas duas condições importantes para atrair e fixar pessoas no nosso Concelho. Naquilo que diz respeito ao emprego: Nós vamos continuar a investir e vamos continuar a apoiar os nossos empresários, é essa a nossa vontade. Por isso é que eu referi há pouco que vamos fazer todos estes investimentos nas zonas industriais. Em relação às considerações que fez sobre o Fórum Municipal e as Oficinas de Artes: Nenhum destes edifícios dá para uma residência universitária, obviamente. Ou, então, seria um luxo transforma-los numa residência universitária. Mas conforme eu disse há pouco: A nossa rua pedonal precisa de muitas dinâmicas, precisa de muita vida. E naturalmente a requalificação da Garagem Justino e um Fórum Municipal na casa antiga Sequeira Monterroso são, na nossa opinião, dois importantes contributos a que se junta, naturalmente, os contributos das antigas Finanças e também o próprio Centro de Saúde darão a todo este corredor que liga Santo António à Praça do Gemine. Não concorda com o Parque Urbano. Eu respeito. Em relação á intervenção do Senhor Deputado Fernando Pais: Investimentos nas Juntas de Freguesia? Senhor dr. Fernando Pais, isto serve para si e serve para os Presidentes de Junta de Freguesias. Tenho aqui um gráfico que mostra os investimentos nas Juntas de Freguesia: em 2016 - 894.000€; em 2017 - 891.000€; em 2018 - 1.048.000€; em 2019 - 998.000€; em 2020 - 1.408.000€. Portanto, este gráfico evidencia bem o investimento e a forma como nós interpretamos aquilo que é o relacionamento que nós devemos ter com estes parceiros fundamentais na promoção e desenvolvimento do nosso território. Falou aqui de 2018, PPI, execução foi inferior a 28%. É evidente que foi inferior a 28%. Seria justo da sua parte dizer que o Orçamento de 2018, para quem entre a 24 de outubro de 2017 em funções, não é o nosso Orçamento. E portanto, a execução é a que resulta de um Orçamento onde não existem projetos, onde não existem fundos comunitários disponíveis, onde foi preciso recuperar esses fundos comunitários, onde foi preciso redefinir todas as verbas e todas as obras que estavam definidas no PEDU, onde foi preciso apresentar candidaturas para essas obras, onde foi preciso poupar muito dinheiro e arranjar fundo de financiamento para os projetos que queremos implementar. O volume de investimento foi de 3.16 milhões de euros, em 2018. E esse volume de investimento é 10% superior ao investimento de 2017, embora reconhecemos uma baixíssima taxa de execução - conforme referiu: foi de 28%. Essa taxa de execução é absolutamente explicável quando as principais obras num Plano Plurianual de Investimentos que alavancam a execução dos orçamentos são as obras com fundos comunitários, são os Caracas, os Fóruns Municipais; as Escolas, etc.... Nenhuma dessas obras esteve em execução durante o ano de 2018 e também uma grande parte do ano 2019. E portanto, compreende-se que não é fácil alavancar outros números para o Plano Plurianual de Investimentos. Mas, deixe-me que lhe mostre - porque para si faz alguma confusão o facto de nós prevermos, num determinado ano, verbas para o futuro e depois essas verbas virem a ser alteradas. É evidente que quando nós estamos a referir em 2021 um investimento de 18 milhões, é porque quem elabora o Orçamento não consegue acomodar em

2020 toda a capacidade orçamental para executar aquele conjunto de obras. Só o consegue fazer a partir do momento que consegue incorporar o salde de gerência. Portanto, muitas das obras que hoje estão em 2021, são esses tais 18 milhões de euros, vão acabar depois por ter um percurso inverso, um percurso no sentido de serem feitas em 2020, muitas dessas execuções acabaram por acontecer em 2020. Mas eu tenho aqui um gráfico também, um gráfico interessante que explica o que é que nós em 2016 pensávamos sobre o investimento no PPI que íamos fazer em 2019; E nós pensávamos que ia ser 7.6 milhões de euros. Mas, em 2017, já pensávamos que o PPI em 2019 já íamos investir 14.8 milhões de euros. Ou seja, duplicamos aquilo que pensávamos. Estamos a falar do Executivo anterior. O Executivo anterior, em 2016, pensava investir 7 milhões de euros, em 2019, em 2017 já pensava investir 14 milhões de euros. Mas as razões são estas que eu acabei de explicar. Portanto, não vem por aqui nenhum mal ao mundo. O que importa é que nós tenhamos capacidade para investir, em média, os tais 14 milhões de euros que estão previstos no PPI para os anos 2020 e para os anos 2021. Isso seria seguramente um investimento sem paralelo e sem referência no nosso Concelho. Em relação às zonas industriais, rede viária em zonas industriais: Senhor Deputado, aquilo que eu lhe vou dizer é que elas vão ter a atenção que não tiveram no passado, garantidamente. E se o Senhor com alguma facilidade e todos nós com alguma facilidade conseguimos validar que elas estão profundamente degradadas; pois, essa é a situação que nós temos que inverter. E, repare aquilo que nós temos para fazer é uma coisa muito simples: É pegar no que temos, é pegar no que temos sem ideias megalómanas e, pelo menos requalificarmos os pisos, tentarmos fazer condução de águas pluviais, onde for possível fazer passeios, fazer passeios, onde for possível fazer baias de estacionamento, fazer baias de estacionamento. Se conseguirmos fazer isto, os nossos empresários ficar-nos-ão eternamente gratos porque, efetivamente, hoje, transitam por ruas tremendamente degradadas. E naturalmente que para eles é uma humilhação que clientes estrangeiros quando acedem às suas empresas transitem por aquele tipo de ruas. É uma humilhação para eles e é uma humilhação para nós e deve ser uma humilhação para todos nós. E portanto, essa é efetivamente uma prioridade que nós vamos ter que em atenção, já nos próximos dois anos, Senhor Deputado Jorge Melo, Senhor Deputado Fernando Pais e, não daqui para uns anos, porque efetivamente as vias não aguentam esse anos. É basicamente essa a razão. Porque estamos a falar de investimentos absolutamente colossais. Qualquer uma destas vias nas zonas industriais custa muitas centenas de milhares de euros e, se fizermos redes de água e saneamento prevendo que elas um dia virão a ter essas respostas, então, os valores disparam brutalmente. Em relação ao comércio e turismo: Há um conjunto de verbas e um conjunto de rubricas no Orçamento que tem dotações residuais, absolutamente residuais. É evidente que ninguém acredita que nós, no ano de 2020, não vamos investir rigorosamente nada no nosso comércio e no nosso turismo. Eu acabei de explicar que nós avançamos com uma iniciativa junto do nosso comércio. Aliás, ela foi aqui referida pela Senhora Deputada Carla Brandão. E, essa iniciativa é uma iniciativa para replicar já, também em 2020. Naturalmente que quando eu falo de um projeto de afirmação de Ferreira de Castro, naturalmente que é um projeto também iminentemente turístico que vai obrigar a um investimento. Portanto, será apresentada

*aos nossos parceiros a estratégia que vamos seguir para potenciar Ferreira de Castro e aquilo que é a disponibilidade orçamental para o podermos fazer. E, portanto, aquilo que nós vamos fazer é, se necessário, transferir verbas para podermos ter nestas rubricas capacidade para executar investimentos na área do comércio e na área do turismo. Eu julgo que respondi praticamente a tudo. Não é fácil. E peço esculpa se, efetivamente, alguma coisa me passou. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====*

*===== Senhor Presidente, eu se calhar não fui claro na minha intervenção. O Senhor Presidente, o primeiro quadro que mostrou foi o quadro do investimento nas freguesias. Naturalmente, a interpelação que vou fazer neste momento, até porque não terá obviamente essa indicação, mas gostaria que facultasse à Senhora Presidente que nos facultaria depois: o investimento por freguesia. Exatamente. Esse quadro que o Senhor mostrou. Nós não tivemos a possibilidade... Não duvido que o mesmo retrate a verdade. É o investimento no conjunto das freguesias? Transferências para as Juntas de Freguesia? A minha interpelação, é que: - Eu gostaria que o Senhor exibisse, aos deputados, a nós todos, o investimento por freguesia. Creio que não terá esses números neste momento. Mas depois fará chegar à Senhora Presidente, como habitual nos brinda com aqueles emails e também será um desses. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número quatro à votação tendo sido **deliberado por maioria, aprovar o Orçamento, Grandes Opções Plano e Quadro Plurianual de Programa Orçamental para o ano 2020, com a seguinte votação: - Votos a favor: dezanove (19) do PS, um (1) do CDS/PP e um (1) do Presidente da Junta de freguesia de Cesar; - Votos contra: sete (7) do PSD e um (1) do CDS/PP; - Abstencões: cinco (5) do PSD e um (1) do CDS/PP. Deliberou ainda por unanimidade aprovar a autorização normas e propostas que constam do relatório orçamental, nomeadamente as propostas do VII - subpontos 1.a) e b); e 2. =====***

*===== **Ponto cinco: - Mapa de Pessoal ano 2020 (I/68691/2019) - Aprovação; =====***

*===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A necessidade de se planear para cada exercício orçamental as atividades de natureza permanente ou temporária, tendo em consideração a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis (n.º 1 do art. 28º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20.06 e respetivas alterações); - Que o planeamento deve incluir eventuais alterações a introduzir nas unidades orgânicas flexíveis, bem como o respetivo mapa de pessoal à acompanhar a proposta de orçamento (n.º 2 do mesmo artigo); - As necessidades previsionais de pessoal para 2020; - Que o mapa de pessoal contém a indicação do número de*

postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizados em função: a) Da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar; b) Do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam; c) Dentro de cada carreira e, ou, categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular; d) Do perfil de competências transversais da respetiva carreira ou categoria, regulamentado por portaria do membro do Governo responsável pela área da Administração Pública e complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho (n.º 2 do art. 29º do referido anexo ao diploma). Propõe-se: - A apresentação, para apreciação da Câmara Municipal, do mapa e respetivos anexos, (documentos esses que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas); o qual representa e incorpora a previsão de pessoal que se estima ser necessário para 2020; - Que se submeta o mesmo à aprovação da Assembleia Municipal, na mesma sessão da apresentação do orçamento municipal para o mesmo ano; - Que posteriormente, se torne público, por afixação no órgão/serviço e inserção na página eletrónica, assim devendo permanecer, em cumprimento do determinado no n.º 4 do art. 29º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20.06, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do art. 25º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09.”

=====  
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.=====

=====  
 ===== Senhora Presidente, estamos a falar de dois calceteiros, estamos a falar de vinte e uma pessoas para as escolas (quinze assistentes operacionais e seis assistentes técnicos), estamos a falar de um coordenador operacional municipal. São essas as pessoas que constam aqui da alteração do Mapa de Pessoal. =====

=====  
 ===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de Jorge Pereira e Fernando Pais. =====

=====  
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Jorge Pereira**, do CDS/PP. =====

=====  
 ===== O CDS sempre que é chamado a votar neste ponto, Mapa de Pessoal, nós, por noma, damos o nosso aval positivo. Visto que, melhor do que ninguém, o Executivo saberá quais são as suas necessidades para a melhor gestão dos seus compromissos e dos seus serviços. Mas queria dar os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara: Finalmente, criou um lugar para o Coordenador Municipal da Proteção Civil. Os meus parabéns, Senhor Presidente. Porque de facto o Senhor presidente mostra que está sensível a esta questão. Mas, Senhor Presidente, esclareça-me só aqui uma questão que me deixou dúvidas nesse quadro. A legislação determina que esse lugar deva ser um licenciado com experiência na área, formação na área. E, daí, o que

*eu deduzo, de um engenheiro químico sem qualquer outra especialidade, portanto, certamente não será por causa do pó químico dos extintores, certamente que não será ... Em Estarreja faria sentido, tendo em conta o parque químico ali envolvente. Se calhar em Oliveira de Azeméis poder-se-ia equacionar um engenheiro florestal, tendo em conta a nossa área florestal, se calhar em Oliveira de Azeméis poder-se-ia equacionar um engenheiro civil, tendo em conta as infraestruturas que nós temos no nosso Município. Mas, Senhor Presidente, faria muito mais sentido se fosse um engenheiro de Proteção Civil porque esse tem o Know-how todo, esse sim, tem efetivamente o conhecimento e a experiência. Aquilo que eu possa estar enganado e daí que eu peço esclarecimentos ao Senhor Presidente. Depois, sendo o Coordenador Municipal de Proteção Civil - sabe que é um cargo de nomeação. Daquilo que eu deduzo nesta proposta é, se estará a propor fazer um concurso? Era este o esclarecimento que eu também gostava de saber. Então, posto isto, e daquilo que ali deduzi, e daí o esclarecimento: Portanto, qualquer outro licenciado que não o engenheiro químico, qualquer outro licenciado que não o engenheiro químico, esses sim, requerem experiência ou formação na área. O engenheiro químico não necessita de experiência e formação. Era esse esclarecimento que eu queria que efetivamente me desse. E se, efetivamente, vai ser nomeação ou por concursos. Obrigado.=====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====*

*===== Relativamente ao Mapa de Pessoal, nós só temos a felicitar a manutenção e criação de novos postos de trabalho, com base nos critérios de competência aptidões profissionais e académicas. Nenhuma organização consegue atingir níveis de qualidade ou excelência, se não tiver por base os pressupostos dos recursos humanos. Aquilo que de facto ressalta aqui neste quadro de pessoal é de facto a nomeação do coordenador municipal da proteção civil. O Jorge quase que esgotou a intervenção que eu tinha para fazer. Eu só queria, aliás, até no seguimento de alguma indefinição dele no que respeita a esta situação, queria fazer uma proposta: Porque, dizer que, exigir, para o preenchimento do quadro da proteção civil um licenciado na área da engenharia química e/ou experiência e formação em proteção civil. Eu parece-me, salvo do devido respeito, que isto parece demasiado vago e impreciso. Primeiro: Porque de alguma forma discrimina os outros engenheiros, nomeadamente os da proteção civil. E nessa medida nós podíamos até estar a obstaculizar alguém com formação específica na área, até ao nível da licenciatura, para dar a preferência a alguém que seja um engenheiro químico. Portanto, a nossa proposta significaria que a licenciatura se basearia na área da engenharia, de qualquer das engenharias e, em vez de estar e/ou, poríamos só “e experiência e formação em proteção civil” seja ele qual for. Assim, garantiríamos que o cargo seria devidamente preenchido por alguém que tenha um grau de licenciatura e que tenha experiência e formação na proteção civil. Creio que a conjugação cumulativa destes dois pressupostos garantiria. Podia também ser um licenciado só. Mas eu presumo também que estar a abrir o leque de opções a qualquer licenciatura, pressupõe*

que a engenharia seria, é nessa base, preencheria. Mas também não vemos nada em retirar só licenciado com experiência na área de formação em proteção civil. A questão que o Jorge Melo pôs também é pertinente: Como é que se vai processar isto, isto é um cargo de nomeação, é nomeado alguém que depois preenche o lugar com base no concurso? Também era isso um ponto que nós queríamos ver perfeitamente esclarecido, nesta questão. Muito obrigado. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====

===== Só corrigir uma imprecisão minha: Eu disse-vos que eram dois calceteiros, um coordenador operacional municipal e vinte elementos para escolas, e esqueci-me de um eletricista, três jardineiros para substituir três jardineiros que se vão aposentar e já meteram o processo de aposentação. Em relação ao COM (Coordenador Operacional Municipal), eu não sei (estive a tentar ver) onde é que está e/ou. Eu não vi o e/ou. Acho que, o “ou”, acrescentou porque está “e”; Eu no mapa que tenho, digo: “e” Portanto, se for ver à descrição aparece “e”, se na proposta diz “e/ou”, a proposta “e/ou” não coincide com o que está descrito depois no mapa de funções. Aqui só tem “e”, aqui diz, licenciado em engenharia química, experiência e formação em proteção civil. Portanto, o que é que isto quer dizer: Nós temos a possibilidade de dar formação a uma pessoa interna, que no passado desempenhou funções de responsabilidade na proteção civil da Câmara ou, se não for essa a via que nós queremos, nós queremos ir buscar alguém com experiência e formação em proteção civil. Portanto, nós queremos ter as duas possibilidades: Ou, sendo alguém licenciado, dar-lhes a formação que a lei exige para que possa ser COM; ou, então, temos a possibilidade de irmos, por concurso, buscar alguém que tenha essa experiência e essa formação. Licenciado? Sim. Se isto está aqui, está mal explicado. Nós não queremos que seja alguém licenciado em engenharia química e fechou, não, é licenciado em qualquer área que pode ter formação para exercer essas funções ou, então, em alternativa, alguém que tenha experiência e formação já em proteção civil. Portanto, é isso que se pretende. O que se pretende é um licenciado, se não for na área da proteção civil queremos que tenha experiência e formação profissional. Um licenciado em qualquer área que tem de cumprir em termos de formação aquilo que a lei determina ou alguém com experiência e formação em proteção civil. Aqui a questão é a licenciatura em engenharia química. Portanto, é um licenciado em qualquer área e ou formação. É isso que está correto. Vamos clarificar, para percebermos: Há duas possibilidades: Podemos ter um licenciado com ou sem formação em proteção civil, um licenciado em qualquer área, ou um licenciado em proteção civil. É isso que estamos a falar. Um licenciado em engenharia química, ou engenharia mecânica, ou em engenharia industrial que terá que obrigatoriamente ter formação para poder exercer esse cargo em que a lei determina a carga horária dessa formação. Portanto: é um licenciado ou um licenciado com formação. Volto a clarificar para não ficarem dúvidas: Estamos a falar de dois calceteiros, um eletricista, três



*jardineiros e os tais vinte e um elementos para a educação, sendo quinze assistentes operacionais e seis assistentes técnicos, e o COM. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número cinco à votação tendo sido **deliberado por unanimidade aprovar o Mapa de Pessoal para o ano 2020.** =*

*===== Pela Senhora Presidente da Assembleia foi sugerido que se efetuasse a análise e discussão em conjunto dos pontos seis, sete, oito e nove, sendo que a votação seria efetuada ponto a ponto, a qual foi aceite por unanimidade. =====*

*===== **Ponto seis: - Fixação da taxa de Derrama para 2020 (I/62624/2019);** =====*

*===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O definido na alínea c) do art.º 14º, e no n.º 1 do art.º 18º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, e posteriores alterações, os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5/prct, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC); - Que a ausência da comunicação ou a sua transmissão para além do prazo estabelecido (até 30 de Novembro) determina que a liquidação e cobrança da Derrama são efetuadas com base na taxa e benefícios fiscais que estiverem em vigor naquela data nos termos do nº 17 e nº 18 do art.º 18º da RFALEI; - Não obstante a suspensão da aplicação do Plano de Saneamento Financeiro, mostra-se adequado, tendo por base o princípio da prudência na gestão municipal, assegurar também um quadro de receitas/proveitos que mantenha os níveis de sustentabilidade das finanças municipais, permitindo a continuação do esforço de investimento de recursos à recuperação do desenvolvimento económico e reforço da coesão territorial; - O enquadramento atrás referido, o Executivo pretende manter a sua orientação para uma política de apoio às empresas, de dinamização do tecido económico do concelho, apontando a manutenção das taxas pelos valores de 2019, reduzindo a taxa máxima da derrama em 0,3/prct fixando assim a mesma para o ano de 2020 em 1,2/prct; - Que, ao abrigo do nº 24 do art.º 18º do RFALEI, e posteriores alterações, e até aprovação do regulamento referido no nº 23 do citado diploma, a Assembleia Municipal pode, sob proposta da Câmara Municipal deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para sujeitos passivos com volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros); - Que o Executivo pretende manter uma política de apoio às pequenas empresas, fomentando a criação e manutenção das mesmas, reduzindo a taxa máxima da derrama para sujeitos passivos com volume de negócios do ano anterior que não ultrapasse a 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros) reduzindo a taxa máxima possível da derrama em 0,75/prct fixando assim a mesma para o ano de 2020 em 0,75/prct.; - Não obstante as medidas de incentivo às empresas atrás referidas, irá esta Autarquia promover outras medidas em regulamento próprio visando o incentivo ao empreendedorismo e captação de novas*

*empresas. Propõe-se: Nestes termos, ao abrigo do disposto no art.º 18º do RFALEI, conjugado com a alínea ccc), do nº 1, do art.º 33º e alínea d), do nº 1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro 2013, e posteriores alterações, a fixação pela Assembleia Municipal, mediante proposta da Câmara Municipal das seguintes taxas de Derrama para o ano 2020: - Taxa geral de 1,2/prct; - Taxa reduzida de derrama de 0,75/prct, para sujeitos passivos com o volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros).”==*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== Então, se me permitem, eu explico todos os pontos ao mesmo tempo e vou ser super objetivo. Aquilo que nós estamos a fazer no ponto seis, é a fixação da Taxa de Derrama para o ano 2020. E, portanto, prevemos a manutenção das taxas que existiram em 2019. As taxas sobre os prédios urbanos no âmbito do IMI, para 2020, prevemos uma redução de 0.375% para 0.35%. E no caso das Taxas Municipais de Direito de Passagem, prevemos a sua aplicação no valor de 0.25% sobre o volume de negócios dos operadores. O ponto nove é a definição da percentagem do IRS sobre rendimentos de 2020 e mantêm-se nos 5%. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de Bruno Rodrigues, Bruno Costa, Fernando Pais, Jorge Pereira, António Grifo e Bruno Aragão. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Bruno Rodrigues**, do PSD. =====*

*===== Boa noite, novamente. Antes de mais, posso afirmar que iremos votar favoravelmente do ponto IMI. Reconhecemos com agrado o esforço do Executivo em beneficiar as famílias oliveirenses com esta redução do IMI de 0.375% para 0.35%. Denota também que o Município se encontra com uma situação financeira estável e que permite este esforço de redução de receita. No entanto, no ano passado, houve uma proposta da vereação do PSD para fazer uma pequena redução do IMI (de 0.005 pontos percentuais) e que não foi acolhida pelo Senhor Presidente. Da leitura que faço, no ano passado a situação financeira da Autarquia também já apresentava uma situação bastante estável, como veio a demonstrar o Saldo de Gerência de 8 milhões de euros que transitaram para este ano de 2019. Por isso, a minha questão, para o Senhor Presidente, é se me pode dizer o que mudou, no seu entender, para optar por fazer esta redução grande de 0.025 pontos percentuais este ano e que não lhe permitiu fazer uma redução de 0.005 pontos percentuais no ano anterior? No ano passado terá sido mais conservador neste aspeto por uma questão de prudência? Obrigado. =====*

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Bruno Costa**, do PS. =====

===== Obrigado. Cumprimento todos os presentes, na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Dr.<sup>a</sup> Helena Santos. E, daí, fazer a minha intervenção agregando os pontos 6,7,8 e 9, de forma a dar a nossa visão sobre a fiscalidade local, explanando os nossos compromissos. Falar naquele que é o verdadeiro segundo Orçamento deste Executivo e da sua proposta de gestão dos impostos municipais é falar de compromissos. Em 2017, no seu programa eleitoral, o Partido Socialista foi claro: se lhe fosse confiada a gestão do município assumia com todos os oliveirenses a criação de condições para iniciar uma baixa do Imposto Municipal sobre Imóveis. Garantindo a sustentabilidade financeira do município, assegurando o quadro de investimento num município que tantas necessidades reconhecidas tem, e caucionando uma gestão de rigor dos dinheiros públicos foi clara a nossa posição. Este compromisso, a juntar-se a vários outros, é agora uma realidade. Este é mais um ponto de compromisso, correspondendo a uma diminuição da taxa de IMI de 0.025 pontos percentuais, havendo ainda a possibilidade desta redução ser ainda maior, consoante o número de dependentes das famílias. Este é um início de um caminho. E que caminho é este? Um caminho sustentado que procura devolver rendimentos aos oliveirenses assegurando-lhes também a capacidade do seu município continuar a ter condições de investimento e de recuperação. É exatamente nesse sentido e neste espírito que hoje votamos também favoravelmente a Taxa Municipal de Direitos de Passagem, alterada que foi a lei e garantindo que o valor que agora recebe o município é suportado exclusivamente pelas operadoras, uma reivindicação de todos os partidos nesta Assembleia, nos anos anteriores. Mas é também neste sentido, que mantemos e aprovamos o valor de Derrama, um incentivo para o investimento das empresas do nosso Concelho, sem esquecer aquelas que possuem uma taxa de faturação mais baixa. E nesta política de fiscalidade há um esforço assumido de assegurar um quadro de receitas que mantenha os níveis de sustentabilidade das finanças municipais, permitindo a continuação do esforço de investimento de recursos à recuperação do desenvolvimento económico e reforço da coesão social. E olhos nos olhos com os oliveirenses, como aliás o fizemos e fazemos desde a primeira hora, mantemos a taxa de IRS no seu valor máximo. Talvez hoje, mais do que nunca, faça sentido aos oliveirenses a gestão de rigor que sempre defendemos. E também talvez hoje mais do que nunca os oliveirenses percebam essa necessidade. Senhor Presidente, o que o Partido Socialista pede a este executivo não é diferente do que pediu aos anteriores, condições para uma fiscalidade mais atrativa, que facilite e promova a fixação de pessoas e empresas. É pois, nesse sentido, que o Partido Socialista continuará a fiscalizar a execução do seu compromisso de baixar o IMI, mas sem deixar de o desafiar a continuar um caminho de sustentabilidade que permita, sem medo das palavras, uma maior agressividade na política de fiscalidade local. Pelo exposto votaremos favoravelmente os pontos 6,7,8 e 9. Obrigado. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Fernando Pais**, do PSD.=====

===== A minha intervenção só vai incidir na Derrama porque, os meus colegas também vão fazer as outras intervenções, relativamente aos outros impostos. A Derrama é o imposto municipal que incide sobre o lucro tributável do exercício das pessoas coletivas, antes da dedução dos prejuízos fiscais reportáveis, estando a sua taxa dependente da deliberação anual das Assembleias Municipais. Assim, ao IRC devido pode acrescentar-se a Derrama. A taxa geral de Derrama pode ir até 1.5%, no entanto pode ser aplicada uma taxa reduzida às empresas com volume de negócios inferior a 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros) no exercício anterior. Acima desse valor aplica-se a taxa normal da Derrama. A Derrama é devida no município onde está fixada a sede da empresa. Caso a mesma empresa tenha outras representações deve-se avaliar o lucro tributável de cada uma. Temos várias situações dessas até, no nosso município. Relativamente à taxa geral fixada para sujeitos passivos acima dos 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros), não vou pôr, por isso votaremos a favor da fixação da mesma. Quanto à taxa a aplicar para sujeitos passivos com volume de negócios, no ano anterior, que não ultrapasse os 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros) entendemos ser de isentar. Até porque essa isenção, não tem muito efeito do ponto de vista de repercussão do Orçamento e dá claramente um sinal favorável respeitante ao nosso tecido empresarial, pelo menos, daquele que tem uma menor dimensão em termos de volume de faturação. Creio que o impacto no Orçamento, Senhor Presidente, seria cerca de 40.000,00€ (quarenta mil euros) por ano. Esta é a primeira proposta que nós fazemos. Portanto, sugerimos que a Senhora Presidente ponha à votação a primeira, uma vez que nós votamos favoravelmente, e esta nossa proposta relativamente aos sujeitos passivos abaixo dos 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros). Caso esta segunda proposta, que nós façamos, não seja votada favoravelmente por esta Assembleia, então permita-me Senhor Presidente, Senhores Vereadores, colegas deputados municipais, ou membros da Assembleia Municipal, apresentarmos a esta câmara uma proposta em jeito de terceira via: Qual seria essa proposta? Todos nós estamos de acordo que este município deve criar condições de atratividade a empresas a sediarem-se em Oliveira de Azeméis. Portanto, neste aspeto, eu acho que o município tem que dar, para 2020, um sinal acolhedor a esses novos investimentos. E repare, Senhor Presidente, que esses novos investimentos nem sequer estão previstos, a receita nem é prevista, porque a receita tem a ver sempre com a arrecadação dos anos anteriores. Deste modo, eu gostaria de propor em nome do PSD: que as novas empresas, que forem criadas no ano de 2020 e que possibilitem a criação no mínimo de dez postos de trabalho, tivessem uma isenção de impostos na taxa de Derrama qualquer que fosse o volume de faturação no prazo de dois anos. Eu acho que este é um sinal evidente à atratividade por parte do município, relativamente às empresas que podem ser criadas, gerando claramente uma maior riqueza e uma maior atratividade e um maior leque de empregos. É uma situação que pode acolher aqui várias empresas. Porque, no domínio da escolha da implantação da empresa, é importante que os

*empresários vejam e estudem melhor as condições do próprio município no respeitante à sua própria fiscalidade. Entendemos que isto é uma situação transversal que passa por todos os impostos do município de Oliveira de Azeméis que hoje tem, felizmente, uma situação financeira muito mais desafogada do que a que teve nos anos anteriores, abandonando-se aquele cenário caótico de que o município se encontrava numa situação aflitiva do ponto de vista financeiro que nos foi transmitido no início deste mandato. Para nós, as pequenas e médias empresas têm um papel fundamental na criação e manutenção de emprego no concelho. A nossa proposta é no sentido de aliviar a carga fiscal, quer às famílias, quer às empresas, numa lógica responsável tendo em conta o princípio da estabilidade fiscal e a posição do município familiarmente responsável. A par destas iniciativas outras urgem no sentido de a Câmara ter um papel seguramente mais ativo na captação de novas empresas para o concelho e dando condições de atração de novos investimentos e para a manutenção e alargamento das já existentes no concelho. Tenho dito.*=====

===== *Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito:* =====

===== *Senhor Deputado importa-se de me fornecer as propostas que está a fazer, porque não consigo assimilar quantas propostas está a fazer? Três? Quatro? De ora avante, sempre que tivesse uma proposta agradecia que ma trouxesse por escrito. Porque é mais fácil para mim apresentá-la ao plenário.* =====

===== *Pelo Senhor Deputado **Fernando Pais**, do PSD, foi presente uma proposta nos seguintes termos: “Primeira proposta: é no sentido de, relativamente aos sujeitos passivos com volume de negócios inferior a 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros), isentar.----- Caso essa proposta não seja aceite, ou mesmo que essa proposta seja aceite, eu tenho uma proposta alternativa.”* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Bruno Aragão**, do PS, para fazer uma interpelação à Mesa.* =====

===== *Não acha que é melhor apresentar as propostas, fazer as intervenções todas e, o Senhor Presidente dá as explicações, depois passamos à admissão das propostas e da sua votação?* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **António Grifo**, do PSD.*=====

===== *Senhora Presidente da Assembleia Municipal, caros Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas Deputados, comunicação social, público, Juntas*

*de Freguesia aqui presentes, caríssimos Presidentes. Eu vou ser muito sintético, porque vou fazer exatamente um decalque daquilo que fiz no ano passado, (somente hoje não havia verba e não trouxe as imagens). Por isso venho aqui propor que a taxa de IRS, para os rendimentos de 2020, seja de 4.5%. Apelo, novamente, ao Executivo a sensibilidade que durante todo o período em que estiveram na oposição mantiveram, no que concerne à fixação desta taxa. Por isso, vou ser muito breve, vou só reler uma intervenção da Dra. Helena Santos, até para agradecer o trabalho que tem desenvolvido não só como Presidente da Assembleia, mas como médica porque aqui vou referir nesse aspeto. E dizia assim, a atual presidente da Mesa da Assembleia, no que concerne a pedir que o executivo da altura deixasse o IRS em 4,5%: “Eu tenho esta obrigação como médica de família alertar para estas questões e queria, portanto, sensibilizar a Câmara e a Assembleia para que esta situação que me inquietou. Por isso, pedi esta intervenção, quando percebi que pela segunda vez o Partido Socialista propõe não a aplicação de 5%, mas uma pequena redução para 4,5%. Para ser um gesto de abertura e sensibilidade para estas questões....” Não vou completar a intervenção, está implícito o que se pretende dizer aqui. O meu caro amigo Bruno Aragão, também tem aqui, quero felicitá-lo pela recente eleição e também lembrar-lhe só a célebre frase que depois deu motivo a uma troca de opiniões. Vou outra vez citar o Frei Tomás e o Pimenta Machada nas suas dissertações futebolísticas, dizia: “...no futebol, o que é hoje verdade amanhã é mentira e vice-versa”. Por último, ao meu querido amigo Eng.º Joaquim Jorge, ainda na função de vereador “... neste caso o município dá uma mensagem muito negativa às famílias que estão confrontadas com dificuldades na obtenção de emprego e veem as taxas de juro a aumentar e os seus salários congelados, sendo obrigação do executivo camarário dar uma mensagem clara de esperança às famílias oliveirenses.” Eu não vou adiantar mais, vou omitir a declaração feita pelo Deputado Pedro Paiva, porque ele ficou um bocado chateado, não entendeu... Sem “fair play”. Fazia um apelo ao executivo, para que efetivamente a taxa de IRS, para os rendimentos 2020, seja fixada em 4.5%. Muito obrigado a todos.=====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Jorge Pereira**, do CDS/PP. =====*

*===== Para 2020, o atual Executivo volta a propor, à semelhança do ano 2019, a taxa máxima a aplicar aos oliveirenses no que toca ao IRS. A dívida municipal tem sido reduzida e está quase na sua reta final do Plano de Saneamento Financeiro. E isto é mérito dos executivos que cumpriram integralmente o PAEL (Plano de Apoio à Economia Local), ano após ano, havendo agora disponibilidade para investimento como se propõem fazer para o ano 2020 e como há muito não se via em Oliveira de Azeméis. Continuamos a assistir a um aumento da receita de impostos que advém da melhoria da economia oliveirense e isto é mérito dos oliveirenses. Em tempos de oposição, o PS, defendia a redução da taxa de IRS, mesmo sem os executivos anteriores terem as condições anteriormente referidas que o PS agora executivo tem ao seu dispor. O que o CDS disse no passado mantém a coerência no presente. Se no passado os valores da dívida municipal não*

*permitted premiar os oliveirenses com uma bonificação na taxa de IRS e, assim, todos contribuíram para que se cumprissem os compromissos da liquidação da dívida, hoje a dívida está a um ano de ser liquidada e entendemos que está na hora de os oliveirenses serem merecedores de uma redução da taxa de IRS como forma de reconhecimento do esforço para que todos contribuíram. Por estas razões, o CDS entende que está na altura de ser aliviado o esforço fiscal de forma transversal a todos os oliveirenses através da redução da taxa de IRS em 0.5%. Muito obrigado.=====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====*

*===== Em relação à intervenção do Senhor Deputado Bruno Rodrigues: Questiona - porque é que nós procedemos agora ao abaixamento do IMI? Por uma questão muito simples: Somos responsáveis. Basicamente, é essa a resposta. Aquilo que nós fizemos foi: não nos esqueçamos que vínhamos de uma dívida de 18.2 milhões de euros, em 2017, com uma dívida de 13.8 milhões de euros, em 2018, E, para nós, era absolutamente determinante o endividamento zero (0) da Câmara Municipal. Foi para isso que nós trabalhamos. Eu aproveito para esclarecer que endividamento zero (0) não significa dívida zero (0). A dívida da Câmara Municipal, no final do ano, era 13.8 milhões de euros e o endividamento da Câmara Municipal era nulo. Quero com isto dizer o quê? O Senhor Deputado Fernando Pais diz, que as contas não eram um caos, que afinal isto era uma maravilha. Disse que afinal havia condições e as contas não eram tão trágicas quanto isso. É preciso perceber que nós estamos neste momento a promover o ritmo de redução de dívida. Isto não seria dramático, se não tivéssemos um conjunto de respostas importantíssimas por implementar. Esta dívida não seria preocupante, se nós não tivéssemos as taxas de cobertura de rede de água e saneamento que hoje apresentamos. Esta dívida não seria preocupante, se nós não tivéssemos o edificado público completamente degradado e não estivéssemos a pagar mais de meio milhão de euros de rendas e alugueres por ano. Esta dívida não seria preocupante, se nós não tivéssemos as nossas zonas industriais num estado que, hoje, e aqui nós reconhecemos sem qualquer problema. Nós, obviamente que, não andamos a vender um concelho de excelência durante todos estes anos todos e a mascarar a realidade. E, portanto, para nós é preocupante que as nossas crianças continuem a ter aulas e a almoçar em contentores e a termos o parque escolar, conforme foi hoje aqui analisado, fortemente degradado também. Temos a nossa rede viária também, de uma maneira geral, muito degradada. Temos o nosso edificado público muito degradado. Temos efetivamente uma carga fiscal, que é uma carga fiscal, apesar de, por exemplo, no caso de a Derrama, ter uma taxa reduzida; e no caso do IMI, também ter uma taxa reduzida, em relação àquilo que o município podia apresentar; é um facto que no IRS nós apresentamos a taxa máxima. Mas deixem-me que vos diga uma coisa que é muito importante e que é muito claro. Nós nunca vendemos durante anos um concelho de excelência, que, é verdade, tem um enorme potencial. Mas, também é verdade que tem que ultrapassar um conjunto de fragilidades e um*

*conjunto de várias realidades que o fragilizam e o tornam menos competitivo. Nós, assumimos claramente um compromisso com os oliveirenses, assumimos o compromisso de reduzir a taxa do IMI. Foi esse o nosso compromisso, reduzir a taxa do IMI para a taxa mínima. É esse percurso que nós vamos continuar a fazer. É evidente que nós gostaríamos de fazer isto de uma forma muito mais rápida, muito mais intensa. Mas também é um facto, que nós herdamos milhões de euros de processos judiciais, conforme já aqui foi dito. E só nestes dois anos nós fomos condenados a pagar perto dois milhões e meio de euros de processos judiciais. É um facto. É um facto também que nestes dois anos tivemos que devolver meio milhão de euros do Centro Interpretativo do Vidro. Portanto, já devolvemos esse meio milhão de euros, do Centro Interpretativo do Vidro. É um facto: que herdamos taxas de execução zero do PEDU, que nos obrigaram a fazer um conjunto de projetos. Um conjunto de projetos que corresponderam a investimentos substanciais, para que pudéssemos ter condições para lançar essas obras a concurso. E, portanto, esta é a realidade que nós temos. E portanto, aquilo que nós podemos dizer, em relação a isto, é que houve muito tempo no passado para fazer a redução da taxa Derrama. A taxa Derrama é de 1.2% desde 2007. E nunca ninguém se sentiu impelido a reduzir a taxa Derrama. O IMI, em 2020, tem o maior abaixamento de sempre desde o ano de 2008. Já lá vão onze anos. E portanto, nunca ninguém se sentiu impelido. Houve também possibilidade de baixar o IRS ao longo de todo este tempo. E ninguém se sentiu impelido. E portanto, em matéria de preocupação com as famílias e com as empresas oliveirenses, nós estamos falados. Peço-vos desculpa, deixem-me que vos diga, nós estamos completamente falados. Porquê? Porque a maior carga fiscal, não tenham nenhuma dúvida sobre isto, em que os oliveirenses estão e vão suportar nos próximos 25 anos, foi a que resulta da concessão da rede de água e saneamento. Todos os oliveirenses estão a sentir na pele e na carteira os aumentos substanciais das suas contas com a água e com saneamento. E asseguro-vos, e é preciso ter este tipo de frontalidade, que isto ainda vai acontecer ainda de forma mais gravosa no futuro. Essa é claramente a carga fiscal que impele sobre os oliveirenses. Portanto, essa é a preocupação que nós temos que ter, em relação àquilo que nós fazemos com a nossa ação política e, naturalmente, a forma como nós, também, em resultado dessa ação política acabamos por comprometer o nosso futuro coletivo. É evidente que eu compreendo que me digam que, 40.000,00€, na redução dos sujeitos passivos com volumes de negócios inferiores a 150.000,00€ por ano representa 40.000,00€. Mas a redução do IRS de 5% para 4.5%, já acrescenta mais 240.000,00€, ou 250.000,00€, a isto. Portanto, com esta redução no IMI de 560.000,00€, que é essa devolução que é dada aos oliveirenses que é dada com o abaixamento da taxa de IMI de 0.375% para 0.35%, é evidente que somado estamos a falar em 800.000,00€ / 900.000,00€. Portanto, num concelho que tem tantas coisas ainda por resolver, tem tantas fragilidades - eu identifiquei estas e posso identificar muito mais - é evidente que não é responsável seguir esse caminho. O nosso compromisso foi o da redução do IMI. É esse compromisso que nós vamos continuar a seguir. Em relação ao apoio às novas empresas. Eu concordo em absoluto com esse apoio que foi aqui definido pelo Senhor Deputado Fernando Pais. Mas terá oportunidade de apresentar esses contributos num regulamento que está em discussão pública de apoio ao*



*empreendedorismo que prevê até condições menos gravosas, basta criar dois postos de trabalho e um investimento de 25.000,00€, para ter a possibilidade de ter a isenção da Derrama. E como sabe, não é nos primeiros dois anos onde as empresas fazem o grosso do seu investimento, que as empresas apresentam resultados. E portanto seria, de certa forma, prejudicá-las com esse tipo de proposta redutora. Em relação ao que foi dito pelo Senhor Deputado Jorge Melo e também pelo Senhor Deputado António Grifo: Isto tem a ver, basicamente, com a proposta para reduzirmos o IRS de 5% para 4.5%. É um facto que, nessa altura, as razões invocadas eram razões válidas. Questões que tinham a ver com uma taxa de desemprego preocupante, com salários congelados, com a perda do poder de compra. Hoje, não temos essa taxa de desemprego preocupante, felizmente, não temos os salários congelados muito pelo contrário, estão a ser descongelados. Tivemos nos últimos quatro anos um aumento do salário mínimo de cerca de 20%. E estamos já no ano de 2020 com novo aumento de salário mínimo, falam-se em valores na ordem dos 750,00€ até ao final do mandato. Portanto, meus caros surpreende-me de certa forma esta preocupação pela carga fiscal. Uma preocupação que não foi tida no passado. Uma preocupação que é recente. Mas há aqui algo, eu queria deixar isto bem claro a todos os oliveirenses: o nosso compromisso com os oliveirenses, não foi o abaixamento da Derrama, não foi o abaixamento do IRS, foi o abaixamento da taxa de IMI. É esse percurso que estamos a fazer e é esse percurso que queremos honrar. E, portanto, se não o podermos fazer, eu já o disse e reafirmo, serei o primeiro a pedir desculpas aos oliveirenses por ter falhado com o compromisso com o qual me havia comprometido. E portanto, eu julgo que responsabilmente temos que ter cuidado com a forma como prometemos abaixamento de impostos. E deixem-me que vos diga, que é muito importante que tenhamos atenção ao contexto e ao enquadramento em que fazemos. E portanto, claramente, numa altura onde é necessário, e foi aqui referido, fazer investimentos tão substanciais na requalificação das nossas zonas industriais e quando é tão importante avançarmos para projetos de novas zonas industriais, não faz sentido nós pensarmos em reduções de Derramas, mesmo que seja simbolicamente para quem tem volumes de negócios abaixo de 150.000,00€ ano. E também não faz sentido que nós, tendo necessidades ao nível da expansão da rede de água e saneamento abduquemos de verbas importantes que obviamente vêm através do IRS. E vocês sabem tão bem ou melhor do que eu que quem paga IRS, não são naturalmente os escalões mais baixos de rendimentos, são pessoas que ganham mais. Seria tremendamente penalizador para nós perdermos esses recursos que são recursos muito importantes para implementarmos e para resolvermos um conjunto de problemas que todos reconhecemos que existem. Neste momento estamos a cumprir com aquilo com que nos comprometemos, com aquilo que assumimos com os oliveirenses e queremos naturalmente continuar a aprofundar esse caminho. =====*

*===== Seguidamente, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à admissão as propostas apresentadas, as quais foram admitidas por unanimidade. =====*

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====

===== Muito obrigada, Senhora Presidente. Naturalmente, como no passado, nunca nos verão ver uma proposta a não ser admitida. Acho que isso é saudável quando se discute. Tenho pena que, no passado, apenas o Partido Socialista as discutisse. Senhor Grifo, eu de bola não percebo nada mas com impostos não brinco, disso pode ter a certeza. Portanto, para mim não há uma primeira, uma segunda, ou uma terceira via, há a via certa. E quando falamos de impostos, estamos a falar de coisas seríssimas que tocam na vida e nos bolsos das pessoas. Exatamente porque às vezes não se sabe aquilo que se está a fazer e porque se acha que isto é uma luta partidária a ver quem ganha ou de achar que quem disse ou hoje se sente mais ou menos constrangido, está completamente enganado. Está tão enganado que, no ano passado, os senhores até se enganaram a votar a proposta. Os senhores até se enganaram a votar os impostos. Mas nem se apercebeu. Pode ver na ata e veja o que vocês votaram relativamente ao IMI familiar. Os senhores estavam tão preocupados com esta guerra, com esta luta, a ver se é o PS que diz ou o PS contradiz, que os senhores votaram contra o IMI familiar. Nem se aperceberam. Mas veja na ata e recorde. E porquê? Porque isto não é uma questão nem do PS, nem do PSD. É uma questão dos oliveirenses e do momento que vivemos. E portanto, nós temos uma proposta sobre fiscalidade local, fiscalidade municipal se quiser. Exatamente como no passado, fizemos um conjunto de propostas num momento extremamente difícil para as pessoas do concelho de Oliveira de Azeméis e todos os concelhos do país, mas, curiosamente, simultaneamente num concelho que fazia opções de gestão de mega eventos que custavam uma fortuna. E agora digo-lhe eu: Sabe o que fizeram pelo concelho Oliveira de Azeméis e pela alteração estrutural? Bola (0). Aí, já percebo alguma coisa de bola (0). E nesse momento, nesse contexto realmente difícil em que fizemos durante vários anos uma proposta para a baixa da taxa de IRS. Os senhores sempre se recusaram. Mas há uma coisa onde estão enganados. O senhor deputado vai-me desculpar, não há nenhum alívio na situação financeira deste município. Nós continuamos hoje, em 2017, em 2018, em 2019, em 2020, a ter que amortizar o mesmo valor de dívida que amortizávamos o ano passado. Isto tem que entrar na cabeça de todos. Do ponto de vista do esforço financeiro que este município tem que fazer é exatamente igual agora ao que era no passado, não há alívio nenhum. E não é mérito nem deste executivo, como não foi dos outros. É obrigação. Nós temos mesmo que pagar. Aliás, se havia executivo que não tinha que pagar, porque nós Assembleia Municipal assim o deliberamos, seria este. Mas era o nosso compromisso. E portanto, as condições com que trabalhamos são as mesmas. Mas repare, que: mesmo tendo que amortizar dívida anual ao mesmo valor que os anteriores executivos tinham que amortizar, exatamente nos mesmos montantes, mesmo tendo que pagar multas, condenações, devolução de fundos comunitários que todos agregados dão quase mais um ano do equivalente ao que seria a amortização da dívida; Mesmo assim, fruto de gestão, o Partido Socialista conseguiu criar condições para começar de facto a ter uma política de fiscalidade local. E nessa política de fiscalidade, para nós, não há primeira via ou segunda via

*ou terceira via, há uma via que é a via que nós propomos. Essa via é clara e olha para os impostos todos de uma forma agregada. A Derrama, há muito tempo que há consenso nesta Assembleia sobre os valores e já não são os valores mais altos. Sobre o IRS, estamos conversados. O Partido Socialista propôs de facto - não somos nós que negamos aquilo que fizemos - propôs de facto vários anos uma baixa. E já expliquei as razões. Mas também já explicámos as razões porque neste mandato foi nosso compromisso com os oliveirenses fazer o alívio das suas condições de vida via IMI, mas também via Vale Educação, via apoio aos medicamentos. E as condições do País também alteraram. Portanto, de facto, hoje, as famílias de Oliveira de Azeméis e famílias dos outros concelhos têm uma realidade financeira do ponto de vista familiar substancialmente diferente. E por isso é que: Primeiro - não vamos propor baixar ainda mais a taxa Derrama ou outras condições quando não o fazemos do ponto de vista familiar. Porque isso seria inexplicado. Estamos de facto a pedir um esforço às famílias e não vamos propor uma fiscalidade diferente para as empresas. Mas fazemos - e é isto que se faz em política: explicando exatamente os motivos como se faz e qual é o racional - aquilo com que nos comprometemos. E foi esse o compromisso que os oliveirenses validaram, seria esse compromisso que eles nunca compreenderiam se nós no mínimo não o tentássemos fazer. Agora há uma coisa diferente: Isto é de facto um caminho. E nós não podemos estar no PAOD e no Orçamento a dizer: "Senhor Presidente, o Senhor tenha santa paciência, há pontos negros aqui, pontos negros acolá, falta de saneamento não sei onde, obras que não se fazem, há tanta e tanta coisa por fazer..." Finalmente, neste concelho há coisas por fazer. E logo a seguir virmos propor exatamente aqui que não propúnhamos quando estava tudo feito neste concelho. Porque é disto que nós estamos a falar. E, portanto, a nossa proposta é clara, nós votaremos contra, olhos nos olhos, todas as propostas que aqui foram feitas. Manteremos a votação nos pontos tal como propusemos, por esses motivos. Baixamos o IMI, porque nos comprometemos. Iniciamos um caminho. Mantemos o IRS, porque comprometemo-nos com as famílias de outra forma e temos hoje a certeza que as situações que nos obrigaram no passado a fazer uma proposta diferente hoje, já não existem. Mantemos a Derrama porque achamos que as empresas já têm um estímulo e, portanto, não faz sentido dar outro e não o fazer às famílias. E a taxa municipal de Direito de Passagem, curiosamente uma taxinha que nós no passado quando onerava as famílias propúnhamos sempre que não fosse cobrada, foi sempre recusado. O que é uma coisa também curiosa. Quando ela onerava as famílias, mesmo que fosse um pouco valor, porque nós não tínhamos controlo sobre o que se passava com os operadores, sempre foi recusada. E portanto, é neste quadro, Senhor Presidente, de fiscalidade responsável que esperemos - como dissemos e como disse o meu colega na intervenção - que possa ter no futuro outra agressividade se continuarmos de facto, fruto desta gestão e deste rigor, a criar condições para ir desonerando as famílias e as empresas sem as condicionar com os investimentos muito avultados que ainda temos que fazer. Este é o nosso compromisso. Este é o compromisso com que nós responderemos daqui a quatro anos. Mas este é também o compromisso que em nenhum momento nos engulha sobre aquilo que propusemos no passado. Não é o Partido Socialista, neste concelho, que tem vergonha do que fez no passado.=====*

===== Seguidamente, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a as seguintes propostas, apresentadas pelo PSD, (Fernando Pais):=====

===== Proposta: **“Isentar a taxa de Derrama para sujeitos passivos com volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000,00€”**. A qual foi rejeitada por maioria com a seguinte votação: - **Votos Contra: dezanove (19) do PS e um (1) do Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; - Votos a Favor: onze (11) do PSD, três (3) do CDS/PP.** =====

===== Proposta: **“Para empresas que no ano de 2020 criem, no mínimo, 10 postos de trabalho, isentá-las num período de 20 anos.”** A qual foi rejeitada por maioria com a seguinte votação: - **Votos Contra: dezanove (19) do PS e um (1) do Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; - Votos a Favor: oito (8) do PSD, dois (2) do CDS/PP; - Abstencões: três (3) do PSD e uma (1) do CDS/PP.** =====

===== Seguidamente, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número seis à votação tendo sido **deliberado a fixar das seguintes taxas de Derrama para o ano de 2020: - Taxa geral de 1,2%, deliberado por unanimidade; - Taxa reduzida de derrama de 0,75%, para os sujeitos passivos com o volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse €150.000,00 (cento e cinquenta mil euros), deliberado por maioria com a seguinte votação: - Votos a favor: dezanove (19) do PS e um (1) do presidente da Junta de Freguesia de Cesar; - Votos contra: sete (7) do PSD; - Abstencões: - quatro (4) do PSD e três (3) do CDS/PP.** =====

===== **Ponto sete: - Fixação das Taxas sobre os Prédios Urbanos no âmbito do Imposto Municipal de Imóveis - IMI para 2020 (I/62731/2019);**=====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: **“Considerando: - Que a Lei nº 73/2013, de 3 de setembro e posteriores alterações, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais, determina na alínea a) do seu art.º 14º que o IMI é uma receita municipal; - Que a comunicação à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), por transmissão eletrónica de dados, das deliberações da Assembleia Municipal que fixam as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para 2020, referidas no art.º 112º do CIMI, deve ser recebida nesse serviço até 31 de dezembro de 2019. Caso isso não se verifique serão aplicadas as taxas mínimas (n.º 14, do art.º 112 do CIMI, na sua atual redação), que de acordo com a alínea c), do nº 1, do art.º 112, do CIMI, prevê que as taxas dos prédios urbanos possam ser fixadas de 0,3/prct a 0,45/prct sendo que, para o ano 2019 este município fixou a taxa em 0,375/prct; - Não obstante a suspensão da aplicação do Plano de Saneamento Financeiro, mostra-se adequado, tendo por base o princípio da prudência na gestão municipal, assegurar também um quadro de receitas/proveitos que mantenha os níveis de sustentabilidade das finanças municipais permitindo a continuação do esforço de investimento de recursos à recuperação do desenvolvimento económico e reforço da coesão**

*territorial; - Que os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, nos casos de prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente, coincidente com o domicílio fiscal do proprietário ou do seu agregado familiar, e que seja afeto a tal fim, podem fixar uma redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis que vigorar no ano a que respeita o imposto, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do previsto no artigo 13.º do Código do IRS, compõem o agregado familiar do proprietário a 31 de dezembro, de acordo com o art.º 112º-A do CIMI, de acordo com a seguinte tabela:*

<i>N.º de dependentes a cargo</i>	<i>Dedução fixa em €</i>
<i>1</i>	<i>20</i>
<i>2</i>	<i>40</i>
<i>3 ou mais</i>	<i>70</i>

*Que, nos mesmos termos legais, se justifica a fixação da redução da taxa de IMI, dado que: - As famílias com dependentes têm despesas acrescidas; - A família, como pilar da nossa comunidade deve ser destacada, valorizada e protegida; - A redução da taxa de IMI, que se propõe, funcionará como incentivo à natalidade e conseqüente aumento da população do nosso concelho e uma diferenciação positiva relativamente às famílias numerosas; - Não obstante o quadro de reduções e constrangimentos financeiros, a responsabilidade e compromissos de gestão, julga-se adequado manter o esforço de amortecimento do impacto e com alcance duplo direto nas famílias, população oliveirense e desenvolvimento do nosso concelho, visando atenuar as medidas de austeridade, por força do aumento dos impostos indiretos e novos fatores e coeficientes na avaliação dos imóveis, optando por reduzir as taxas do IMI para prédios urbanos para 0,35/prct para 2020; correspondendo a uma redução de 0,025/p.prct relativamente ao ano 2019; bem como a possibilidade da redução de IMI consoante o número de dependentes a cargo do proprietário do imóvel. Assim, propõe-se: Mediante deliberação da Assembleia Municipal e sob proposta da Câmara Municipal fixar as taxas de IMI a aplicar em 2020 em 0,35/prct, correspondendo a uma redução de 0,025/p.prct relativamente às taxas fixadas no ano de 2019. 1 - Nos termos e ao abrigo das disposições conjugadas do artigo nº 112º, nº1 alínea c), nº 5 e do artigo nº 112º-A, do Código do Imposto sobre Imóveis (CIMI), na sua atual redação, conjugado com a alínea ccc), do nº 1, do art.º 33º e alínea d), do nº 1, do art.º 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro 2013, se fixem as taxas do IMI para 2020 em: - Prédios urbanos: - em geral valor: 0,35/prct; - dedução fixa da taxa de IMI famílias de: 20€ para agregados familiares com 1 dependente; 40€ para agregados familiares com 2 dependentes; 70€ para agregados familiares com 3 dependentes ou mais. 2 - Que também se comunique à AT, o diretamente estatuído no n.º 3, do art.º 112º do CIMI, na sua atual redação, ou seja, que a taxa prevista anteriormente e correspondente à alínea c) do n.º 1 do mesmo artigo do CIMI, é elevada, anualmente ao triplo nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas, considerando-se devolutos ou em ruínas, os prédios como tal definidos em diploma próprio bem como, prédios urbanos parcialmente devolutos, incidindo o agravamento da taxa, no caso dos prédios não constituídos*

*em propriedade horizontal, apenas sobre a parte do valor patrimonial tributário correspondente às partes devolutas; 3 - Se majore em 30% (0,4555/prct) a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, na área de intervenção do plano de urbanização da cidade e nas áreas e freguesias cujo levantamento já se efetuou em anos anteriores, e considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens. Para o efeito deverá a Equipa Multidisciplinar de Planeamento Urbano e Ambiente proceder ao levantamento dos prédios urbanos degradados, nas áreas acima referidas, e proceder à identificação dos respetivos proprietários para comunicarem à AT até 31 de dezembro de 2019, conforme o n.º 8 do art.º 112º do CIMI, na sua atual redação; 4 - Se majore no dobro (1,6/prct), a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situações de abandono, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma coleta de imposto inferior a 20€ por cada prédio abrangido nos termos do n.º 9, do art.º 112º do CIMI, na sua redação atual. Para o efeito e nos termos do n.º 11, do art.º 112º do CIMI na sua redação atual, deverá o Núcleo de Competências de Gestão de Espaço Florestal, proceder ao levantamento dos prédios rústicos com áreas florestais em situação de abandono (conforme definido e nos termos do n.º 10 do mesmo artigo) e à identificação dos respetivos proprietários, até 30 de Março de 2020, para comunicação via eletrónica à AT; 5 - Para as restantes situações não se julga oportuno propor a fixação respetiva de taxas.”* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número sete à votação tendo sido **deliberado por unanimidade a fixação das seguintes taxas sobre os Prédios Urbanos no âmbito do Imposto Municipal de Imóveis - IMI para 2020 em: - Prédios urbanos: - em geral valor: 0,35/prct; - dedução fixa da taxa de IMI famílias de: 20€ para agregados familiares com 1 dependente; 40€ para agregados familiares com 2 dependentes; 70€ para agregados familiares com 3 dependentes ou mais.*** =====

===== **Ponto oito: - Fixação das Taxa Municipal Direitos de Passagem (TMDP) para 2020 - (I/63681/2019);**=====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A Lei nº 5/2004 de 10 fevereiro e posteriores alterações veio permitir a cobrança por parte dos Municípios respetivos, de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), com o intuito de mitigar os encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público (Operadores), em local fixo, dos domínios públicos e privado municipal; - Que a TMDP é determinada com base na aplicação de um percentual sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município; - Não obstante a suspensão da aplicação do Plano de Saneamento Financeiro, mostra-*

*se adequado, tendo por base o princípio da prudência na gestão municipal, assegurar também um quadro de receitas/proveitos que mantenha os níveis de sustentabilidade das finanças municipais, permitindo a continuação do esforço de investimento de recursos à recuperação do desenvolvimento económico e reforço da coesão territorial; - Que o percentual deverá ser aprovado anualmente, por cada Município até ao final do mês de Dezembro do ano anterior a que se destina (art.º 106, n.º 3, alínea b), da Lei 5/2004), e o seu valor máximo é de 0,25/prct; - Nos municípios em que seja cobrada a TMDP, as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo são as responsáveis pelo seu pagamento, não podendo ser refletida na fatura dos consumidores, de acordo com o n.º 4 do art.º 106º da Lei 5/2004 de 10 de fevereiro e posteriores alterações, conjugado com o n.º 3 do art.º 85 da LOE /2017. Proponho: Nos termos e ao abrigo do preceituado no n.º 3 do art.º 106º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas) e posteriores alterações, conjugado com os art.º 33º, n.º 1, alínea ccc) e para efeitos do art.º 25º, n.º 1, alíneas b) e c), do anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 setembro, a aplicação de um valor percentual de 0,25/prct com Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município, para vigorar no ano de 2020.”* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número oito à votação tendo sido **deliberado por unanimidade fixar o valor percentual de 0,25% como taxa Municipal Direito de passagem para o ano de 2020.*** =====

===== **Ponto nove: - Definição de percentagem no IRS sobre os rendimentos de 2020 (I/62620/2019);** =====

===== *Pela Câmara foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O definido na alínea g) do art.º 14º conjugado com a alínea c) do n.º 1 e n.º 3 do art.º 25º, e com o art.º 26º, n.º 1 do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, e posteriores alterações, os municípios têm direito a participação variável no IRS, até ao limite de 5%, devendo deliberar anualmente uma percentagem de IRS; - Que na ausência de deliberação ou de comunicação (até 31 de Dezembro), o Município tem direito a uma participação de 5/prct no IRS, conforme n.º 3 do art.º 26º do RFALEI; - Não obstante a suspensão da aplicação do Plano de Saneamento Financeiro, mostra-se adequado, tendo por base o princípio da prudência na gestão municipal, assegurar também um quadro de receitas/proveitos que mantenha os níveis de sustentabilidade das finanças municipais, permitindo a continuação do esforço de investimento de recursos à recuperação do desenvolvimento económico e reforço da coesão territorial; - A percentagem de participação no IRS será aplicada sobre os rendimentos auferidos em 2020 e transferida para o Município no ano de 2021; - Que se mostra adequado*

*manter a taxa de IRS definida em anos transatos 5/prct, sendo a mesma uma receita necessária às Autarquias para concretização dos seus objetivos orçamentais. Propõe-se: Nestes termos, ao abrigo do disposto na alínea g), do art.º 14º e o nº 2 do art.º 26º do RFALEI, Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, e posteriores alterações, conjugado com a alínea ccc), do nº 1, do art.º 33º e alínea c), do nº1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro 2013, e posteriores alterações, a deliberação pela Assembleia Municipal, mediante proposta da Câmara Municipal, da percentagem de participação no IRS sobre os rendimentos do ano de 2020, em 5/prct.” =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta apresentada pelo PSD (António Grifo) e pelo CDS/PP (Jorge Pereira). Proposta: **“Propõe-se uma taxa de 4.5% no IRS sobre os rendimentos de 2020.”** A qual foi rejeitada por maioria com a seguinte votação: - **Votos Contra: dezanove (19) do PS, um (1) do CDS/PP e um (1) do Presidente da Junta de Freguesia de Cesar;** - **Votos a Favor: oito (7) do PSD, dois (2) do CDS/PP;** - **Abstenções: quatro (4) do PSD.** =====*

*===== Seguidamente, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número nove à votação tendo sido **deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada, fixando a percentagem de participação no IRS sobre os rendimentos do ano de 2020 em 5%, registando-se a seguinte votação:** - **Votos a favor: dezanove (19) do PS; um (1) do CDS/PP e um (1) Presidente da Junta de Freguesia de Cesar;** - **Votos contra: sete (7) do PSD e dois (2) do CDS/PP;** - **Abstenções: quatro (4) do PSD.** =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Bruno Aragão**, do PS, para uma interpelação à Mesa. =====*

*===== Senhora Presidente, só para dizer que o Partido Socialista fará uma declaração de voto que entregará à Mesa para que fique de facto claro o que é que aqui aconteceu e para que no próximo ano o Senhor Grifo possa ler e pegar mesmo naquilo que nós dissemos, até deixamos escrito, sobre os impostos municipais. Porque, mais uma vez, votaram contra uma taxa reduzida. Que é uma coisa que eu nunca vou conseguir compreender. É uma coisa estranhíssima. Portanto, faremos uma declaração de voto para que tudo fique devidamente registado. Muito obrigado. ==*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====*

*===== Só queria intervir para esclarecer um determinado ponto, parece-me que se está a politizar demais esta situação. Em primeiro lugar e no seguimento daquilo que disse o Bruno Aragão: que diz que vai fazer uma declaração de voto. Todos nós temos de conhecer a verdadeira*



declaração. Se o quiser fazer, fá-lo neste momento e dá a oportunidade a todos de conhecer essa declaração. =====

===== Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====

===== O Senhor Deputado pediu para falar antes do Senhor Deputado Bruno Aragão ter feito a sua interpelação. Portanto, diga o que queria dizer, se faz favor. O senhor pediu a palavra antes do Senhor Deputado Bruno Aragão fazer a sua intervenção. Certamente, não pediu a palavra para responder ao Senhor Deputado Bruno Aragão, tem qualquer coisa para nos dizer. =

===== O Senhor Deputado **Fernando Pais**, do PSD, continuou a sua intervenção: =====

===== Mas, no seguimento da interpelação dele, o que eu queria era fazer uma interpelação à Mesa no sentido de se houver alguma declaração de voto que seja feita neste momento para dar conhecimento da mesma aos Membros da Assembleia Municipal. Acho que isso é claro. Não pode haver uma declaração de voto feita posteriormente: - Primeira questão. Segunda questão: - Eu acho que nesta questão dos impostos estamos um bocado a politizar demais esta situação. E parece que, de facto, as propostas que tem surgido sobre a descida dos impostos são demagógicas e politiquieras, daquela politica baixa. De facto nós assistimos, e ainda bem, nós, nos últimos dois, três anos, nos últimos dois anos nós temos um nível de receitas, quer ao nível do Estado Central, quer ao nível dos impostos, como não tivemos nos anos anteriores. E isso legitima, isso legitima, claro, uma nova politica fiscal. E esta nova política fiscal é claramente um sinal dado às empresas e às pessoas. Evidentemente que todos nós precisamos de receita fiscal. Mas também temos que dar o outro sinal quer às famílias, quer às empresas. A lógica desta nossa proposta é exatamente essa e não outra. Muito obrigado. =====

===== **Ponto dez: - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia/ União de Freguesias e seu substituto para representar as Juntas de Freguesia/ Uniões de Freguesias do Município no XXIV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses;** =====

===== Pela Senhora Presidente da Assembleia foi feita a proposta de se efetuar a votação em conjunto dos pontos dez e onze. A qual foi aceite por unanimidade. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== De forma muito breve, Senhora Presidente. No ponto dez: aquilo que estamos a fazer é a designar/eleger um presidente de Junta de Freguesia e seu substituto para integrarem o Conselho Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses. No ponto onze: Estamos

*a falar da indicação/ designação de um representante da Assembleia Municipal para integrar a Comissão Consultiva de Acompanhamento ao processo de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM). Ponto doze: É a eleição de um novo membro da Comissão Executiva Metropolitana do Porto. Esta votação já se efetuou no Conselho Metropolitano e foi aprovada com 15 votos a favor. Chamo à atenção, Senhora Presidente, que os Presidentes de Junta de Freguesia não podem votar nesta eleição. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====*

*===== Senhora Presidente, só para fazer um ponto prévio, para que não fique qualquer dúvida, porque não ficaria tranquilo. Não tem que haver naquilo que é uma declaração de voto, não tem que haver, como é evidente, porque ele não é votado, é o que a bancada entende. Aliás, tem na sua bancada alguém que lhe explique isso porque tem mais experiência. E, portanto, não houve essa necessidade. O que os líderes de bancada acordaram, relativamente a estes ponto dez e ponto onze: Ponto dez: Acordamos que seria representante do município o Senhor Amaro Simões, mas esquecemo-nos (falha nossa) de indicar o suplente. Portanto, se estiverem de acordo, a nossa proposta é que possa ser a Senhora Presidente de Junta de Macieira de Sarnes. Não está? Sem se sentir preterida, por favor, que possa ser a Senhora Presidente de Junta da União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca (Susana Mortágua). É a proposta que fazemos. Relativamente ao ponto onze acordamos a indicação do Rui Jorge Rocha. Enviei aos líderes que penso que fizeram chegar aos membros a justificação que tem a ver com uma questão puramente técnica e achamos que é de todas as pessoas que estão nesta Assembleia a pessoa que terá mais formação e experiência para que possa integrar esta Comissão. Foi essa a nossa proposta. =====*

*===== Pela Mesa foi aceite uma proposta: Lista A - Proposta conjunta dos Grupos Municipais do PS, PSD, CDS/PP e Independente, que indica: Efetivo - Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque - Bernardo Amaro Moreira Simões; Substituto - Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca - Susana Calara Mortágua Gomes. =====*

*===== Após explicação dada pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal sobre a forma de votação, procedeu-se à chamada do Membros da Assembleia e deu-se início ao período de votação, por escrutínio secreto, em simultâneo do ponto dez e ponto onze. =====*

*===== Terminada a votação, retomando os trabalhos, a Senhora Presidente da Mesa anuncia assim os resultados da votação: =====*

===== ***Votantes: Trinta e três (33); Lista A - Trinta e três (33) votos.*** Deste modo, foi eleito o Senhor ***Bernardo Amaro Moreira Simões*** - Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque e como substituto a Senhora ***Susana Clara Mortágua Gomes*** - Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca, para representar as Juntas de Freguesia/ Uniões de Freguesias do Município no XXIV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses. =====

===== ***Ponto onze: - Segunda Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Oliveira de Azeméis Designação de representante da Assembleia Municipal para integrar a Comissão Consultiva de Acompanhamento;*** =====

=====*“Considerando a solicitação, através do ofício S/17137/2019, de 03/10/2019; da Senhora Vereadora, Dra. Ana de Jesus - segunda Revisão do Plano Diretor Municipal de Oliveira de Azeméis - e ao abrigo da alínea d), n.º 1, do artigo 7º, da portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro, propõe-se à Assembleia Municipal a nomeação de um representante para integrar a Comissão Consultiva da segunda Revisão do Plano Diretor Municipal de Oliveira de Azeméis.”*==

=====*Pela Mesa foi presente uma proposta conjunta dos Grupos Municipais do PS, PSD, CDS/PP e Independente, designada como Lista A, que indica o Senhor Rui Jorge Duarte Rios Santos Rocha, como representante da Assembleia Municipal para integrar a Comissão Consultiva da segunda Revisão do Plano Diretor Municipal de Oliveira de Azeméis.* =====

=====*Esta votação decorreu em simultâneo com a do ponto anterior e o resultado foi o seguinte: **Votantes - Trinta e três (33): Lista A - Trinta e três (33) votos.** Deste modo, foi nomeado o Senhor **Rui Jorge Duarte Rios Santos Rocha**, como representante da Assembleia Municipal para integrar a Comissão Consultiva da segunda Revisão do Plano Diretor Municipal de Oliveira de Azeméis.* =====

===== ***Ponto doze: - Área Metropolitana do Porto - Eleição de novo membro da Comissão Executiva Metropolitana do Porto*** *(Votação a ser efetuada apenas pelos Membros (27) eleitos à Assembleia Municipal);* ==

=====*Pela Assembleia Municipal foram presentes os documentos atrás referidos, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.* =====

=====*Relativamente a este ponto, por imposição legal, a votação ocorrerá no edifício da Câmara Municipal (antigo liceu), sito à Rua António Alegria, n.º 184, no dia 02 de dezembro, pelas 21:00 horas.* =====

===== **Ponto treze: - Passeio Sénior 2019 - Atribuição de apoio financeiro (I/68092/2019)**  
**- Aprovação;** =====

===== *Pela Câmara foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As anteriores deliberações do órgão executivo, no âmbito da concessão de apoio financeiro à realização do Passeio Sénior; - Que compete à Assembleia Municipal “deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações” e “apoiar atividades de natureza social, cultural, ou outra de interesse para o município” - al. j) do art.º 25º conjugado com al. u) do nº 1 art.º 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações; - Os documentos remetidos pelas Juntas/União de Freguesia, conforme quadro em anexo (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas) cumprem os critérios estabelecidos quer pela deliberação de 14.09.2010, quer pela informação de 14.06.2019; Propõe-se, Que seja concedido um apoio financeiro para o Passeio Sénior realizado em 2019, às Freguesias mencionadas no mapa (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), pelos valores individuais aí mencionados, perfazendo o valor total de 27.710,00€ (vinte sete mil, setecentos e dez euros); Que o pagamento do valor acima mencionado seja disponibilizado durante o mês de novembro do ano em curso. Que se remeta à Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto na alínea j) do art.º 25º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações; Os encargos resultantes da presente deliberação serão satisfeitos nas correspondentes classificações orgânica e económica, correspondendo aos compromissos de fundos disponível nºs 1701, 1702, 1703, 1704, 1705, 1706, 1707, 1708, 1709 e 1710 de 2019, conforme Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro e Decreto-lei nº 127/2012 de 21 de junho.”* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *É a vossa aprovação de atribuição de 27.710,00€, para cerca de 2700 idosos que beneficiaram dos passeios seniores das respetivas freguesias.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número treze à votação tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto catorze: - Proposta para efeitos da obtenção de acordo expresso da Assembleia Municipal para o critério de rateio da dívida orçamental da Área Metropolitana do Porto, nos termos da alínea b) do nº 1 do art.º 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro (I/71108/2019) - Aprovação;** =====

=====  
*Pela Câmara foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que estabelece o art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprova o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI) que a dívida total de operações orçamentais do Município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada (pelo município e só por este) nos três exercícios anteriores; - Considerando que o art.º 54.º do mesmo diploma delimita as entidades relevantes cuja dívida orçamental concorre para a dívida total do Município, designadamente as entidades intermunicipais, onde a Área Metropolitana do Porto (AMP) se enquadra nos termos da alínea b) do n.º 1 daquele artigo; - Considerando que a imputação a cada município associado da dívida orçamental da AMP é efetuada de forma proporcional à respetiva quota; - Considerando, ainda, que determina aquela norma que pode ser estabelecido um critério de imputação da dívida total diferente do identificado no parágrafo anterior impondo-se que o mesmo seja aprovado pelo órgão deliberativo da AMP, o Conselho Metropolitano, com o acordo expresso das assembleias municipais de todos os municípios associados; - Considerando a operação de descentralização das competências de autoridade de transportes, do Estado para a Área Metropolitana do Porto (AMP), relativas à STCP; - Considerando as competências próprias e delegadas da AMP em matéria de transportes com especial importância e responsabilidades no âmbito da abertura de concurso público internacional para aquisição de serviços de transportes; - Considerando que, nesta sequência, o Conselho Metropolitano deliberou, na sua reunião de 25 de outubro de 2019, o seguinte critério de repartição, conforme proposta: A.) Nos termos e para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, determina-se que a dívida total de operações orçamentais da Área Metropolitana do Porto (AMP), apurada em conformidade com o n.º 2 do art.º 52.º do mesmo diploma, é imputada de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento. B.) Exceciona-se daquele rateio proporcional: 1. A dívida de natureza orçamental decorrente, direta e indiretamente, da descentralização das competências de autoridade de transportes, do Estado para a Área Metropolitana do Porto (AMP), relativas à STCP, a qual será repartida, na proporção da respetiva participação nas obrigações de serviço público, unicamente pelos municípios servidos por aquela entidade, designadamente os Municípios do Porto, Gondomar, Maia, Matosinhos, Valongo e Vila Nova de Gaia. 2. A dívida de natureza orçamental decorrente, direta e indiretamente, do concurso público internacional de transportes e, com exceção das descritas em 1, do exercício das competências próprias e delegadas como autoridade de transportes, a qual será repartida, na proporção do custo financeiro máximo estimado da execução do contrato de serviço público por cada lote, calculada em função da oferta do serviço público de transporte de passageiros existente em cada município medido em veículos x quilómetros, Fixada No Anexo 1 - “Valores Máximos de Pagamentos Anuais a Realizar por cada Município, por Lote” do “Aditamento aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências Relacionadas com o Sistema de Mobilidade e Serviço Público de Transporte de Passageiros”. Nesta conformidade, face ao que precede, propõe-se que a Câmara*

*Municipal discuta e delibere, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e para efeitos da alínea b) do n.º 1 do art.º 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, submeter à Assembleia Municipal para obtenção de “acordo expresso” do critério de imputação da dívida orçamental da Área Metropolitana do Porto a cada município associado, deliberado pelo Conselho Metropolitano em 25 de outubro de 2019, conforme proposta. Em anexo: Proposta com deliberação do Conselho Metropolitano (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas).”* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Isto é obter a vossa aprovação para que a dívida orçamental da Área Metropolitana do Porto, no âmbito das competências que foram delegadas na Área Metropolitana do Porto, nomeadamente na autoridade dos transportes pelos municípios, incluindo o de Oliveira de Azeméis, seja proporcional à quota que é paga por cada um dos municípios. Estamos a aprovar o critério que permite que eventuais dívidas que resultem do concurso público internacional que vai ser lançado a concurso sejam distribuídas, essas dívidas, pelo lotes e, naturalmente, que seja cada um dos municípios a suportar a dívida orçamental que resulte em função do número de veículos e naturalmente dos quilómetros de rede. Portanto, estamos a excepcionar, desse critério de repartição de dívida orçamental, os municípios que têm os Serviços de Transportes Coletivos do Porto.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de Fernando Pais.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Fernando Pais**, do PSD.* =====

===== *Nós, nesta matéria, vamo-nos abster. Nesta matéria vamo-nos abster porque nós não nos sentimos muito confortáveis em votar esta proposta. Sabemos que isto emana até da lei. Mas não nos sentimos confortáveis a votar esta proposta porque não conseguimos de facto medir o alcance que isto tem nem a justiça disto. Temos consciência de que isto é quase uma imposição feita pela Área Metropolitana do Porto e pelo governo central, mas não nos sentimos confortáveis, Senhor Presidente. Já estivemos a ver. Não temos a noção do impacto que esta situação pode ter. E só por essa razão nos vamos abster. Muito obrigado.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número catorze à votação tendo sido deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada com a seguinte*

*votação: - Votos a favor: dezanove (19) do PS, dois (2) do CDS/PP e um (1) do presidente da Junta de Freguesia de Cesar; - Abstenções: - dez (10) do PSD e um (1) do CDS/PP. =====*

*===== Ponto quinze: - Pedido de emissão de declaração de reconhecimento de interesse do projeto - “Renovação da Aldeia de Vilarinho de S. Luís - Requalificação de Espaço e Rede de Rega” (I/71363/2019) - Aprovação; =====*

*===== Pela Câmara foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - O Município apresentou, em março de 2019, a candidatura “Renovação da Aldeia de Vilarinho de S. Luís - Requalificação de Espaços e Rede de Rega” (Anúncio n.º 001/ADRITEM/10216/2018 - Renovação de Aldeias), - O Município tem como interlocutor privilegiado para efeitos de identificação e priorização das ações na Aldeia de Vilarinho de S. Luís (Palmaz), a Associação “Tradições de São Luís”; - a candidatura visa renovar a Aldeia através da preservação, conservação e valorização dos seus elementos patrimoniais locais, paisagísticos e ambientais; - que o projeto é importante para a preservação da identidade daquele local; - o Município foi notificado para juntar nova documentação para apreciação da candidatura; - para tanto, é necessário a declaração emitida pela Assembleia Municipal a reconhecer o interesse para as populações e para a economia local deste projeto, tendo em conta a Estratégia de Desenvolvimento Local; - uma das atribuições do Município é, entre outras, a promoção do desenvolvimento - Art.ºs, 2º, 3º, e 4º, alínea m), do nº 2, art.º 23º, conjugado com a alínea k), do nº 2, do art.º 25, do anexo I, da Lei nº 75/2013, e posteriores alterações. Propõe-se: - Que a Câmara Municipal aprecie e submeta a proposta à Assembleia Municipal (órgão competente), nos termos da alínea ccc) do n.º1 do art.º 33 do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na redação atual, com os fundamentos nas normas retrocitadas e para efeito de emissão de declaração de reconhecimento do interesse para a população e para a economia local deste projeto “Renovação da Aldeia de Vilarinho S. Luís - Requalificação de espaços e rede de rega”, tendo em conta a Estratégia de Desenvolvimento Local.” =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== Nós estamos a fazer uma candidatura para a renovação da Aldeia de Vilarinho S. Luís, que contempla uma série de intervenções, uma candidatura no valor de 314.500,00€. Essa candidatura exige, por parte do órgão deliberativo, o reconhecimento do interesse da candidatura e deste investimento para a população e para economia local. E, portanto, estamos aqui a submeter à vossa aprovação. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de Susana Mortágua. =====*

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Presidente da União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca - Susana Mortágua.* =====

===== *A Aldeia de Vilarinho de S. Luís é o lugar mais rural do nosso Concelho. Este mundo rural tem todo o património cultural vivo e diversificado e que está refletido na dinâmica das suas gentes que mantém vivas as suas tradições e memórias. Quem visita Vilarinho sente o calor humano dos seus habitantes, é um lugar único que merece a nossa atenção e investimento. Quero deixar o meu testemunho da importância de aprovarmos este projeto que é fundamental para a valorização da Aldeia de Vilarinho de S. Luís. Trata-se de um projeto participado pelos habitantes do lugar e por isso este investimento vai ao encontro das necessidades dos seus habitantes e daí a importância, de todos, em uníssono, aprovarmos e reconhecermos o interesse público deste investimento. Trata-se de um conjunto de obras relevantes para a preservação da identidade daquele local, porque desenvolve também a preservação dos seus elementos patrimoniais e ambientais. O projeto refere-se à requalificação do espaço central da Aldeia, o encaminhamento da água das duas nascentes para rega e abastecimento de tanques e fontanários do lugar, e beneficiação de caminhos pedestres, entre outros. Trata-se de obras há muito ansiadas e pedidas pela população. Desta forma, venho solicitar a emissão de parecer favorável por parte desta Assembleia para que estes projetos se possam finalmente concretizar. Muito obrigado.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número quinze à votação tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto dezasseis: - Pedido de reconhecimento de interesse público municipal no projeto de ampliação das instalações industriais da empresa “VISE, Lda.” (I/63010/2019) - Aprovação;** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O pedido de reconhecimento público municipal submetido pela empresa VISE, Lda. do projeto para a ampliação das suas atuais instalações industriais, na freguesia de Nogueira do Cravo, com vista à formalização de um pedido de classificação de solo junto da RAN, - (PI/5748/2019); - A memória descritiva fundamentada do especial interesse social e económico do projeto de investimento apresentada pela empresa VISE, Lda. (E/25744/2019); - O parecer técnico registado sob o I/58250/2019 que enquadra e fundamenta o pedido de reconhecimento e que se anexa à presente proposta (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas); Considerando, ainda que: - No âmbito das suas atribuições, compete à Câmara Municipal, no que respeita ao planeamento e desenvolvimento económico, promover e apoiar projetos de investimento com impacto positivo no e para o Município, reconhecendo-os, por isso, como Projetos de Interesse Municipal. Propõe-se: - Que seja aprovado pelo executivo municipal remeter à Assembleia*



*Municipal para deliberação, o pedido de reconhecimento do interesse público municipal do projeto de ampliação das instalações industriais da empresa VISE, LDA.”=====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== Isto é uma empresa de um fabricante de calçado, de Nogueira do Cravo. Uma empresa interessante, muito importante, que tem um volume de negócios de cerca de 5.000.000,00€, emprega mais de 50 pessoas. Tem atualmente instalações com cerca de 1200 metros quadrados e precisa de aumentar substancialmente as instalações, precisa de mais cerca de 1800 metros quadrados de área de implantação. O terreno para onde pretende expandir está em área de reserva agrícola nacional. E para pedir à reserva a desafetação desse terreno para o transformar, digamos, em terreno industrializável, ele precisa de uma declaração de interesse público municipal do órgão deliberativo. E é isso que vocês estão aqui a decidir. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número dezasseis à votação tendo sido **deliberado por unanimidade aprovar o reconhecimento do interesse público municipal do projeto de ampliação das instalações industriais da empresa VISE, LDA.**=====*

*===== **Ponto dezassete: - Procedimento por Hasta Pública - Alienação Estalagem S. Miguel (I/70692/2019) - Aprovação;** =====*

*===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “A rentabilização e valorização dos ativos imobiliários municipais assenta, desde logo, na identificação dos ativos que devam ser classificados como estratégicos e não estratégicos e, dentro destes últimos, pela definição e execução de um conjunto de medidas que potencie a sua rentabilização. No atual contexto de mercado, é fundamental apostar na rentabilização e promoção de ativos imobiliários municipais, captar novos interessados, estimular e reforçar a concorrência e transparência, bem como assegurar a reabilitação de prédios em mau estado de conservação de modo a criar condições para a sua plena fruição. Desta forma, a alienação da Estalagem S. Miguel, proporcionará não só a recuperação de um edifício com uma localização privilegiada, mas também uma maior dinamização do Parque de La-Salete. Propõe-se: Nos termos do artigo 12º da Norma de Controlo Interno de Inventário e Cadastro do Património Municipal, que integra o PGGRO - Plano Global de Gestão de Riscos Organizacionais, do Município de Oliveira de Azeméis, a alienação dos imóveis objeto deste concurso e procedimento adotado para a escolha dos adjudicatários, seguirá, as disposições resultantes da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações, nomeadamente na alínea i) do número 1 do artigo 25º e alínea ccc) do*

*número 1 do artigo 33º, bem como os trâmites do procedimento seguido para a alienação de imóveis de domínio privado do Estado, com as devidas adaptações, previsto nos artigos 86º e seguintes do Decreto-lei nº 280/2007, de 7 de agosto e posteriores alterações (Hasta Pública), se proceda: - À alienação do imóvel Estalagem S. Miguel em hasta pública. - Aprovar o valor base de licitação, apurados de acordo com a avaliação realizada para o efeito. - Aprovar as peças escritas e desenhadas da hasta pública, condições gerais e caderno de encargos. Submeta-se à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.”* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Como sabem, a primeira hasta ficou deserta, não houve interessados. Estamos a retomar o processo com uma segunda hasta. Uma hasta que terminará às 17 horas do dia 28 fevereiro de 2020. Esperemos que até lá apareçam interessados. O valor da hasta é exatamente o mesmo valor da hasta anterior, 1.650.000,00€. Estamos a falar da Estalagem S. Miguel, naturalmente.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de Fernando Pais, Jorge Pereira e Bruno Aragão.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Fernando Pais**, do PSD.* =====

===== *De acordo com a deliberação tomada, por esta Assembleia, em 29 de junho do corrente ano, foi entendido que a alienação da Estalagem S. Miguel proporcionará não só a recuperação do edifício com uma localização privilegiada, mas também uma maior dinamização do Parque de La-Salette. Deste modo, foi aprovada a alienação do imóvel Estalagem S. Miguel em hasta pública, aprovar o valor base de licitação (apurado de acordo com a avaliação realizada para o efeito), aprovadas as peças escritas e desenhadas da hasta pública, condições gerais e caderno de encargos. Na altura, embora votando a favor, fomos alertando para o eventual insucesso desta hasta, dado que nenhuma auscultação de mercado e de potenciais interessados tinha sido realizada, assim como a exiguidade dos prazos a cumprir e das exigências nelas constantes. Alertamos que antes de recorrer à hasta pública para a venda podíamos ter recorrido previamente e optar pela procura ativa de investidores locais, nacionais, internacionais, com ou sem os meios próprios da autarquia, e recorrer também, se necessário, a especialistas da área. Sugerimos a apresentação destes, ou de outro, projetos a fundos imobiliários que poderiam estar eventualmente interessados em requalificar e rentabilizar o espaço. Pugnamos, pelo contacto prévio de escolas de hotelaria ou de outras instituições ligadas ao setor do turismo. Entendemos,*

na altura, e continuamos a entender, que se deveria ter sido elaborado um estudo de viabilidade que permita determinar, em primeiro lugar, o investimento que é necessário fazer, caso fosse a autarquia a requalificar o espaço, mas também para percebermos o que é que estamos disponíveis para fazer em relação ao privado que queira investir: quanto tempo estamos disponíveis para concessionar; que tipo de contrapartidas queremos ver com essa concessão; e o que estamos dispostos a licenciar, em termos de alteração do edificado. Existe aqui um vasto trabalho a fazer que não foi feito nem idealizado. É de todo o interesse municipal que o edifício se reconverte num moderno equipamento hoteleiro, para servir o nosso Concelho, constituindo também mais uma alternativa de hospedagem a quem nos visita. A reabilitação da Estalagem de S. Miguel é decisiva para a valorização do Parque de La-Salette oferecendo um serviço complementar de estadia e lazer que é necessário para quem nos visita e de que o Parque atualmente não dispõe. Certamente, se a alienação não for possível, efetivamente, e, obviamente, teremos que ir à procura de outras soluções. Aliás o Presidente deste Executivo já manifestou essa intenção de que, caso a hasta pública ficasse deserta, poderia então pensar na questão da concessão/ arrendamento. A nós, o que nos interessa verdadeiramente é que a Estalagem tenha uma solução. Ainda acreditamos que esta solução venda, e nos moldes preconizados, seja a melhor solução, porque assenta em vários critérios (que vou aqui enumerar e queria que ficasse expressamente em ata). O que nós temos de considerar aqui na Estalagem S. Miguel é o que é que o Executivo quer fazer. E, de facto, feita uma reflexão sobre isto, nós estamos a fazer a aquisição da Garagem Justino e estamos a desconsiderar através da alienação, caso assim seja entendido, um ex-líbris de Oliveira de Azeméis, que é a Estalagem S. Miguel. E de facto, eu acho que este Executivo, sendo que esta hasta pode ter o resultado que tiver. E oxalá que esta hasta seja exatamente cumprida nos mesmos moldes que está lançada. Nós temos sérias dúvidas que haja alguém interessado a cumprir este tipo de estipulações. E, no passo seguinte, Senhor Presidente, nós devemos pensar em soluções alternativas, credíveis, para que de facto o acondicionamento daquele espaço seja uma realidade. Pensamos também que esta questão da hasta pública não resolve, já vimos que não resolve, de per si. Esta hasta é exatamente igual à hasta anterior que ficou deserta. E devemos pensar seriamente de que o caminho é de facto a procura de um investidor. É exigível, Senhor Presidente, que este Executivo tenha uma atitude mais ativa no sentido de procurar o investidor certo e que cumpra realmente estas questões da hasta. Porque, das duas uma: Ou o Senhor não nos diz e tem um investidor para comprar a Estalagem S. Miguel nesta base e com esta formulação; E, aí, tinha toda a legitimidade para recorrer à venda direta. Isto está perfeitamente previsto neste caderno de encargos. Se não tem nada, Senhor Presidente, de facto, temos que ponderar até 28 de fevereiro o que é que queremos. Porque, de facto, isto é uma situação que merece ser de facto ponderada concretamente, face até aos investimentos que têm sido feitos, quer se concorde, quer não se concorde. De facto é preciso olhar com outros olhos para a Estalagem S. Miguel. Muito obrigado. =====

=====  
 A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Jorge Pereira**, do CDS/PP. =====

=====  
 O que o CDS afirmou no passado volta a afirmar no presente e reafirmará no futuro: Somos contra a alienação da Estalagem S. Miguel. Somos a favor de outras opções. Há outros caminhos que poderiam ser seguidos e é do conhecimento geral que são os outros caminhos. Mas, o que no passado era uma impossibilidade para o PS no presente é realidade número um. E, portanto, mantemos a nossa posição: Somos contra. O Bruno Aragão, num debate que houve na Azeméis TV, tinha-nos afirmado que se a hasta pública anterior tivesse ficado deserta, como aconteceu, partiriam para outras soluções. Daí que, não tendemos o porquê da insistência numa segunda hasta pública. E, portanto, fica aqui o registo, uma vez mais, somos redondamente contra esta situação. Poucos são os diferentes, muitos são os que são iguais. =====

=====  
 A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====

=====  
 Muito obrigado, Senhora Presidente. É só para esclarecer e para que não fique nenhuma dúvida. O que eu disse, nesse debate da Azeméis TV, é exatamente aquilo que está a acontecer: Caso a hasta pública não tivesse ninguém naturalmente o Partido Socialista, no momento seguir, estaria disponível - e teria o nosso suporte este Executivo - para ver qual era a melhor solução: Se era ou não hasta pública; Se era avançar para um processo de concessão; Se era o município, eventualmente se tiver capacidade. Todos os cenários ficaram em aberto. Senhor Presidente mantemos *ipsis verbis* a nossa intervenção sobre este ponto E, sobretudo sinalizamos, mais uma vez, em relação a este problema que tem 20 anos, aquilo que dissemos em relação a muitos outros: Estamos mesmo a pegar nas coisas e a tentar andar com elas para a frente. =====

=====  
 A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====

=====  
 De forma muito breve, este ponto já foi amplamente discutido na primeira hasta. Obviamente que eu não tenho nenhum investidor que determine as condições da hasta. Isso era quase que um fato por medida. E nós sabemos muito bem as consequências que tem esse tipo de atitudes. Portanto, não temos nenhum investidor. E as condições da hasta foram definidas de acordo com aquilo que nós devíamos, enfim, prever para o local. E deixe-me que lhe diga que é absolutamente claro aquilo que nós pretendemos para o local: Uma unidade hoteleira, quatro ou mais estrelas, possibilidade de ampliar largamente o número de quartos existentes. Está tudo explicadinho na hasta. Não resta nenhuma dúvida para o investidor. Está o valor que pretendemos, que resultou de uma avaliação. Uma avaliação que nós desconhecíamos do passado, essa sim, foi-nos ocultada, foi-nos ocultada a nós e foi ocultada aos senhores. E portanto,

*não há nenhum investidor. Nós temos conversado com algumas pessoas, como é evidente, que vêm manifestando interesse quer no aluguer, que numa concessão. Mas, obviamente, a seu tempo poderemos tratar desse assunto. Agora, obviamente que não faz sentido Senhor Deputado, peço-lhe desculpa, fazer um estudo de viabilidade para percebermos quanto é que custaria para requalificar aquele espaço. O senhor acho que tem noção que um estudo de viabilidade para aquilo pode custar centenas de milhares de euros. A não ser que o estudo de viabilidade não seja um anteprojecto que preveja orçamentação da intervenção no espaço. E para se fazer intervenção no espaço temos que ter mapas de quantidades, temos que ter orçamentos e portanto estamos a falar de verbas substanciais. E, portanto, não me parece que seja efetivamente esse o caminho. Neste momento, aquilo que nós queremos é alienar aquele património. No sentido de que aquele património não seja apenas, como disse, decisivo para a valorização do parque La-Salette, seja decisivo porque permite recuperar um edifício que está abandonado e a degradar-se há vários anos, porque é mais uma resposta hoteleira fundamental para o nosso Concelho e é mais uma resposta hoteleira que permite atrair os tais visitantes, os tais turistas que todos almejamos ter no nosso Concelho. E portanto, é absolutamente fundamental que nós avancemos. Eu custa-me ouvi-lo comparar o investimento que nós fizemos com a aquisição e que vamos fazer com a requalificação da Garagem Justino para um Centro de Artes que é absolutamente fundamental para nós, para a formação das nossas crianças e para a afirmação da nossa culturalidade, e confundi-lo com o investimento que é necessário fazer para requalificar a Estalagem S. Miguel. São dois investimentos completamente diferentes, um na área da cultura outro na área da hotelaria, que têm necessidades de recursos financeiros completamente diferentes. E é bom que percebamos - porque isto tem sido várias vezes referido, e não é verdade - que as pessoas que podem estar interessadas na aquisição não têm que ser necessariamente as mesmas que estão interessadas numa concessão. Porque, obviamente, o que acontece, a não ser que nós queiramos que aquilo seja para organizar batizados e casamentos, se quisermos um hotel com essas características que referiu, um hotel de grande qualidade que desempenhe esse papel, estamos a falar de um investimento muito semelhante na aquisição aquele que alguém que vai concessionar o espaço terá que fazer. É evidente que quem vai adquirir terá que pagar os tais 1.650.000,00€ a mais do que aquele que vai concessionar. Isto partindo do princípio, eu não percebo nada de hotelaria, que para rentabilizar aquele espaço é preciso um conjunto de quartos um conjunto de funcionários. Acreditando naquilo que nos tem chegado. Para terminar: Eu não concordo consigo. O senhor não tem acertado naquilo que vaticina. Lembra-se bem do “diabo” que vinha com o antigo Centro de Saúde, do “diabo” que vinha com o Posto de GNR de Cucujães, do “diabo” que vinha da Escola de Fajões. Bem, o “diabo” não apareceu até agora. E eu espero, sinceramente, que apareça alguém interessado. Gostaria muito que fosse um oliveirense, como é evidente. Porque isto significaria que este património ficava nas mãos de um oliveirense que, naturalmente, o sentirá de maneira diferente de alguém que vem para aqui fazer meramente investimento onde quer obter a máxima rentabilidade. Mas, se isso não acontecer; Que seja alguém que transforme aquele espaço abandonado. E nisso estamos todos de acordo, não cumpre*

*nenhum papel, é um mero armazém, é um mero local onde se organiza esporadicamente um conjunto de iniciativas mas sem condições de segurança, é bom que tenhamos essa noção. Portanto, aquilo que esperamos é que obviamente apareça alguém que transforme aquilo numa unidade hoteleira de referência. O nosso Concelho bem precisa disso. Temos felizmente necessidades ao nível do turismo, ao nível dos negócios, ao nível até do turismo religioso, quem sabe. Portanto, aquilo que nós esperamos é que esta hasta pública mereça a atenção de um oliveirense, mereça atenção de alguém que não sendo do Concelho resolva investir num local que é paradisíaco e num local que reúne condições para termos ali efetivamente uma unidade hoteleira de grande qualidade. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número dezassete à votação tendo sido **deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada, com a seguinte votação: - Votos a favor: dezanove (19) do PS, dez (10) do PSD e um (1) do presidente da Junta de Freguesia de Cesar;- Votos contra: dois (2) do CDS/PP; - Abstenções: -um (1) do CDS/PP.** =*

*===== **Ponto dezoito: - Regulamento Municipal - Programa Saúde + OAZ (I/57995/2019) - Aprovação;** =====*

*===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - que a Câmara Municipal, em reunião de 18.04.2019, deliberou dar início ao procedimento de criação do Regulamento Municipal - Programa Saúde + OAZ; - que em reunião de 27.06.2019, a Câmara Municipal aprovou o projeto do Regulamento; - que foi promovida a consulta pública, conforme Aviso n.º 12103/2019, Diário da República, 2.ª série - N.º 142 – 26 de julho de 2019 e através de publicitação na pasta de documentos on-line | página eletrónica do município “Regulamentos Municipais em discussão Pública”, para os devidos efeitos legais; - que não houve constituição de interessados nem quaisquer contributos ao projeto de regulamento apresentado; - que compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à Assembleia Municipal os projetos de regulamento externos do município bem como aprovar os regulamentos internos (art.º 33.º n.º 1 alínea k) do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e posteriores alterações); - e que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, aprovar as posturas e os regulamentos com eficácia externa do município (art.º 25.º n.º 1 alínea g) do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações). Propõe-se: 1. A aprovação pela Câmara Municipal do “Regulamento Municipal - Programa Saúde + OAZ” (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), nos termos e para os efeitos do art.º 33.º n.º 1 alínea k) do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações; 2. A remessa do mesmo para aprovação pela Assembleia Municipal nos termos e para os efeitos do art.º 25.º n.º 1 alínea g) do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações; 3. Após aprovação da Assembleia Municipal, a remessa do Regulamento para publicação em Diário da República, nos*

termos e para os efeitos do art.º 139.º do Código do Procedimento Administrativo (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro).” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== É o cumprimento de um compromisso eleitoral. Estamos aqui a apresentar o nosso Programa Saúde + OAZ que prevê um apoio na compra de medicamentos a idosos carenciados ou então doentes crónicos com um valor máximo, por idoso, 100€ ou, tratando-se de um agregado, 150€. =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de João Costa. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **João Costa**, do PS. =====

===== Muito boa noite, a todos. Sintam-se todos cumprimentados, na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia Municipal. Relativamente ao ponto do Regulamento Municipal do Programa Saúde + OAZ, que pretende apoiar os doentes crónicos ou as pessoas com mais de 65 anos com dificuldades económicas até 100€, por pessoa, ou até 150€ por ano, no caso de ser um agregado familiar, estamos a introduzir uma medida de uma política de ação social muito importante. É formalmente o cumprimento de mais um compromisso do Partido Socialista nas últimas autárquicas 2017. E nesta Assembleia Municipal já vamos no segundo compromisso que estamos a formalizar, que estamos a concretizar. E portanto, nunca é demais reforçar que o Partido Socialista está a cumprir. E, portanto, os oliveirenses só podem estar orgulhosos do trabalho que este Executivo tem desempenhado pela defesa da sua qualidade de vida. Senhor Presidente tenho também algumas questões para lhe colocar: Se já tem algumas informações do impacto orçamental que esta medida terá no orçamento da Câmara Municipal, já em 2020? E também se tem alguma noção de quantos serão os possíveis beneficiários desta medida? Muito obrigado. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====

===== Nós estimamos um impacto orçamental em 2020 na ordem dos 50.000€. Sinceramente, não sei o número de potenciais beneficiários do Programa. Eu espero é que todas as pessoas que estejam nessas condições e que reúnam as condições para poderem ser apoiadas, naturalmente adiram ao programa. E se tivermos a necessidade de reforçar a verba, com certeza

que o faremos porque a medida tem, conforme disse, um grande impacto e um grande alcance social. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número dezoito à votação tendo sido **deliberado por unanimidade aprovar o Regulamento Municipal - Programa Saúde + OAZ.**=====

===== **Ponto dezanove: - Regulamento de funcionamento geral da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro (I/68235/2019) - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara foi apresentada a seguinte propostas: “Considerando que: 1. Em 25 de julho de 2019 foi iniciado o procedimento de criação do “Regulamento de Funcionamento Geral da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro”, tendo esse início sido oportunamente publicitado por edital no Boletim Municipal Digital; 2. Não houve constituição de interessados nem quaisquer contributos relevantes para a elaboração do projeto de regulamento apresentado; 3. Compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à Assembleia Municipal os projetos de regulamento externos do município bem como aprovar os regulamentos internos (art.º 33.º, n.º 1, alínea k), da Lei 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações); 4. Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar as posturas e os regulamentos com eficácia externa do município (art.º 25.º, n.º 1, alínea g), da Lei 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações); **Propõe-se:** 1. A aprovação do Projeto de “Regulamento de Funcionamento Geral da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro” (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas) nos termos e para os efeitos do art.º 33.º, n.º 1, alínea k), da Lei 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações; 2. A remessa do mesmo para aprovação pela Assembleia Municipal nos termos e para os efeitos do art.º 25.º, n.º 1, alínea g), da Lei 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações; 3. Após aprovação da Assembleia Municipal, a remessa do regulamento para publicação em Diário da Republica, nos termos e para os efeitos do art.º 139.º do CPA.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Estamos a falar do Regulamento de funcionamento geral da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro. Há a necessidade desse Regulamento e há necessidade desse Regulamento também para efeitos da certificação de qualidade do próprio edifício. Portanto, é a sujeita-lo à vossa aprovação. =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de Jorge Pereira. =====



===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Jorge Pereira**, do CDS/PP.* =====

===== *Relativamente a este ponto, só queria dar aqui uma nota ao Senhor Presidente, para tomar isto como uma manifestação de desagrado que chegou por parte de alguns docentes da Escola Soares Basto, no sentido de que deveriam ter mais atenção ao horário de funcionamento da biblioteca. Porque tem-se encontrada encerrada na hora do almoço e horário final da tarde é um horário muito reduzido. Ou seja, os estudantes da Escola têm pouco tempo para usufruir, perante esse horário. Era só esta chamada de atenção.*=====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores.* =====

===== *Só para dizer que a Biblioteca Municipal Ferreira de Castro está aberta à hora do almoço e fecha às 18 horas.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número dezanove à votação tendo sido **deliberado por unanimidade aprovar o Regulamento de funcionamento geral da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro*** =====

===== **Ponto vinte: - Protocolo com Rotary Club de Oliveira de Azeméis “Ciclos de Conferências às Quartas com...” 2019/2020 - Aditamento - (I/66652/2019) - Autorização;** =====

===== *Pela Câmara foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: a) Em reunião de câmara ordinária de 4/4/2019 e em sessão ordinária de assembleia municipal de 30/4/2019 foi aprovado o protocolo a celebrar entre o Município de Oliveira de Azeméis e o Rotary Club de Oliveira de Azeméis, que visa a cedência da sala polivalente da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro para a realização da iniciativa “Ciclo de Conferências Às Quartas com...””; b) Entretanto foi solicitada pelo Rotaract Club de Oliveira de Azeméis a mesma sala para tardes de sábado para a realização da iniciativa “2019: Odisseia na Biblioteca”; c) O Rotaract Club de Oliveira de Azeméis não tem personalidade jurídica, o que o impede de assinar qualquer protocolo; d) O Rotaract Club de Oliveira de Azeméis é um programa do Rotary Internacional e, por consequência, diretamente ligado ao Rotary Club de Azeméis; Propõe-se que se aprove um aditamento ao protocolo já celebrado no sentido de alterar as cláusulas primeira e segunda nos seguintes termos: Cláusula Primeira Objeto 1. Pelo presente Protocolo, o Rotary Club de Oliveira de Azeméis compromete-se a organizar o programa “Ciclo de Conferências Às Quartas com...” que integra 10 conferências, tendo à sua responsabilidade: - Escolha dos oradores e temas das conferências; - Contacto com os oradores das conferências; - Despesas de deslocação e alojamento dos oradores; - Realização do cartaz de cada conferência; - Divulgação*

da conferência através das redes sociais - Pré, durante e pós. 2. Pelo presente Protocolo, o Rotaract Club de Oliveira de Azeméis compromete-se a organizar a iniciativa “2019: Odisseia na Biblioteca”, que será um ciclo de cinema e debate sobre temas da atualidade, com uma frequência mensal, nos sábados à tarde, durante o período da tarde (a partir das 15h), assim como a: - escolha dos temas e filmes das conferências; - divulgação da sessão através de cartazes afixados por Oliveira de Azeméis e das redes sociais (pré, durante e pós); - verificação do espaço e da funcionalidade dos materiais antes das sessões; - garantir o cuidado e conservação do espaço e materiais cedidos. 3. Cabe ao Município de Oliveira de Azeméis colaborar na organização da iniciativa “Ciclo de Conferências Às Quartas com...” através de: - Cedência da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, das 21:00 horas às 23:59 horas, e período de montagem e desmontagem da conferência nos dias 11 de Setembro, 9 de Outubro, 13 de Novembro e 4 Dezembro de 2019, 8 de Janeiro, 5 de Fevereiro, 4 de Março, 1 de Abril, 20 de Maio e 17 de Junho de 2020; - Cedência dos meios audiovisuais e multimédia da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro; - Oferta simbólica ao(s) orador(es) convidado(s), em nome da comunidade oliveirense; - Divulgação das diversas conferências no site da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis; - Divulgação das diversas conferências nas redes sociais da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis; - Divulgação das diversas conferências noutros meios da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis que sejam apropriados. 4. Cabe ao Município de Oliveira de Azeméis colaborar na organização da iniciativa “2019: Odisseia na Biblioteca” através de: - Cedência da sala polivalente da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, das 14h às 18h, e período de montagem e desmontagem das sessões nos dias 02 de novembro de 2019, 01 de fevereiro de 2020, 07 de março de 2020 e 04 de abril de 2020; - Cedência, nessas datas, dos meios audiovisuais e multimédia (e.g., tela, projetor, colunas) da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro. Cláusula Segunda Comunicações 1. Para efeitos do presente protocolo, todas as comunicações entre as partes deverão ser efetuadas por escrito, nomeadamente através de correio eletrónico, para os seguintes endereços: Rotary Club de Oliveira de Azeméis, João Rebelo Martins - rebelomartins@portugalmail.pt; Rotaract Club de Oliveira de Azeméis, Inês Silva - rotaractoaz1970@hotmail.com; Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, Ana Borralho - ana.borralho@cm-oaz.pt.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Os Rotary Clube têm um protocolo com a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis precisamente para essa iniciativa, “às quartas com...”. O Rotaract Clube de Oliveira de Azeméis pretende organizar uma iniciativa na Biblioteca e, não tendo esta entidade personalidade jurídica não existe a possibilidade de realizar este protocolo, a iniciativa é “2019: Odisseia na Biblioteca”. Aquilo que nós estamos a fazer é um aditamento ao protocolo existente para permitir que o Rotaract consiga desenvolver essa atividade, Já que o Rotaract Clube de Oliveira de

*Azeméis é um programa dos Rotary Internacional e portanto está ligado ao Rotary Clube de Azeméis.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte à votação tendo sido **deliberado por unanimidade autorizar a celebração do aditamento ao Protocolo celebrado com o Rotary Club de Oliveira de Azeméis “Ciclos de Conferências às Quartas com...” 2019/2020.*** =====

===== **Ponto vinte e um: - Minuta de Contrato Interadministrativo de apoio financeiro a celebrar com a União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca (I/64781/2019) - Autorização;** =====

===== *Pela Câmara foi apresentada a seguinte propostas: “Considerando: - Que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios referidos no n.º 2 do artigo 7.º e no n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; - Que as Autarquias locais prosseguem as suas atribuições através do exercício pelos respetivos órgãos das competências legalmente previstas; - Que as Juntas de Freguesia dispõem de atribuições e competências próprias de gestão nos casos e nos termos previstos na lei; - O teor do ofício da União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca, (E/25714/2019), em que solicita o apoio financeiro para a realização de obras no atual parque infantil de Travanca; - A competência atribuída à Câmara Municipal no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos; - Que as freguesias, dada a sua maior proximidade aos problemas locais, são agentes com capacidade acrescida para identificar as necessidades das populações resultando daí ganhos de eficiência e de economia; - Que a celebração do presente Contrato contribui para a consolidação da democracia participada e de proximidade e beneficia as populações, bem como reforça os princípios de solidariedade financeira vertical e horizontal entre diferentes níveis da Administração; - A necessidade de tornar mais célere, eficiente e eficaz a operacionalidade e provisão de bens públicos municipais, em resultado do acréscimo de novas competências decorrente do novo Regime Jurídico das Autarquias Locais, e não obstante o reforço de meios financeiros não permitir acompanhar estas novas responsabilidades, justifica que o município estabelece formas de apoio financeiro para o pleno exercício das competências das freguesias; - Compete à Assembleia Municipal “Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações; - O cumprimento das regras quanto ao cabimento e compromisso orçamental da despesa, no respeito pelo estabelecido na Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho e posteriores alterações; Ao abrigo da alínea j) do n.º1 do art.º 25º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de*

*setembro e pelos fundamentos e demais disposições legais invocadas; - Que se trata de contratação excluída, ao abrigo do artigo 5.º números 1, 2 e 4 (alínea c) e do artigo 5.º B número 1 do referido do Código da Contratação Pública, aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro alterado e republicado DL n.º 111-B/2017 de 31 de Agosto; - A designação do Eng.º. Rogério Miguel Marques Ribeiro como Gestor do Contrato; Propõe-se: - A aprovação da minuta do Contrato Interadministrativo de apoio financeiro a celebrar com a União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), com o compromisso de fundo disponível número 1645/2019, conforme estabelece a Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações; e que se - Remeta à Assembleia Municipal nos termos e fins atrás citadas.”* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Isto é, a vossa autorização, para obras no parque infantil de Travanca. É um apoio da Câmara Municipal no valor de 20.000,00€.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de Susana Mortágua.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora **Susana Mortágua**, Presidente da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta Palmaz e Travanca.* =====

===== *É claro que não podia deixar de intervir, no sentido de agradecer à Câmara Municipal por responder ao pedido da Junta de Freguesia de apoio financeiro a esta obra. É importante para nós, enquanto presidentes de junta, podermos desenvolver os nossos projetos e executa-los com apoio financeiro da Câmara Municipal. E esperamos agora também ter a aprovação da Assembleia Municipal. Obrigado.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e um à votação tendo sido **deliberado por unanimidade autorizar a celebração da minuta de Contrato Interadministrativo de apoio financeiro com a União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca.*** =====

===== ***Ponto vinte e dois:** - Minuta de Contrato Programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com o Grupo Desportivo de S. Roque (I/58003/2019) - repartição de encargos em mais do que um ano económico - Autorização;* =====

=====  
 ===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios em matéria de Cultura, Tempos Livres e Desporto, Desporto (alíneas e) e f) do n.º 2 do art.º 23.º do Anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro); - As competências das autarquias no apoio aos projetos de melhoria das instalações, permitindo, assim, promover melhores respostas sociais e de qualidade dos serviços; - Da conjugação do art.º 46º com os art.º 1º e 3º do Decreto - Lei n.º 273/2009, de 01.10, alterado e republicado pelo Decreto - Lei n.º 41/2019, de 26.03, e do ponto 13.2. das Normas/Diretrizes de procedimento para atribuição de apoios ao Desporto aprovadas pela Camara Municipal em 21/06/2018, e despacho da definição dos critérios de atribuição de apoios a eventos regulares ou pontuais, resulta a obrigatoriedade da realização de Contrato Programa para a atribuição de comparticipação financeira, limitando-se o âmbito desta, a “plano” ou “proposta”, que não constitua encargo ordinário; - Os projetos de construção ou melhoramento, enquadram-se nos programas de desenvolvimento desportivo de acordo como o previsto na alínea c) do n.º 2 do 11.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01.10.; - A Informação Interna n.º I/56586 do ano 2019; - Que se trata de contratação excluída, ao abrigo do artigo 5.º números 1 e 4 (alínea c) e do artigo 5.º B número 1 do referido do Código da Contratação Pública, aprovado pelo DLn.º18/2008 de 29 de janeiro alterado e republicado DL n.º111-B/2017 de 31 de agosto, tendo em conta o objeto do contrato; - A designação da trabalhadora Elizária Bastos, como Gestora do referido Contrato (art.º 290.ºA do CCP). Proponho: - A aprovação da minuta de contrato-programa, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com: Grupo Desportivo de S. Roque; ao abrigo da alínea o), n.º1, art.º 33º, Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações. Os encargos resultantes do referido contrato-programa estão suportados em termos orçamentais, com o compromisso de fundo disponível n.º 1527 de 2019, conforme determina a Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações. Que se remeta à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.”* =====

=====  
 ===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

=====  
 ===== *Isto é para a construção do relvado sintético, em S. Roque, para o Grupo Desportivo de S. Roque.* =====

=====  
 ===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

=====  
 ===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e dois à votação tendo sido **deliberado por unanimidade autorizar a celebração da minuta de Contrato Programa de desenvolvimento desportivo com o Grupo Desportivo de S. Roque, bem como a repartição de encargos em mais do que um ano económico.*** =====

===== **Ponto vinte e três: - Minuta de Acordo de Parceria com Município de S. João da Madeira (Requalificação da Ponte dos Moinhos - S. Roque) (I/64823/2019) - Autorização;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações nos diferentes domínios e atribuições previstas na lei (Art.º 2º, do anexo I, da Lei nº 75/2013 e posteriores alterações); - Que a prossecução das atribuições e o exercício das competências das autarquias locais e das entidades intermunicipais devem respeitar os princípios da descentralização administrativa, da subsidiariedade, da complementaridade, da prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos e a intangibilidade das atribuições do Estado, (Art.º 4º, do anexo I, da Lei nº 75/2013 e posteriores alterações); - Que os municípios dispõem de atribuições, no domínio do património, cultura e ciência (Art.º 23º n.º 2 alínea e), do anexo I, da Lei nº 75/2013 e posteriores alterações); - Compete à Câmara Municipal assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal; - Que o Município de Oliveira de Azeméis, inscreveu no PPI 2019, com o Projeto-Ação Nº 82/2018, com a designação “REQUALIFICAÇÃO DA PONTE DOS MOINHOS - S. ROQUE”, a obra a executar na Freguesia de São Roque, Oliveira de Azeméis, zona meeira, com a área territorial de São João da Madeira; - Que o Município de São João da Madeira, inscreveu no PPI 2019, com o Projeto-Ação Nº 37/2014, com a designação de “Reabilitação de arruamentos urbanos, infraestruturas e pavimentação” a obra a executar na área territorial, de São João da Madeira, zona meeira, com a Freguesia de S. Roque, Oliveira de Azeméis. - Que a Ponte identificada, se situa entre a Rua dos Moinhos (São Roque) e a Rua Fonte do André (São João da Madeira) sendo a delimitação dos concelhos efetuada pela linha de água; - Que tais circunstâncias e factos, justificam por isso à luz dos princípios do interesse público, da boa administração, da subsidiariedade, da complementaridade da ação em defesa do interesse das populações, uma indicativa e intervenção conjunta das autarquias, no sentido de permitir a execução da referida obra, o alargamento e a beneficiação da Ponte, racionalizando-se os meios e os recursos recíprocos, para a prossecução de um fim comum; - A necessidade fundamental de se encontrar formas de colaboração, que respondam às exigências que um projeto desta natureza comporta; - O instrumento e a figura do agrupamento de entidades adjudicantes estatuídas no Art.º 39º do CCP; - Que se trata de contratação excluída, ao abrigo do artigo 5.º números 1 e 4 (alínea c) e do artigo 5.º B número 1 do referido do Código da Contratação Pública, aprovado pelo D.L. n.º18/2008 de 29.01 alterado e republicado D.L. n.º111-B/2017 de 31.08, tendo em conta o objeto do contrato; - A designação do Sr. Eng.º António Castanheira, Diretor do Departamento Municipal de Obras, Manutenção Transportes e Energia, como Gestor da presente parceria por parte do Município de Oliveira de Azeméis, e pelo Sr. Eng.º José Maria Castro Ferreira, Chefe de Divisão de Obras Municipais por parte do Município de São João da Madeira, (para efeitos

do art.º 290.º-A do CCP). - As atribuições dos Municípios em matéria de Ordenamento do Território e Urbanismo e promoção do desenvolvimento, previstas nas alíneas m) e n) do n.º 2, do artigo 23.º do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações; - Ao abrigo dos Artºs 5º, 55º e 200º, do CPA e normas retrocitadas da Lei nº 75/2013, e posteriores alterações. *Propõe-se: Que seja aprovada a minuta do Acordo de parceria a celebrar com o Município de São João da Madeira, (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), nos termos e condições ali estabelecidas. E remeter a Assembleia Municipal.*” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Isto é uma Ponte meeira, na Freguesia de S. Roque, Ponte dos Moinhos. Vai ser uma obra que vai ser suportada financeiramente, em partes iguais, pelo Município de S. João da Madeira e pelo Município de Oliveira de Azeméis. O Município de Oliveira de Azeméis será a entidade dona da obra. Aquilo que se pretende é requalificar uma ponte que é utilizada intensamente e que neste momento não reúne condições. Portanto, os dois municípios entenderam-se quanto à solução. O valor que estimamos investir na sua requalificação são 140.000,00€. ==

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e três à votação tendo sido **deliberado por unanimidade autorizar a celebração da minuta de Acordo de Parceria com Município de S. João da Madeira para a Requalificação da Ponte dos Moinhos - S. Roque.** =====

===== **Ponto vinte e quatro: - Acordo de Parceria - Projeto RELOAD 2 II - Rede Local de Apoio ao Desenvolvimento da Indústria e Imigração, ao abrigo do FAMI - Fundo para Asilo, a Migração e a Integração (I/67308/2019) - Ratificação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - Em 07 de Outubro de 2019, proferi despacho e foi celebrado Acordo de Parceria com a Universidade de Aveiro; a AIDA CCI - Câmara de Comércio e Indústria do Distrito de Aveiro; a INOVA - RIA - Associação de Empresas para uma rede de Inovação em Aveiro e o Município de Vagos; - O disposto no art. 164.º do Código do Procedimento Administrativo; - Que se trata de contratação excluída, ao abrigo do artigo 5.º números 1, 2 e 4 (alínea c) e do artigo 5.º B número 1 do referido do Código da Contratação Pública, aprovado pelo DLn.º18/2008 de 29 de janeiro alterado e republicado DL n.º111- B/2017 de 31 de Agosto); - Se designa como Gestor do Acordo, a trabalhadora Liliana Zita Teixeira Sousa (art.º 290.ºA do CCP); - De acordo com a informação de 04/10/2019, da D.C.P., não há lugar nesta fase a cabimento. *Propõe-se: A ratificação do meu*

*despacho, bem como do Acordo de Parceria (documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas) com as seguintes entidades Universidade de Aveiro; AIDA CCI - Câmara de Comércio e Indústria do Distrito de Aveiro; INOVA-RIA - Associação de Empresas para uma rede de Inovação em Aveiro; e o Município de Vagos”* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Isto é um acordo de parceria com um conjunto de entidades, nas quais se incluiu a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, Município de Vagos, INOVA-RIA, AIDA e a Universidade de Aveiro. E o objetivo é formar imigrantes para que depois esses imigrantes possam municiar a indústria da região. Portanto, o Município de Oliveira de Azeméis faz parte do processo. Em resultado dessa candidatura é necessário fazer participações, cada uma destas entidades, e ao município de Oliveira de Azeméis caberá 7.849,00€.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e quatro à votação tendo sido **deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.*** =====

===== **Ponto vinte e cinco: - Minuta de Protocolo com a AMPORTO - “Formação para Modernização e Capacitação da Administração Local” (I/71301/2019) - Autorização;** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: Constituem atribuições das Autarquias Locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente no domínio da Educação, ensino e formação profissional, alínea d) n.º2 do art.º 23º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12.09); - O aviso n.º NORTE-62-2018-34 pretende “aprovar a realização a realização de ações de formação na Administração Local, tendo como objetivo o reforço das competências gerais e específicas dos destinatários e, concomitantemente, a melhoria da eficácia e da eficiência dos serviços, quer por via da simplificação regulamentar e dos processos internos, quer pela implementação de novos modelos organizativos”; - A Área Metropolitana do Porto é entidade beneficiária elegível, nos termos da alínea c) do ponto 4.1 Natureza dos Beneficiários do aviso supra identificado; - Nos termos da alínea d) do referido ponto 4.1, são entidades beneficiárias elegíveis a FEFAL e o IGAP, desde que ao abrigo de protocolos celebrados coma as entidades beneficiárias identificadas nas alíneas a) e c) do mesmo ponto do aviso; - Apenas o IGAP demonstrou disponibilidade e interesse na apresentação de uma candidatura na qualidade de entidade beneficiária; - Que se trata de contratação excluída, ao abrigo do artigo 5.º números 1, 2 e 4 (alínea c) e do artigo 5.º B número 1 do referido do Código da Contratação Pública, aprovado pelo DLn.º18/2008 de 29 de janeiro*



alterado e republicado DL n.º111-B/2017 de 31 de Agosto); - Se designa como Gestor do Protocolo, a trabalhadora Anabela Ferreira (art.º 290.ºA do CCP); Propõe-se: A aprovação da minuta do protocolo acima identificado com vista a assegurar a candidatura ao Aviso n.º Norte-62-2018-34 - “Formação e Capacitação da Administração Local”, a celebrar entre a Área Metropolitana do Porto, os 17 municípios que a integram aí identificados e o IGAP, anexa à presente proposta (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas). Remeter a Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Isto é mais uma candidatura e visa ministrar formação na Administração Local a um conjunto de colaboradores de diferentes Autarquias. Cada uma das Autarquias identificou necessidades de formação. Estamos a falar de 662 formandos e mais de 45000 horas de formação. É uma candidatura que rondará os 325.000,00€. Como a Área Metropolitana do Porto é entidade legível, nós estamos aqui a aprovar a minuta do protocolo com a Área Metropolitana do Porto precisamente para que a Área Metropolitana do Porto consiga candidatar-se e esta formação ser ministrada. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e cinco à votação tendo sido **deliberado por unanimidade autorizar a celebração da minuta de protocolo, “Formação para Modernização e Capacitação da Administração Local”, com a Área Metropolitana do Porto.** =====

===== **Ponto vinte e seis: - Adenda ao contrato Interadministrativo de delegação de competências - Autoridade de Transportes, celebrado entre a Área Metropolitana do Porto e os Municípios da AMP (I/71128/2019) - Autorização;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: 1. Que está prevista a aprovação de uma adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, relacionadas com o Sistema de Mobilidade e Serviço Público de Transportes de Passageiros - Autoridade de Transportes, celebrado entre a Área Metropolitana do Porto e os Municípios da AMP; 2. O disposto na alínea b) do n.º1 do art.º54. da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro: “As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma

*proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento.” Proponho: Discutir e deliberar submeter à Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para efeitos da alínea k) do n.º 1 do art.º 25.º do mesmo diploma e alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, para autorização da proposta de adenda (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas) ao contrato interadministrativo de delegação de competências - Autoridade de Transportes, entre a AMP e o Município de Oliveira de Azeméis e respetivo compromisso plurianual.”* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Conforme já tive a oportunidade de dizer, o município de Oliveira de Azeméis foi um dos municípios que delegou competências na Área Metropolitana do Porto no domínio dos transportes. Aquilo que nós estamos a fazer é a alteração desse contrato interadministrativo de delegação de competências para incluirmos um conjunto de questões: Uma delas é a criação de unidades de acompanhamento que vão ter que existir em cada um dos lotes que vão ser criados, a Área Metropolitana do Porto vai lançar um concurso internacional para a rede de transportes metropolitanos que inclui cinco lotes: o município de Oliveira de Azeméis faz parte de um lote conjuntamente com os municípios de Vale de Cambra, Arouca, S. João da Madeira e Santa Maria da Feira, e essa unidade de acompanhamento vai fazer o planeamento geral e também o planeamento operacional. E, portanto, essa unidade de acompanhamento terá representantes da Área Metropolitana do Porto, terá representantes dos municípios (Presidentes de Câmara ou seus substitutos). Queremos também, com esta alteração do contrato interadministrativo, permitir a repartição pelos municípios dos encargos gerados pela Área Metropolitana do Porto com o contrato que vai celebrar o operador. Portanto, nós já aqui tivemos essa aprovação dos critérios de repartição da despesa e, portanto, estamos aqui a fazer a alteração do contrato para incluir essas duas componentes. Aquilo que eu vos posso dizer, em relação a este concurso, é que este concurso, conforme eu percebi a votação de há pouco dos senhores deputados do PSD, mas o que é um facto é que nós efetivamente não temos informação sobre a operação. E portanto, naturalmente que os operadores não a disponibilizam, porque isso significaria desvendar o seu negócio. E portanto aquilo que nós vamos fazer é lançar um concurso público internacional que tem por um lado, uma garantia de pagamento ao quilómetro, mas, tem por outro lado, também, uma geração de receita que provém da procura ativa por parte dos operadores de utilizadores. Aquilo que nós prevemos é que se a receita tarifária não for suficiente para suportar as operações, que haja uma repartição pelos municípios precisamente em função do critério do número de veículos por quilómetro. E aquilo que nós esperamos é que haja equilíbrio na operação, que a operação seja financeiramente sustentável para que os municípios não tenham, para além daquilo que está previsto, suportar encargos adicionais.* =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e seis à votação tendo sido **deliberado por maioria autorizar a proposta apresentada, com a seguinte votação: - Votos a favor: dezanove (19) do PS, três (3) do PSD, três (3) do CDS/PP e um (1) do presidente da Junta de Freguesia de Cesar; - Abstenções: -sete (7) do PSD.** =====

===== **Ponto vinte e sete: - Contrato Interadministrativo de Colaboração com a Associação de Municípios das Terras de Santa Maria (I/71371/2019) - Ratificação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: As atribuições da AMTSM, designadamente assegurar o normal funcionamento e conservação dos emissários interceptores, estações elevatórias e estações de tratamento de águas (ETAR’s) e gerir todos os processos administrativos associados a tais funções; A AMTSM é considerada pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, I.P. (ERSAR, IP), como sendo uma entidade gestora em alta, sendo os municípios / empresas / concessionários entidades gestoras em baixa; Neste âmbito, a AMTSM tem como parte constituinte do seu património, o Sistema de Tratamento de Águas Residuais (STAR) composto pelos subsistemas do Salgueiro e de Ossela; O Contrato Interadministrativo de Colaboração com a AMTSM outorgado em 01.12.2018 em anexo (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), relativamente à drenagem e tratamento de efluentes provenientes das redes municipais, entre o Município de Oliveira de Azeméis, a Indaqua e a AMTSM; Proponho: A ratificação do Contrato Interadministrativo de Colaboração em anexo, outorgado em 01.12.2018, convalidando todos os atos e efeitos retroagidos a esta data. Se submeta à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Como sabem está previsto um investimento por parte da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria na nossa rede alta. Esse investimento obriga a uma alteração do tarifário. O que acontece é que a Indáqua recusou assinar, essa autorização, esse contrato interadministrativo que permitia a assunção desse novo tarifário. E recusou assinar porque discorda das medições do caudalímetro que está instalado na ETAR de Ossela. E durante todo este tempo - já tive oportunidade de explicar isto na reunião de executivo camarário - nós incorremos num erro, com base numa informação que nos foi disponibilizada, de que os cerca de 30 caudalímetros, que temos no nosso Concelho e que são necessários para medir aquilo que a rede baixa entrega na rede alta, custariam 50.000,00€, cada um, os caudalímetros eletromagnéticos. E andamos durante todo este tempo, os Municípios, a dirimir com a Indáqua, a impossibilidade de nós aceitarmos suportar esses custos. Percebemos agora que, afinal, esses

caudalímetros custam 3.000,00€ ou 4.000,00€ e não os tais 50.000,00€ que nos foram apresentados. Isto resulta também de um problema que tem a ver com a ETAR de Ossela onde se inverteram aquilo que eram as águas residuais tratadas pelos Municípios de Vale de Cambra e pelo Município de S. João da Madeira; Como sabem, a ETAR de Ossela a grande maioria das águas residuais que recebe são provenientes do município vizinho de Vale de Cambra e, era assim no passado, de um momento para o outro o caudalímetro começou a afetar as águas entregues pelo Município de Vale de Cambra ao Município de Oliveira de Azeméis. A Indáqua recusa-se a pagar essas faturas. Eu, na minha opinião, acho que a Indáqua poderá ter razão. E aquilo que nós fizemos foi instalar agora um caudalímetro - destes que vamos comprar - o fornecedor disponibilizou - para nós fazermos essa medição e percebermos se houve uma inversão clara das águas residuais entregues pelos dois municípios. Porque, obviamente, o Município de Oliveira de Azeméis não teve um “boom” de alojamentos ou um “boom” de pessoas a fixar-se na Freguesia de Ossela. E, naturalmente, aquilo que acontece é que o caudalímetro avariou e está a fazer medições completamente erradas. Claro que o Município de Vale de Cambra não aceita esta tese, não aceita esta explicação. Mas naturalmente que o caudalímetro que está a ser instalado virá certamente provar que as medições que estão a ser feitas estão erradas. E, depois vai haver a necessidade de regularizarmos aquilo que tem sido os contributos dos diferentes municípios porque o Município de Vale de Cambra tem pago aquilo que o caudalímetro determina e o Município de Oliveira de Azeméis tem pago aquilo que o caudalímetro determina mas aquilo que acontece é que as medições se inverteram efetivamente e isto resulta claramente de um erro do caudalímetro. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e sete à votação tendo sido **deliberado por unanimidade autorizar/ ratificar a proposta apresentada.** =

===== **Ponto vinte e oito: - Revogação de Protocolo de cedência de instalações celebrado com a Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa de Cucujães (I/61596/2019) - Autorização;** ==

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O Protocolo de Cedência celebrado com a Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa de Cucujães, aprovado em Reunião do Executivo de 5 de novembro de 2015 e em Sessão de Assembleia Municipal de 26 de novembro de 2015, no âmbito da criação/funcionamento de um segundo Gabinete de Inserção Profissional (GIP) para o Município de Oliveira de Azeméis e que funcionou nas instalações da CVP Cucujães de 1 de setembro de 2015 a 31 de maio de 2019; - A aprovação de uma nova candidatura para a continuidade deste GIP, apresentada nos termos da Portaria nº 140/2015, de 20 de maio - Rede GIP 2019-2021, ao qual foi atribuído nº 1285573 e respetivo contrato de objetivos assinado a 1 de junho de 2019; - A alteração do espaço de funcionamento

*deste GIP na atual candidatura, passando para as instalações da Biblioteca da Junta de Freguesia de Cucujães, a partir de 1 de junho de 2019, transferência que decorreu após conversações com as duas entidades implicadas, devidamente justificada e realizada com o acordo entre as partes: Município de Oliveira de Azeméis, Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa de Cucujães e Junta de Freguesia de Cucujães. Propõe-se: - a revogação do Protocolo de Cedência (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas) celebrado neste âmbito a 1 de dezembro de 2015 com a Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa de Cucujães, com efeitos a partir de 1 de junho de 2019, ao abrigo da alínea u) do nº1 do artº33 do Anexo I, da Lei nº75, de 12 de setembro; - que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal, para efeitos do disposto na alínea k) do nº 2 do art.º 25º, Anexo I, do mesmo diploma.”* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Nós tínhamos no nosso Município dois Gabinetes de Inserção Profissional (GIP), um em Oliveira de Azeméis e outro em Cucujães: Entretanto, só um deles é que foi aprovado, o de Oliveira de Azeméis; Depois, veio uma aprovação de meio GIP, para Cucujães; O GIP estava sediado nas instalações da Cruz Vermelha. O Senhor Vice-presidente da Câmara, reuniu com a Junta de Freguesia e com um representante da Cruz Vermelha Portuguesa, propondo, sugerindo que houvesse uma mudança do GIP para as instalações da Junta de Freguesia de Cucujães, mais concretamente para a Biblioteca de Cucujães, porque efetivamente temos uma concentração de serviços nas Juntas de Freguesia, transferimos o GAM também para as nossas Freguesias. E aquilo que acontece é que há pessoas que para se deslocarem ao GIP já se deslocavam naturalmente à Junta de Freguesia e depois eram encaminhadas para o GIP. Por uma questão de otimização de recursos, de otimização de respostas entendeu-se fazer esta transferência. Foi aceite pelas partes e, portanto, concretizou-se.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Fernando Pais.*

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado, **Fernando Pais**, do PSD.* =====

===== *Sobre esta matéria o PSD tem a dizer o seguinte: Considerando que a inclusão do GIP, nas instalações da Cruz Vermelha, segundo o protocolo, não trazia à Câmara Municipal grandes custos ou encargos, então, qual o porquê da alteração da localização do Gabinete? E porquê para a Biblioteca Municipal de Cucujães, uma vez que o serviço prestado nada tem a ver com o funcionamento e organização de uma biblioteca municipal? Entendemos que o serviço prestado tem muito mais afinidade com o trabalho que faz a Cruz Vermelha do que o trabalho que é feito na biblioteca ou a atividade que é desenvolvida na biblioteca. Era um serviço de*

*proximidade - entendíamos nós: A Cruz Vermelha recebe ali pessoas desempregadas, fragilizadas, pessoas com rendimento social de inserção (RSI); Este serviço funcionava em complementaridade com a Cruz Vermelha; Era a proximidade, os gastos de eficácia e de qualidade de serviço, e sem custos. Nós entendemos que o serviço faria mais sentido na Cruz Vermelha, que tem toda a vocação para prestar esse serviço e sempre prestou o apoio em termos de complementaridade. Achamos que o mais importante é prestar o serviço aos destinatários. E parece-nos que a qualidade e missão dos serviços que se pretende prestar encontra-se mais fragilizada pela escolha do local deslocalizado da Cruz Vermelha, ainda que se considere um espaço com condições, com dignidade e um período de funcionamento semelhante em ambos os locais. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior. =====*

*===== Apenas dizer que, concordo com o Senhor Deputado Fernando Pais, o que importa é assegurar o serviço. Os locais distam 100 metros um do outro. Não foi mudado para a Biblioteca de Cucujães. Foi mudado para a Junta de Freguesia de Cucujães, para as instalações da Biblioteca. Portanto, vamos continuar a assegurar os mesmos serviços, com todas as sinergias que podemos ter e obter pelo facto de termos a Junta de Freguesia ali ao lado e os próprios funcionários da Junta de Freguesia. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e oito à votação tendo sido **deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada, com a seguinte votação: - Votos a favor: dezanove (19) do PS, quatro (4) do PSD, três (3) do CDS/PP e um (1) do presidente da Junta de Freguesia de Cesar; - Abstenções: -seis (6) do PSD. =====***

*===== **Ponto vinte e nove: - Revogação de deliberação de aprovação de venda dos lotes 15 e 16 da - Área de Acolhimento Empresarial de UI/Loureiro (I/60704/2019) - Aprovação; =====***

*===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - a deliberação em reunião de Câmara Municipal datada de 22/11/2018 de aprovação de autorização de venda dos lotes 15 e 16 da AAE-UL à empresa AFS - Advanced Fuel Solutions, SA - I/70956/2018 - que decorridos todos os prazos razoáveis e após inúmeras tentativas com vista à formalização do contrato de promessa de compra e venda, foi comunicada à empresa, através de ofício, datado de 13 de Junho de 2019, a intenção de proceder à revogação da referida decisão - S/9592/2019; Propõe-se, - que seja revogada a deliberação de Câmara Municipal de 22/11/2018 - I/70956/2019, que aprovou a autorização de venda dos lotes 15 e 16 da AAE à empresa AFS - Advanced Fuel Solutions. SA.” =====*

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Houve uma autorização de venda dos lotes 15 e 16, estamos a falar de dois lotes que somados são 38.000 metros quadrados, dois lotes que valem cerca de 1.000.000,00€. E que estão, desde esta altura em que nós autorizamos a venda desses lotes, à espera por parte da entidade da sua definição. Portanto, essa entidade tem vindo a protelar prazo atrás de prazo, não toma nenhuma decisão, não avança com a concretização do negócio. E, portanto, nós entendemos propor-vos a revogação dessa autorização de venda a esta empresa. E, naturalmente, ter os dois lotes disponíveis depois para comercialização. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e nove à votação tendo sido **deliberado por unanimidade aprovar a revogação da deliberação que aprovou a autorização de venda dos lotes 15 e 16 - Área de Acolhimento Empresarial de UI/Loureiro**. =====

===== **Ponto trinta: - Proposta de criação de três (3) lugares de estacionamento para deficientes motores na Rua de Samil - Freguesia de S. Roque (I/56377/2019) - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que, bem assim, também lhe compete “Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos “, (art.º 33.º, n.º 1, alínea rr); - Que, na alínea b) do número 2, do artigo 4.º, do Regulamento sobre Estacionamento e Paragem de Veículos no Concelho de Oliveira de Azeméis, a Câmara Municipal pode definir locais de estacionamento gratuito para motociclos, ciclomotores e velocípedes. - O pedido registado no E/17965/2019 da Junta de Freguesia de S. Roque para a colocação de lugares de estacionamento para portador de deficiência motora na Rua de Samil. - O descrito no Decreto - Lei 163/2006 de 8 de Agosto acerca da quantidade de lugares de estacionamento específico relativamente à quantidade total de estacionamento existente. Propõe-se: - Que sejam criados: 3 lugares de estacionamento na Rua de Samil. A serem implantados do seguinte modo: - um lugar de cada lado da rua junto à passadeira elevada existente nesta rua e outro lugar do lado Este para servir o restante comércio. - Estes lugares para deficientes motores deverão ser identificados através de sinal H1A “Estacionamento autorizado” e placa adicional 2.22 “Símbolo universal da Acessibilidade” juntamente com marcação horizontal do referido símbolo. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as

*alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março.”* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *É um pedido da Junta de Freguesia validado através de informação interna e visa criar esses lugares para deficientes motores na Rua de Samil, em S. Roque.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número trinta à votação tendo sido **deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.*** =====

===== **Ponto trinta e um: - Proposta de colocação de sinais de trânsito em diversas ruas da União de freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail (I/57782/2019) - Aprovação;** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que bem assim, também lhe compete “Administrar o domínio público municipal “, (art.º 33.º, n.º 1, alínea qq); - Evitar acidentes com a colocação de sinalização que se encontra em falta em algumas ruas; - O pedido registado no E/26275/2019 da União de Freguesias de Oliveira de Azeméis que pede estes sinais em falta. Propõe-se: 1. Que seja aprovada a colocação de três sinais B2 - Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos: - na Rua José da Silva Pinto, no entroncamento com a Rua de Lações - O. Az.; - na Rua de Cimo da Aldeia, no cruzamento com a Rua do Monte - S. Riba-Ul; - na Travessa de Silvares, no cruzamento com a Rua do Requeixo - Mac. Da Seixa. 2. Que seja aprovada a colocação de um sinal B1 - Cedência de passagem, na Rua das Lameiras, no entroncamento com a Rua Manuel Borges de Oliveira - Ul; 3. Que seja aprovada a colocação um sinal C3b - Trânsito proibido a veículos pesados, no início da Rua Dr. Ilídio de Freitas - O. Az. 4. Que seja aprovada a colocação de três sinais C3d - Trânsito proibido a automóveis de mercadorias de peso total superior a 5 t: - na Rua Professor António Costeira, no entroncamento com a Rua do Centro Vidreiro - O. Az.; - na Rua José Maria Pinto, no entroncamento com a Rua Tomás Figueiredo de Araújo Costa - S. Riba-Ul com a placa adicional “a 500 m”; - na Rua José Maria Pinto a seguir ao entroncamento com a rua Osvaldo Pinto. 5. Que seja aprovada a colocação um sinal C3d - Trânsito proibido a automóveis de mercadorias de peso total superior a 3,5 t, com a placa adicional “exceto cargas e descargas”, na Lado Sul da Rua Dr. Tomás António Fernandes - O.*



Az. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março. Submeta-se à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Eu acho que o ponto fala por si e é suficientemente descritivo, é a colocação de vários sinais. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número trinta e um à votação tendo sido **deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.** =====

===== **Ponto trinta e dois: - Postura de Trânsito para a Zona Industrial de Oliveira de Azeméis/Santiago de Riba Ul (I/70981/2019) - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); - A necessidade de melhorar e disciplinar a circulação de veículos motorizados no sentido de contribuir para encontrar soluções de mobilidade, regulamentar com critérios uniformes a circulação, o estacionamento e as operações de cargas e descargas, mas também, tendo em consideração a circulação pedonal e a fluidez de trânsito; - Que foi apresentada aos proprietários de indústrias da Zona Industrial de Oliveira de Azeméis, forças de segurança e União de Freguesias uma versão preliminar que mereceu contributos e sugestões de melhoria; Propõe-se: A aprovação da alteração da Postura de Trânsito para a Zona Industrial de Oliveira de Azeméis / Santiago de Riba - Ul, com os seguintes documentos: a) Peças escritas: Memória descritiva e regulamento da postura de trânsito. b) Peças desenhadas: P01 - Planta com a demarcação da área de estudo - esc.: 1:10.000 P02 - Planta geral (sentidos de trânsito) - esc.: 1:2000 P03 - Planta das circulares de trânsito (hierarquia de prioridades) - esc.: 1:2000 P04 - Planta de Sinalização - esc.: 1:2000 A presente postura é elaborada ao abrigo do disposto no artigo 112º e 241º da Constituição da República Portuguesa, no artigo 64º e no artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro e retificada com a Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro e do Código de Estradas, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 114/94, de 3 de Maio e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 72/2013 de 3 de Setembro.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Isto é uma postura que visa regular o trânsito na zona industrial de Oliveira de Azeméis. Como sabem, o trânsito encontra-se profundamente desordenado, temos constrangimentos vários, várias reclamações. Isto resulta de um bom e de um mau problema. No passado, como sabem, havia terrenos, espaços industriais que serviam de parque de estacionamento. Entretanto, os empresários tiveram que construir novas unidades industriais e esses lugares de estacionamento ficaram indisponíveis e muitos desses carros acabaram por vir para a via pública. O que acontece é que, isso resulta também, naturalmente, do desenvolvimento económico das nossas empresas. E, portanto, foi um bom problema que causou este constrangimento. Aquilo que nós fizemos foi procurar encontrar uma solução: Desenvolvemos um estudo interno; Apresentamos esse estudo, essa postura, aos empresários, apresentamos também à União de Freguesias. Tivemos a oportunidade de receber um conjunto de contributos e um conjunto de sugestões que melhoraram o documento. E, portanto, estamos em condições de o implementar, obtenhamos nós a vossa autorização para o efeito. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Jorge Pereira. =

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado, **Jorge Pereira**, do CDS/PP. =====

===== Era só um esclarecimento, Senhor Presidente. Faz-me aqui alguma confusão: naquela rua que liga a antiga Regalo e passa pela Sutafer: metade da rua é de sentido único e metade da rua é de dois sentidos. Eu não compreendo o porquê, qual a razão? A rua tem as mesmas dimensões. Mas digo-lhe, desde já, que vai criar grande transtorno, pelo menos, aos habitantes que queiram ir ao Pingo Doce. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior. =====

===== Conforme eu tinha dito: Nós discutimos profundamente esta postura de trânsito com os empresários, discutimos com a União de Freguesias, com a GNR, com várias entidades. E naturalmente foram equacionadas todas essas questões, A solução, é uma solução que procurou minorar os impactos para todos. É evidente que nós se permitíssemos que apenas houvesse um sentido único nessa via, que referiu, em toda a sua extensão, havia um conjunto de moradores dos prédios que ficavam completamente impossibilitados de acederem ao prédio a não ser fazendo uma grande volta em toda a zona industrial para poderem aceder. Todos entenderam que era possível implementar uma solução que permitisse num troço da via o trânsito em dois sentidos,

*precisamente para permitir o acesso a esses moradores. E portanto, foi essa a solução que se encontrou. Agora, se depois a prática lhe vier a dar razão? Aquilo que nós temos que fazer é alterar a postura do trânsito no sentido de transformar aquela via numa via de sentido único em toda a sua extensão e obrigar depois os moradores a fazer um percurso que não é agradável, é extenso, para se dirigirem às suas casas. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado, **Jorge Pereira**, do CDS/PP. =====*

*===== Senhor Presidente desculpe a minha insistência: Mas, é que aquilo não faz sentido nenhum: Tem dois sentidos até esse bairro. E depois em sentido contrário. Quem vem da estrada, antiga nacional, do Lugar de Lações corta a Regalo, vira à direita e pode entrar na estrada que vai direta ao Pingo Doce. Dessa forma que está, tem que ir ao Lidl, para ir para o Pingo Doce. Não faz sentido, só por meia dúzia de metros. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar mais esclarecimentos. =====*

*===== Como compreende, nós tivemos que atender a um conjunto de solicitações. Muitas delas não foram possíveis de atender. Nós tivemos naturalmente empresários que preferiam que a rua tivesse dois sentidos. E ficou só com um. Há empresários que não achavam que a rua podia ter dois sentidos porque isso prejudicava o acesso às empresas. Portanto, tivemos que conciliar aqui um conjunto de posições. E esta foi a fórmula que nós encontramos em consenso generalizado. Mas, qualquer alteração que seja necessária, porque se percebe que as coisas estão a prejudicar as pessoas: Estamos aqui disponíveis para a equacionar e se ela servir o interesse comum, o interesse coletivo, será implementada. Nós queremos é que a zona industrial tenha fluidez e tenha segurança. Isso hoje não acontece. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número trinta e dois à votação tendo sido **deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.** =====*

*===== **Ponto trinta e três: - Proposta de criação de um (1) lugar de estacionamento para deficientes na Rua de S. Bento, Freguesia de Cucujães (I/57789/2019) - Aprovação;** =====*

*===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que, bem assim, também lhe compete “Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos “, (art.º 33.º, n.º 1,*

alínea rr); - Que, na alínea a) do número 2, do artigo 4.º, do Regulamento sobre Estacionamento e Paragem de Veículos no Concelho de Oliveira de Azeméis, a Câmara Municipal pode definir locais de estacionamento para veículos de cidadãos deficientes. - O pedido registado no E/24007/2019 de Ana Cristina Carvalho Henriques para um lugar de estacionamento para portador de deficiência motora. Propõe-se: 1. Que seja criado 1 lugar de estacionamento destinado a deficientes motores, frente ao Lote n.º 50 da Rua de S. Bento. O lugar para deficientes motores deverá ser identificado através de sinal H1A “Estacionamento autorizado” e placa adicional 2.22 “Símbolo universal da Acessibilidade” juntamente com marcação horizontal do referido símbolo. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março. Submeta-se à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== É mais um pedido. Desta vez o requerente é um munícipe. Os serviços entenderam que fazia sentido o pedido do munícipe. Portanto, estamos aqui a proceder à instalação de um lugar de estacionamento para deficientes na Rua de S. Bento, freguesia de Cucujães. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número trinta e três à votação tendo sido **deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.** =====

===== **Ponto trinta e quatro: - Campanha de incentivo e apoio à esterilização de animais de companhia - Aprovação de Normas (I/61791/2019) - Aprovação/ Ratificação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que o n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto, estabeleceu como tarefa dos organismos da Administração central do Estado, em colaboração com as Autarquias locais, o movimento associativo e as organizações não-governamentais, a promoção de campanhas de esterilização de animais errantes, como forma privilegiada de controlo da sua população, sendo que Portaria n.º 146/2017, de 26 de abril, que a regulamenta no seu artigo 8.º, prevê, sempre que possível, a promoção de campanhas de esterilização, a realizar pelas câmaras municipais, com a colaboração da administração direta do Estado; - Que a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na redação atual, transfere para as Autarquias Locais atribuições e competências, designadamente a participação em cooperação com as instituições de solidariedade social, as organizações não-governamentais e em parceria com a administração central, através da execução de programas e

*projetos de âmbito municipal, promovendo medidas que potenciam o combate ao abandono e maus tratos a animais, em paralelo com o combate à pobreza e exclusão social; - A estratégia municipal no domínio da saúde pública, saúde e bem-estar animal e defesa do meio ambiente, de promoção de uma política de redução do abandono animal e das populações de animais vadios e errantes, através da sensibilização da população para a adoção, o apelo à colaboração e ao compromisso das associações zoófilas locais, bem como a criação de programa que permita a realização da esterilização em animais que satisfaçam um conjunto de requisitos, a expensas do Município; - Este apoio às famílias materializa-se através do acesso gratuito de serviços médico-veterinários cirúrgicos destinados à esterilização dos seus animais de companhia, fundamental para evitar o excesso de animais e para que não aumentem as dificuldades em satisfazer as suas necessidades; - Que o Município é associado do Canil intermunicipal da Associação de Municípios Terras Santa Maria, e nessa medida lhe é disponibilizada a verba de 15.000,00€ a utilizar até 30.11.2019, para esta campanha (no âmbito da candidatura apresentada pela AMTSM - Despacho n.º2301/2019, de 08.03); Propõe-se: Nos termos, ao abrigo e pelos fundamentos expostos, a aprovação das Normas da Campanha de incentivos e apoio à esterilização de animais de companhia do Município de Oliveira de Azeméis (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.”* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Isto é procurarmos aproveitar 15.000,00€, para acesso gratuito a serviços médico-veterinários por parte de famílias carenciadas. O objetivo é proceder ao apoio à esterilização de animais de companhia. Isto termina no dia 30 de novembro e, portanto, não teríamos prazo para implementar esta campanha de incentivo, aquilo que nós estamos a procurar fazer é sensibilizar a entidade veterinária no sentido de prolongarmos este prazo, para que seja possível fazermos esta campanha.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto trinta e quatro à votação, tendo sido **deliberado por unanimidade, aprovar/ratificar a proposta apresentada.*** =====

==== **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de José Roma Resende.* =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **José Roma Resende**, residente em Oliveira de Azeméis. =====

===== Cumprimento todo o auditório, toda a assembleia, na pessoa da Senhora Presidente, Dr.<sup>a</sup> Helena Santos. Eu não podia ir embora sem também meter uma farpa porque, estou aqui há 6 horas, com assembleias a durar este tempo com certeza que não queremos ter participantes, auditores. Isto é restrito aos deputados. Sugiro que encontrem outras formas: Ou, então, os chamados pontos quentes que precisam de discussão, inicialmente e, depois, todos estes pontos que, sendo necessários, são para encher; Ou, então, fazem, um sacrifício para os senhores deputados, isto em duas sessões. Só ganham uma? Julgo que isto é pago? Se estiver a dizer alguma barbaridade, peço desculpa. Em vez de estarem 6 horas, estão na sexta-feira 3 horas e se possível no dia seguinte a continuação. A ver se há participantes. Há muito críticos. E eu, nestas circunstâncias, estou cá porque quero estar sempre. Não falo através do diz que disse. Gosto de ouvir e gosto de apresentar o meu ponto de vista. Continuação de boa noite, continuação de bom trabalho e espero que isto não se repita. =====

===== Antes de terminar, a Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, propôs a aprovação por minuta da ata relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====

===== Para terminar a Sessão a Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** disse:==

===== Resta-me então agradecer a vossa colaboração e paciência. Agradecer às funcionárias que deram apoio a esta Sessão. Desejo um bom Natal a todos e bom Fim de Ano. ==

===== E não havendo outros assuntos a tratar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a Sessão, eram 23 horas e 30 minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos da Mesa.=